

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

A IGREJA CATÓLICA E AS INDEPENDÊNCIAS PLATINAS

O discurso oficial da Igreja e o reconhecimento do poder de fato

REBEKA LEITE COSTA

BRASÍLIA-DF

JUN/2017

REBEKA LEITE COSTA

A IGREJA CATÓLICA E AS INDEPENDÊNCIAS PLATINAS
O discurso oficial da igreja e o reconhecimento do poder de fato

Dissertação de Mestrado da aluna Rebeka Leite Costa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Historiografia e Teoria

Orientador: Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins

BRASÍLIA-DF
JUNHO/2017

A IGREJA CATÓLICA E AS INDEPENDÊNCIAS PLATINAS

O discurso oficial da igreja e o reconhecimento do poder de fato

Dissertação de Mestrado da aluna Rebeka Leite Costa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

01/06/2017

Aprovada em (dia), de (mês) de (ano).

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr Estevão de Rezende Martins
Universidade de Brasília
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Marta Rosa Borin
Universidade de Santa Maria
Examinador

Prof. Dr. Francisco Doratioto
Universidade de Brasília
Examinador

Prof. Dr. Antônio Barbosa
Universidade de Brasília
Suplente

À Bernadete, *in memoriam*, minha querida avó, motivo pelo qual sempre me dediquei aos estudos, minha inspiração e quem sempre me ensinou o valor da dedicação e esforço.

AGRADECIMENTO

Primeiramente sou grata a Deus que amavelmente se revelou e não se ocultou na minha história, mas verdadeiramente sendo Senhor dela.

Agradeço a minha família que tem me ensinado e educado, sobretudo os valores que aprendi por meio do exemplo de meus pais. Agradeço as minhas irmãs a me fazerem desde cedo aprender a responsabilidade, a ouvir e ter empatia. Especialmente neste momento agradeço a compreensão pela ausência nesse processo.

A Igreja, por ter sido um objeto de estudo tão solícito, por meio das pessoas sempre prestativas. Ainda sou grata porque por meio dela aprendi desde cedo a pensar e questionar grandes questões filosóficas e ter amor pela História. Seria injusta se não agradecesse às pessoas que convivi na Igreja, que tanto me ensinaram, me instruíram, me deram acessos à informações, bibliotecas e livros. Sobremaneira tenho profundo agradecimento a elas porque ao observá-las pude entender grandes questões do cristianismo como a fidelidade papal, o preciosismo do *Káiros*, e o significado salvífico da história e sua ontologia, o amor ao evangelho que é capaz de deslocar pessoas ao redor do globo, etc. Coisas que a mim seriam ininteligíveis e que não estariam neste trabalho se não fossem os anos de observação.

Sou profundamente grata ao meu orientador professor Estevão que em sua generosidade intelectual e conhecimento foi sempre disponível a me ajudar, discutir e fazer valiosas contribuições neste trabalho e que como professor desde a graduação me ensinou o real valor da Teoria e o valor do rigor metodológico. Além da paciência e afeto, que nos tempos difíceis da minha saúde foi um verdadeiro apoio.

Agradeço à coordenação, aos professores Arthur, Henrique e André e secretaria, a Jorge e Rodolfo do Programa de Pós-Graduação de História que sempre foram muito prestativos auxiliando em questões práticas e fazendo possível no dia a dia dos estudos. Também a Biblioteca de Universidade de Brasília que permitiu os longos estudos em feriados e finais de semana. À Capes pelo fomento à pesquisa.

Aos professores que tive disciplina desde a graduação até o mestrado, que me enriqueceram as bibliografias dos livros, indicações de leituras e explicações que abriram

as minhas concepções. Sobretudo, ao professor Doratioto que me ensinou as complexas relações das Américas, empréstimos de livros e discussões teológicas. A professora Teresa Cristina Kirschner que me ensinou como pensar o político e o espaço de experiência. Além da professora Filomena, quem primeiro me ensinou a analisar documentos religiosos, e o professor Tiago Luís Gil, que me ensinou a pensar os vários espaços de poder no sistema colonial, entre outros professores que tanto contribuíram para minha formação.

Aos amigos meus amigos que ajudaram, criticaram, indicaram materiais e, principalmente, me apoiaram nos momentos difíceis.

A equipe médica que me acompanhou nesse tempo e possibilitou capazmente o meu retorno a pesquisa.

Resumo: As independências das Américas representaram um verdadeiro desafio ao papado que estava em crise nas primeiras décadas do século XIX em razão da política europeia, cujo único aliado eram as coroas católicas. Reconhecer o poder de fato implicava em perder o apoio da coroa espanhola. Por outro lado, a região platina demanda do papado uma posição favorável ao governo autônomo. Os quatro papas durante 25 anos são pressionados a discorrer sobre o tema por todos os lados, mas para eles não se trata de um problema meramente político, mas também uma questão pastoral, já que a igreja regional estava desarticulada, comprometendo seriamente sua função. Portanto, a presente pesquisa teve o objetivo de escrutinar os discursos oficiais durante o período de 1810 a 1835 para verificar como se deu a mudança de entendimento do pontificado desde a defesa legitimista na *Etsi Longissimo Terrarum* – Papa Pio VII (1816) até o reconhecimento do poder de fato, e assim, o reconhecimento das independências pela Constituição *Sollicitudo Ecclesiarum* - Gregório XVI (1831)

Palavras Chaves: Papado, Independência das Américas.

Abstract: The independence of the Americas represented a real challenge to the papacy that was in crisis in the first decades of the nineteenth century because of the European policy whose only ally were the Catholic crowns. To recognize power in fact implied losing the support of the Spanish crown. On the other hand, the platinum region that demands of the papacy a favorable position to the autonomous government. The four popes for 25 years are pressured to discuss the subject on all sides, but for them it is not a purely political problem, it was also a pastoral matter, since the regional church was disjointed and seriously compromised its function. Therefore, the present research had the objective of scrutinizing the official discourses during the period from 1810 to 1835, to verify how the pontificate changed from the legitimist defense in the *Etsi Longissimo Terrarum* - Pope Pius VII (1816) to the recognition of the power of fact and thus the recognition of the independence by the Constitution *Sollicitudo Ecclesiarum* - Gregory XVI (1831)

Key Words: Papacy, Independence of the Americas.

Resumen: La independencia de las Américas representa un verdadero desafío para el papado que estaba en crisis en las primeras décadas del siglo XIX debido a la política europea cuyo único aliado era las coronas católicas. Reconocer la potencia realmente significaba perder el apoyo de la corona española. Por otro lado, la demanda de la región del papado una posición favorable a la autonomía. Los cuatro papas de 25 años se ven presionados para discutir el tema desde todos los lados, pero para ellos no es un problema puramente político era también un problema pastoral, ya que la iglesia regional fue inconexo y comprometido su función. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo examinar los discursos oficiales durante el periodo 1810-1835, para ver cómo fue el cambio en la comprensión del pontificado del legitimista defensa en *Etsi Longissimo Terrarum* - Papa Pío VII (1816) para el reconocimiento el poder de hecho y por lo tanto el reconocimiento de la independencia por la Constitución *Sollicitudo Ecclesiarum* - Gregory XVI (1831)

Palabras clave: Papado, Independencia, la independencia de las Américas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa Da Divisão Colonial Do Cone Sul.....	30
FIGURA 2 - Esquema de poder.....	43
FIGURA 2 - Esquema de poder entre o poder leigo e o poder eclesiástico.....	45
FIGURA 3 - Brasão de Pio VII.....	62
FIGURA 4 - Brasão de Leão XII.....	64
FIGURA 5 - Brasão de Pio VIII.....	65
FIGURA 6 - Brasão do papa Gregório XVI.....	66
FIGURA 7 - Esquema De Poder.....	75
FIGURA 8 - Esquema De Poder Jesuítas.....	77

Sumário

1	As Regras do Jogo.....	17
1.1	Estado da Arte.....	19
1.2	O Ambiente do Jogo de Tabuleiro.....	22
1.3	Europa - estilhaçada.....	23
1.3.1	O anticlericalismo e a secularização da vida política.....	24
1.3.2	Napoleão avassala a Europa.....	27
1.3.3	A restauração.....	28
1.3.4	A Restauração de Fernando VII.....	29
1.4	A casa dos Bourbon e os efeitos na região do Prata.....	30
1.5	A dinâmica na Colônia.....	34
1.6	Vice-Reino do Rio da Prata.....	36
1.6.1	Identidade Platina.....	38
1.6.2	A dimensão econômica.....	40
1.6.3	A divisão de poder na América Hispânica.....	42
1.6.4	A disputa de poder regional.....	47
1.6.5	A questão da liberdade.....	48
1.6.6	Carlismo.....	49
1.7	Guerra Justa e Guerra Santa.....	52
2	A Visão da Santa Sé.....	60
2.1	Atores eclesiásticos.....	62
2.1.1	Pio VII.....	63
2.1.2	Leão XII.....	64
2.1.3	Pio VIII.....	66
2.1.4	Gregório XVI.....	66

2.2	Sollicitudo Omnium Ecclesiarum	69
2.2.1	A Filosofia, a Metafísica e a Política se unem	71
2.2.2	A importância na formação e colonização da América	73
2.2.3	A importância política.....	75
2.2.4	Expulsão dos Jesuítas	78
2.2.5	A encíclica - Sollicitudo Omnium Ecclesiarum.....	80
2.3	Etsi Longissimo Terrarum – Papa Pio VII (1816).....	86
2.3.1	A distância.....	90
2.3.2	O endereçamento da carta	91
2.3.3	O poder da igreja.....	93
2.3.4	A autoridade régia	94
2.3.5	O tom da encíclica.....	95
2.3.6	A desorientação e o vazio pastoral.....	96
3	O sacrificio do peão: Missão Muzi, Leão XII e Gregório XVI.....	98
3.1	Missão na Argentina	103
3.2	Etsi Iam Diu – Papa Leão XII (1824)	108
3.2.1	O direcionamento específico a América – Primeira encíclica à América	110
3.2.2	Contexto das guerras na América	110
3.2.3	A reprovação do distúrbio da paz	111
3.2.4	Orientação ao Clero	116
3.3	Gregório XVI – a restauração da Igreja platina e o reconhecimento..	121
3.4	Constituição Sollicitudo Ecclesiarum	122
3.5	Reconhecimento.....	124
	Conclusão	128
	Referências	132

I.	Fontes Primárias	132
II.	Fontes Secundárias	132
III.	Referência Bibliográficas	132
	a) Livros	132
	b) Artigos	134
	c) Dissertações.....	137
	d) Endereços virtuais	137

Epígrafe

Essa pelo menos é a maneira como eu começaria a história do mundo, se tivesse de seguir a tradição científica de começar com uma explicação do universo astronômico. Eu tentaria ver até mesmo esta terra do ponto de vista exterior, não por meio da insistência comum de sua posição em relação ao sol, mas por meio de algum esforço imaginativo de conceber sua remota posição para o espectador não humano. Só que eu não acredito em ser desumanizado para estudar a humanidade.

(Gilber Keith Chesterton – O Homem Eterno)

Introdução

As Américas iniciaram o processo de independência na primeira década do século XIX. No caso da região do Rio da Prata esta é uma questão mais notória. Ainda em 1810 Buenos Aires declarou sua independência, seguida por Assunção em 1811. No entanto, somente em 1835 os países foram reconhecidos pela Santa Sé, sendo necessários 25 anos e quatro pontificados. Durante o período os pressupostos e o mérito da matéria foram analisados para que os países formados das colônias espanholas fossem reconhecidos pela Igreja.

Por que o papa demorou tanto para reconhecer as Américas? Por que foi preciso quatro papados para que fossem reconhecidas? O papa Pio VII condena as independências? Por quê? Quais são as intrigas, conspirações e relações de poder que envolvem este processo? Por que a América Hispânica teve um tratamento diferente? Qual o papel desempenhado pelos países do Rio da Prata nesta conjuntura?

O historiador é sempre motivado por um incômodo, uma hipótese, uma pergunta, “e se”?.¹ A pergunta desta pesquisa é muito simples: por que a Igreja demorou para reconhecer a América Hispânica? Especificamente, a do vice-reino do Rio da Prata? Como demonstrado acima, obviamente a questão tem as suas ramificações, mas estas não se distanciam da primeira inquietude que poderia ser resumida na pergunta: se as colônias espanholas são católicas e passam por processos semelhantes de independência às outras metrópoles, por que seu reconhecimento foi tão custoso? Sobretudo os países do Prata, os quais não foram objeto de grande resistência por parte da metrópole.

Certamente essas são questões que inquietaram a muitos, a historiografia é por vezes divergente sobre o tema e em grande maioria silente. Isto porque, a princípio, o tema foi debatido em um momento de construção de identidade nacional, onde era necessário construir um discurso sobre as independências, e claro, sobre o papel da Igreja Católica (de uma região na qual ainda que não tenha a religião católica religião oficial tem está como identidade da maioria da população). Em um segundo momento o discurso

¹Segundo MARROU, Henri-Iréné; RUAS, Henrique Barrilaro. **Do Conhecimento Histórico**. 1976. 2ªEd.

foi desconstruído por meio da crítica dos marxistas. Ainda no século XX este materialismo histórico influenciado por um anticlericalismo gerou o silêncio da historiografia sobre o tema. À parte da historiografia secular, na historiografia eclesiástica o assunto é lacunar ou superficial, à exceção do trabalho de Leitura, doutor pela universidade Gregoriana, que tem um extenso trabalho de três tomos sobre o tema, e Furlong, que também tem um detalhado trabalho. Recentemente o assunto tem sido revisitado com novos métodos e sob novos enfoques teóricos que têm contemplado as várias esferas de poder. No entanto, a questão platina tem sido deixada à margem.

Além da lacuna historiográfica a análise específica da relação do Prata com a Igreja nesse conturbado tempo é inquietante, porque ao contrário de outros vice-reinados, não houve grande resistência por parte da colônia ou envio de tropas. A razão da diferente reação e tratamento da região platina era a característica marginal da área, sem grande importância para a Espanha, e o dinamismo de sua economia triangular colonial, o que levanta a questão do porquê a Santa Sé gastou tanto capital político atrasando o reconhecimento de Paraguai, Uruguai e Argentina, já que a coroa espanhola não demonstrava um contraponto concreto.

A fim de mergulhar nestas questões faz-se necessário compreender as relações de poder estabelecidas e que estão surgindo neste momento, o delicado arranjo de poder que se estabeleceu no final do século XVIII, desmantelado por Napoleão na transição do século e rearranjado no congresso de Viena no século XIX, compreendendo o espaço europeu; bem como entender o entrelaçamento dos poderes e sobreposições de jurisdições no espaço platino que tem sua dinâmica própria.

A região do Prata formava a Real Audiência de Buenos Aires - *Audiencia y Cancillería Real de Buenos Aires*. Todavia, a sub-região altoplatense não era apenas uma divisão territorial, mas configurava uma verdadeira identidade cultural. Quando houve a criação do Vice-reino do Rio da Prata anexado à Real Audiência de Charcas, já existia uma identidade platense formada. Ademais, a Audiência tinha autonomia, por isto o recorte geográfico não incluirá a Real Audiência de Charcas. Especialmente, porque a organização da Igreja não se adequou à nova divisão, conservou a estrutura separando a região do Prata da região de Charcas.

Ademais, a análise precisa ser no conjunto (dos países) porque nas fontes eclesiásticas a região do Rio da Prata era vista como um todo. É bem verdade que Buenos

Aires toma protagonismo nos primeiros anos do século XIX ao enviar comissários para negociar uma encíclica que reconheça a independência. Ao observar o mapa² da divisão colonial é possível perceber que o Vice-reino do Rio da Prata foi dividido no que hoje é o Paraguai, Argentina, Uruguai e parte da Bolívia.

A delimitação temporal está circunscrita entre 1810 a 1835 em virtude da declaração de independência de Buenos Aires – a primeira do Rio da Prata. O lapso temporal termina com a política de Gregório XVI para as ex-colônias hispânicas e as nomeações de bispos e padres para ocupar os lugares de poder vacantes. Resolvendo um problema que se mantinha desde a primeira década do século porque com o cativo de Fernando VII e com a realidade das independências faltava o mecanismo decisório que ordenava a logística eclesiástica nas Américas.

Ao tratar do reconhecimento de países, fala-se no aspecto da diplomacia formal, no entanto, esta declaração quando feita pela Santa Sé engloba também o aspecto pastoral. Por se tratar de questões oficiais, a análise pode ser feita no mesmo estrato, especialmente, tal como no caso em que houve três pronunciamentos oficiais, que contemplavam também a esfera evangelizadora. Sobretudo quando tais documentos não foram alvo de grandes interpretações.

² O mapa é encontrado no capítulo 2.

1 As Regras do Jogo

A investigação da conjuntura que envolveu o reconhecimento das independências do vice-reino do Rio da Prata pelo papa exigiu um esforço teórico e metódico multi e interdisciplinar, além do costumeiro uso da heurística e crítica documental na leitura das fontes primárias: as encíclicas. Também foi necessário o trato das fontes secundárias: os outros documentos eclesiásticos e correspondências diplomáticas, essenciais neste caso para localizar o discurso oficial da Igreja acerca das independências.

A assistência das ciências auxiliares foi imperativa no esforço de alcançar a verossimilhança. A diplomática foi essencial para verificar a hierarquia, o público alvo e a intenção dos discursos. A tradução e a história dos conceitos compuseram uma dispendiosa e detalhada averiguação das encíclicas por meio da comparação das traduções espanholas e inglesa com a original em latim.

Todo esse arcabouço é essencial na pesquisa uma vez que o objetivo desta pesquisa é a narrativa oficial da Igreja Católica diante das independências da região platina. Além de haver uma complexidade na narrativa oficial que foi composta por quatro papas e a sua corte eclesiástica é necessário entender que a narrativa foi reativa, de modo que a percepção dos eventos é tão importante quanto a narrativa em si, uma vez que construiu o espaço de experiência daqueles atores. A interpretação dos eventos desta época já era complexa para os atores platinos pelo entrelaçamento de poderes e a fluidez de identidade, quando consideradas as camadas narrativas que se acumulavam até que chegassem aos ouvidos do pontífice, a realidade como conhecida é transformada e interpretada por diversas vezes a depender dos interesses dos atores envolvidos, sobretudo ao considerarmos a difícil dinâmica que porque passava a Igreja naquela época.

Sería exagerado convertir estos ayes del desengaño en un juicio histórico del proceso revolucionario. Lo único que tal vez prueban es que, por culpa de ambas partes, la independencia se verificó algo antes de lo que hubiera convenido tanto a España como a América, y con transición demasiado brusca del absolutismo monárquico a las formas republicanas. Pero, abstrayendo de esta cuestión delicada, las palabras de Bolívar ayudan desde luego a entender el efecto que los resultados de la revolución producían hacia 1828 en las cancillerías absolutistas de Europa, en Madrid y en la Curia Romana. Aquel enjambre de pequeños Estados, repúblicas por añadidura y en inestable fermentación política, inclinaban a bastantes legitimistas europeos a ilusionarse con la idea de que la

gravedad misma del presente desorden les haría volver a la paz del antiguo régimen español³

Por outro lado, as camadas narrativas também se acumulam desde o pronunciamento até a percepção no Prata onde havia um clero dividido, um episcopado acuado ou vacante. Realidade que permitiu o descrédito de uma encíclica por causa da atuação do episcopado local, a saber, a encíclica *Etsi Iam Diu*.

Em razão desta complexidade os conceitos foram essenciais, muitas vezes sendo necessário comparar as diversas traduções e recorrer ao original do latim para apreender as ideias que ali se colocavam. Por conseguinte, a primeira escolha teórica-metodológica do trabalho é exatamente usar o quanto possível os conceitos tal como compreendidos à época. Por isso se faz essencial pesquisar quais os sentidos de palavras chaves para a compreensão do tema tais como: *bem comum, direito natural, lealdade, sacrilégio, fidelidade, etc.* Para isso foram usadas fontes primárias: as encíclicas e bulas papais e fontes auxiliares, a Suma Teológica de São Tomás de Aquino⁴, a Constituição e a Obra de Santo Inácio de Loyola⁵, etc., também a bibliografia auxiliar.

Ainda foram necessárias para a construção da narrativa e a decodificação desta realidade ferramentas conceituais para compreender aquele recorte pretérito. O aporte teórico que foi um valioso instrumento mental que possibilitou o trabalho. Os conceitos

³ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959

⁴ AQUINO, S. T. D. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2010, Suma Teológica

⁵ IPARRAGUIRR, Ignacio y DALMASES, Candido de, et al. **Obras completas. Edición manual. Transcripción, Introducciones y Notas Autobiografía de San Ignacio de Loyola**,. 1963

analíticos: espaço de experiência⁶, horizonte de expectativa⁷, carência de orientação⁸, tradição⁹, sociedade corporativa¹⁰, (meta) narrativa, ontologia, etc¹¹.

1.1 *Estado da Arte*

A historiografia da América Latina sobre a narrativa da independência passou por várias correntes interpretativas.¹² A análise do papel da Santa Sé na emancipação das ex-colônias também se encaixa nessa dinâmica. Observando os grandes atores, como os padres que fizeram parte das chamadas revoluções de independência¹³, comumente chamados de mártires e heróis nacionais, faz com que o tema exija um estudo cuidadoso e metodicamente arraigado. Tal situação é certamente problema na lente da análise, porque essa historiografia certamente está ligada umbilicalmente a uma promoção nacionalista (especialmente no caso argentino¹⁴) e que por vezes revela um projeto de nação próprio do início do século XX. No entanto, certamente tem uma válida

⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

⁷ Idem

⁸ RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. **Teoria da História**: os Fundamentos da Ciência Histórica. Brasília: Ed. UNB, 2001, 194p.

⁹ Inspirado em: LENCLUD, Gérard. **A tradição não é mais o que era. Sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia**. Terrain: revue d'ethnologie de l'Europe, n. 9; Conf. também: RÜSEN, Jörn. "Tradition: A Principle of Historical Sense Generation and Its Logic and Effect in Historical Culture", em History and Theory, Theme Issue 51 (December 2012), 45-59 e REMOND, René. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.

¹⁰ Análise inspirada em: HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹¹ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979

¹² HERRERO, Pedro Pérez. **Las independências americanas; reflexiones historiográficas com motivo del Bicentenario**. Cuadernos de História Contemporânea, v. 32, p. 51-72, 2010.

¹³ BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 200. (V. III) p. 268.

¹⁴ ROJAS, Ricardo. **El Santo de la Espada**. Editorial G. Kraft, 1961.

contribuição por identificar os atores da independência e o grande levantamento documental.

Poucos anos depois, ainda na primeira metade do século XX até meados da década de 80, houve uma mudança de perspectiva. Ou seja, a antítese daquela historiografia foi um exame sob um viés mais crítico as influências externas¹⁵ inclusive a da Igreja Católica, além de apresentar características anticlericais. Importante destacar que tanto a narrativa histórica¹⁶ dos vários espectros políticos tanto da esquerda quando da direita assumiam lugar de negação e rejeição do que externo, com o *a priori* negativo de que esta influência era sempre imperialista. Sobretudo, se destaca a linha marxista que certamente tem uma notória crítica às fontes e observa a história de forma problemática, o que é um grande avanço no estudo do tema. Todavia, por compreender o processo sob essa chave ideológica a historiografia marxista demonstra um anticlericalismo exacerbado que também não explica aquela conjuntura segundo as lógicas do seu próprio tempo, ou por negar a importância da religião naquela época, ou por vê-la como um mero legitimador da força política.¹⁷ De modo que o papel da Igreja Católica se limitasse a um papel reacionário, quando citado na narrativa explicativa.

Por fim, há um novo esforço para a compreensão da dimensão religiosa nas próprias lógicas daquele tempo, por meio dos indícios deixados pelos vários atores. Para compreender a racionalidade inerente aos argumentos é indispensável o embasamento nos autores supracitados para a crítica conceitual e identificação das ideias que permeiam os documentos; bem como das motivações das ações políticas para a compreensão mais ampla e plural do objeto pretendido. Tal esforço tem sido empreendido em muitas áreas na historiografia atual sobre o tema.¹⁸

¹⁵ IRAZUSTA, Rodolfo; IRAZUSTA, Julio. **La Argentina y el imperialismo británico: los eslabones de una cadena, 1806-1933**. Editorial Independencia, 1982.

¹⁶ Vale destacar aqui que se sua narrativa história no seu sentido mais abrangente, tanto como uma historiografia como, o produto da reflexão do passado feita por políticos, jornalistas, intelectuais, etc que tenha deixado o registro de sua análise que perdurasse de alguma forma no tempo,

¹⁷ MEDEIROS, Wellington da Silva. **Concílio Vaticano I (1869–1870): Centralização do Catolicismo**. Revista Eletrônica Discente História. com, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2013.

¹⁸ Tais como: CERVEIRA, Luis Alexandre. **Jesuítas: entre a Fidelidade ao Rei e o Projeto Inaciano. Conflitos políticos e disputas econômicas—o caso da revolução dos Comuneros (Paraguai 1721-1735)**.

Todavia, o levantamento bibliográfico revela que a historiografia tem se dedicado muito ao caso peruano e mexicano. De maneira que estudar o Vice-Reino do Rio da Prata é uma contribuição interessante, especialmente se esse objeto for trabalhado na academia brasileira, deslocando-se, assim, do nacionalismo tradicionalmente encontrado na respectiva historiografia pátria.

In: Veredas da Historia ano IV. ED. 1- 2011. DELGADO, Paulino Castañeda. **Relaciones Iglesia-Estado Em Hispanoamérica. Gregório XVI.** In: Homenaje a Alberto de la Hera. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008. p. 171-198; ROCHA, Carolina da Cunha. **Chama de Fé, Luz da Razão: O Ideário de Frei Servando Teresa de Mier no Contexto das Independências hispano-américas.** 2006. 365 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília; e ROCHA, Regina da Cunha. **Entre O Trono e o Altar: A Política Pendular da Santa Sé no Reconhecimento das Independências Hispano-Americanas.** Brasília, 2002. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

1.2 O Ambiente do Jogo de Tabuleiro

A compreensão do complexo jogo político que foi desenhado nas primeiras décadas do século XIX entre a Santa Sé e o Rio da Prata exige conhecimento de cada um dos fatores que influenciaram o jogo. Conseqüentemente, antes de considerar os movimentos políticos faz-se necessário analisar as peças em jogo – suas funções e seus limites. Sobretudo, é indispensável conhecer o tabuleiro.

O tabuleiro define as regras, as possibilidades e as limitações das ações no tempo. Portanto, é essencial perceber o ambiente intelectual e as correntes políticas que predominavam no início do século XIX, os quais constituíam o campo para a ocorrência dos eventos aqui examinados. O espaço de experiência, que ao mesmo tempo orientou a ação daqueles homens, também foi constituído por homens.

Para tanto, é necessário fazer um breve recuo temporal para perceber a ruptura estrutural sofrida pela Igreja Católica. No passado recente, sob os efeitos da Revolução Francesa e do período napoleônico, as relações políticas da Santa Sé adotaram uma postura mais conservadora, praticamente reacionária. Marcaram tal período os eventos que constituíram o espaço de experiência em que estiveram imersa a Cúria Pontifícia¹⁹. A América Espanhola, por sua vez, fustigada pelos mesmos eventos, mergulha em décadas de guerra civil e lutas por independência. O ambiente intelectual e político que as envolve é o mesmo, contudo as ações desencadeadas e a respectiva leitura são distintas.

No entanto, são grandes as diferenças na vida concreta e imediata que distinguem as duas realidades. As contingências da vida prática se apresentaram e modelaram a leitura do contexto, fazendo com quem uma, que viu sua dignidade estraçalhada pela modernidade, com ela se incompatibilizasse. Enquanto outra, que se viu humilhada pela tradição, propusesse desvencilhar-se das suas correntes.

¹⁹ O presente trabalho apoia-se nas teorias e categorias analíticas de Jörn Rüsen e mais especialmente de Reinhardt Koselleck, para analisar as tomadas de decisões e as influências dos agentes racionais protagonistas nessa narrativa. Ver KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006; e RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da história: Os Fundamentos da Ciência Histórica. Ed. UnB, 2001

1.3 Europa - estilhaçada

Numa perspectiva de longa duração, os efeitos da Reforma protestante ainda parecem assombrar o episcopado, cuja autoridade se vira questionada no âmbito doutrinário. A crescente concorrência gerada pela Reforma era um problema pastoral, já que a Santa Sé parecia estar ainda a aprender como lidar com os desafios impostos por uma realidade plural. Certamente, esse espírito de preservação doutrinária orientava os processos decisórios da Igreja, que estava preocupada em evitar nova e tenebrosa experiência de ver estilhaçados seus paradigmas, bem como em conter o avanço dos reformistas nos novos territórios. Uma situação que colocava em cheque o exercício pastoral da Igreja Católica. A *modernidade*²⁰, que se iniciou ainda no século XVI, se impõe por vezes de forma abrupta à Igreja Católica e deteriorou seu poder eclesiástico. A resposta do mundo clerical não foi homogeneia, ao contrário pendulou²¹ entre o binômio progresso e tradição²².

O processo modernizador ressoa nas estruturas coloniais, que por sua vez respondem com as independências. A emancipação se dá na tensão entre o progresso²³ e a memória²⁴, a tradição, progresso e a memória, a tradição e a novidade. Portanto, houve uma sobrevivência dos antigos valores da tradição e dos costumes do Antigo Regime perdurando mesmo no tempo das rupturas. De forma semelhante o poder da Igreja resiste às mudanças abruptas preservando a sua autoridade de conferir legitimidade ao exercício temporal do poder.

²⁰ Modernidade aqui é pensada com base no conceito definido por Koselleck de aceleração do tempo histórico. Ver: KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

²¹ ROCHA, Regina da Cunha. **Entre o trono e o altar: A política pendular da Santa Sé no reconhecimento das independências hispano-americanas**. Brasília, 2002. 187 f. Dissertações- unb/his.

²² Idem.

²³ O conceito de progresso aqui está sendo usado segundo o Koselleck, no entanto será confrontado com o sentido utilizado pelos contemporâneos. Presente em: KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁴ RÜSEN, Jörn. "Tradition: A Principle of Historical Sense Generation and Its Logic and Effect in Historical Culture", em *History and Theory*, Theme Issue 51 (December 2012), 45-59.

1.3.1 O anticlericalismo e a secularização da vida política

O anticlericalismo grassou progressivamente na Europa dos séculos que se sucederam à Reforma, com a dessacralização da Igreja Católica ao ser contestada sua primazia sobre paradigma doutrinário²⁵. A modernidade se impunha e com ela uma aceleração do tempo, em razão da ampliação do espaço de experiência²⁶.

O advento dessa modernidade trouxe consigo um significativo rompimento com a perspectiva ontológica de concepção do tempo. Fenômeno que teve efeito fundamental na atuação da Igreja no mundo, porque houve um deslocamento quanto a percepção da intervenção divina no mundo; de forma semelhante, dá-se um distanciamento do poder da Santa Sé na atuação temporal. A intervenção eclesiástica em questões civis justificava-se segundo uma lógica mimética a respeito do que seria a intervenção de Deus na vida dos homens.

Ademais, houve um distanciamento da percepção de tempo como um *continuum* orientado para um fim pré-determinado, que deve ser ligado a uma realidade metafísica sem a qual é impossível conferir sentido à realidade. A ligação entre o experimentado e o esperado se dava por uma lógica do sagrado. A religião, por sua vez, tinha o papel de ligar a lógica divina e a vivência temporal²⁷. A revolução modificou as categorias mentais, afinal não se tinha por expectativa tal rompimento. Como efeito último obtiveram a desagregação da própria lógica religiosa.

A Igreja Católica perdeu substancialmente seu espaço no mundo após ter o seu lugar de senhora da *História* tomado. A capacidade de conferir (*dizer*)²⁸ sentido à experiência temporal é o verdadeiro poder, não há maior poder que este: ter voz na história e sobre a história. Posteriormente, os poderes que foram se deteriorando foram

²⁵ MEDEIROS, Wellington da Silva. **Concílio Vaticano I (1869–1870): Centralização do Catolicismo**. Revista Eletrônica Discente História. p. 1-10, 2013

²⁶ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. Não precisa repetir todo o título, basta indicar a página (ou páginas) de referência

²⁷ A vivência temporal é precisamente a tensão entre o esperado e o vivido, a expectativa e a experiência.

²⁸ A capacidade de narrar a história, ser a senhora da narrativa.

consequências ou efeitos colaterais do deslocamento da legitimidade para explicar o mundo.

O rompimento com a lógica tradicional e a busca constante pelo progresso também representam um desafio incontornável para a igreja. Já que a pedra angular da autoridade do poder temporal e do poder transcendental reside exatamente no argumento histórico tradicional. Percebe-se notadamente como é constituído o poder clerical: a imposição das mãos não apenas significa uma unção²⁹ na qual haveria uma bênção divina, como também atualiza uma cadeia supostamente ininterrupta entre a unção de Pedro e a do atual pontífice. A queda da importância da tradição e o descrédito desta lógica minam a estrutura da organização institucional e simbólica da religião.

O iluminismo aprofundou o anticlericalismo já existente na Europa, atingindo recantos que antes não haviam sido alcançados, como as casas reais e sua pretensão de atuar dentro de um despotismo esclarecido. Uma aliança antiquíssima que tinha um papel fundamental foi renegada – o conselho e a orientação espirituais. Este era um poder imensurável que a Igreja detinha perante os monarcas. Como conselheiros espirituais de soberanos, os confessores dos régios tinham um acesso exclusivo e privilegiado aos ouvidos do rei.

Os iluministas opõem-se à concepção política de mundo proposta pelos eclesiásticos, tributários da filosofia escolástica. As teorias de contrato social, de regulação dos poderes e origem do poder desvincilhavam-se da explicação divina, contribuindo para a construção de uma perspectiva secular do mundo. O ápice do iluminismo foi exatamente a Revolução Francesa, na qual culminou toda a onda anticlerical, com a secularização da vida pública.

²⁹ A imposição das mãos é uma ritualística da tradição judaico-cristã na qual se infunde o Espírito de Deus naquele que tem uma eleição divina. Também é um ato constituidor de legitimidade e autoridade a partir do qual é possível falar e agir em nome de Deus. Portanto, este é um ato que em si carrega múltiplas temporalidades e centenas de estratos históricos que remetem até mesmo aos livros mais antigos do Antigo Testamento.

A redução da influência da Igreja Católica nas questões temporais no século XIX pressupõe a Revolução Francesa. A laicização³⁰ de serviços públicos fundava-se na compreensão de que o sujeito da obrigação para com o bem comum era o Estado. As sistematizações desses pensamentos são plurais, todavia, e geraram um ambiente que esvaziou consideravelmente a atuação social da Igreja em última instância, marginalizando-a e condenando-a.

A Revolução Francesa, apoiada neste ambiente, levou o paradigma anticlerical a um patamar inédito de repulsa, chegando ao nível do extermínio da Igreja de forma concreta, com a execução dos clérigos "refratários". Diante deste panorama foram possíveis, subsequentemente, as extremas medidas de Napoleão que culminaram no crime de lesa majestade.

O poder da religião é baseado em boa medida nos signos, símbolos e rituais. A concepção da intocabilidade do papa é um desses jogos simbólicos; a dignidade do papa não reside no seu corpo, mas é comunicada por meio dele. Logo, quando Napoleão ousa fazer cativo o bispo de Roma (1809-1814), macula a dignidade papal ofendendo não apenas a Pio VII, mas a toda a linhagem papal³¹ e a própria instituição eclesial.

Notoriamente, a prisão de Pio VII representou uma quebra no paradigma, dessacralizando o poder temporal do papado, esvaziando sua influência política. No entanto, foi apenas um dos tantos crimes cometidos por Napoleão contra a instituição católica e sua dignidade inerente³².

A autocoroação de Napoleão, por outro lado, foi uma ofensa à natureza precípua do trono de Pedro, à ligação entre as coisas terrenas e as divinas. Isto, porque, quando o bispo ou o papa coroava um monarca considerava-se que:

³⁰ O conceito "laico" e suas declinações são usadas nesse trabalho de forma estrita em contraponto ao estado religioso.

³¹ Poder-se-ia aqui discutir que outras vezes o papa foi cativo ou fugiu de tentativas de sequestro ou outros crimes contra sua pessoa. No entanto, a intenção ali era diferente, no medievo, sobretudo, havia diversidade de papas e isso atraía violência aos rivais. No entanto, aqui se observa que não se questiona a autoridade papal, se questiona quem é o titular do cargo. Em última instância nota-se que não se renega ao poder do papa, ao contrário, se valoriza tanto que cada pólo de poder quer ter o seu papa como legítimo.

³² AQUINO, S. T. D. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. Suma Teológica. Questão 103 art.1.

1. O poder não lhe era próprio, mas Outro (Deus) o havia escolhido para governar em favor de todos.
2. O poder para ser legítimo dependia da intermediação da Igreja que era o elo entre mandatário e mandante.

Napoleão repulsa as duas premissas que fundamentam o rito de coração e toma das mãos do bispo de Roma a coroa, informando a todos que o seu poder como imperador é fruto da sua capacidade política e que não precisa de um intermediário para legitimar-se.

1.3.2 Napoleão avassala a Europa

Certamente, não é possível compreender a movimentação política das independências com essa entidade política chamada Santa Sé, sem compreender o impacto da Revolução Francesa. Especificamente, a era de Napoleão, por meio de sua ambição bélica, avassalou as fronteiras europeias e desestabilizou o delicado equilíbrio de poder existente.

Não obstante a desestruturação política interna a França, a ruptura do aspecto intelectual desencadeado pela campanha napoleônica demonstra uma ferida do espaço de experiência que desorienta os atores políticos da Europa, marcando profundamente a mentalidade daqueles homens.

O estilhaçamento do poder estabelecido foi concreto. Enquanto as tropas napoleônicas marcharam sobre a Europa, destituíram o poder constituído e afetavam o balanço interno e externo de poder. A destituição de Fernando VII, em 1808, e a substituição por seu primo, José Bonaparte, foi apenas um exemplo da completa desorientação que foi imposta pelo imperador dos franceses.

O avanço das tropas levava consigo a novidade do soldado cidadão, que inspirava a muitos e ajudava a difundir as ideias revolucionárias. Também era uma constante lembrança do desmoronamento do antigo regime. A expansão da França revolucionária representava para a aristocracia a proliferação do medo de que a sua área de influência fosse contaminada.

Ademais, Napoleão, com sua insaciável sede de poder, representava a figura perfeita de um poder “ilegítimo” e, em razão desta condição, tornou-se incontrolável.

Afinal, o modelo corporativo do Antigo Regime não permitia ao rei fazer tudo quanto lhe convinha, precisava antes negociar com os poderes³³.

Por conseguinte, surgiu, na Europa do final do século XVIII, uma corrente de política interna e externa amplamente reacionária. Objetivando restaurar o poder monárquico e as tradicionais estruturas de poder, exortava pela conservação do poder legitimamente constituído, que deveria ser mantido e cultivado.

1.3.3 A restauração

A derrota de Napoleão deu fôlego novo às aristocracias a leste e oeste do Reno, que se uniram na expectativa de tomar medidas para que não houvesse novamente na Europa uma guerra daquelas proporções. Para tanto, pensou-se em um delicado arranjo de poder no qual fosse possível alcançar um equilíbrio, sem perdas significativas para todas as partes, sendo de interesse comum a busca pela manutenção da paz. Certamente, houve uma mudança do pensamento expansionista, até então marcante nas relações entre Estados.

A manutenção da ordem buscada no cenário internacional era também almejada no cenário interno. Houve neste momento uma sincronia das decisões tomadas nas duas esferas. No campo internacional, procurava-se restabelecer todas as fronteiras e o equilíbrio de poder anterior à guerra, como se Napoleão não as tivesse arrasado. Internamente, a aristocracia ansiava avidamente para que as ideias da Revolução Francesa também não se espalhassem, provocando um retorno ao *status* anterior.

Abre el segundo período 1814-1817 la restauración de Fernando VII. Los ministros absolutistas del rey, de acuerdo con las tendencias del Congreso de Viena y de la Santa Alianza, propenden a mirar las revueltas de Ultramar como manifestación del mismo espíritu anárquico y antirreligioso que desde la revolución francesa había perturbado la paz de Europa y engendrado, aun dentro

³³ Inspirado nas reflexões de: HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial: volume 1** (1443-1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

de España, la Constitución liberal de Cádiz. Deciden, en consecuencia, apoyados por las grandes potencias, obrar militarmente contra aquellos tres focos de rebeldía. Como a la Argentina y a Chile se cree poder dominar desde el Perú, la poderosa expedición de Morillo se dirige a Venezuela y Nueva Granada.³⁴

Patentemente, houve voz reacionária muito forte no congresso que desejasse restabelecer os antigos modelos sob a justificativa de manutenção da ordem e da paz. A onda restauracionista do Congresso de Viena foi um movimento não apenas pela reestruturação das fronteiras, mas, sobretudo, de restituição do poder àqueles de direito, dentre eles o rei Fernando VII da Espanha.

A Santa Aliança certamente representou a síntese desta voz reacionária, que quis impulsionar com toda força a restauração. Não apenas de um ponto de vista das estruturas políticas e de alianças, mas dos próprios paradigmas estraçalhados pela revolução, notoriamente a tradição.

O papado ainda tentava se recuperar do abalo recentemente sofrido, agregando-se à onda restauracionista do Congresso de Viena, que entendia a aliança do religioso e do político como essencial para a manutenção da ordem. A Santa Sé tentava reaver seu poder, protagonizando um destacado papel nesse jogo político, sobretudo por meio da Santa Aliança.

1.3.4 A Restauração de Fernando VII

A restituição de Fernando VII, em 11 de dezembro de 1813, ao trono espanhol, trouxe consigo o peso da monarquia borbônica, que não gozava de um alto prestígio entre as elites coloniais em razão das reformas no final do século anterior que foram entendidas como um retrocesso e uma limitação da autonomia experimentada nessa meia década. O aumento dos impostos e a centralização do poder por meio da tentativa de anular a força dos *cabildos* geraram um endurecimento das relações coloniais³⁵.

³⁴ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p.56

³⁵ SCHEIDT, Eduardo. O processo de formação dos Estados nacionais na América Latina. *História Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 148-150, 2005.

As guerras de independência até aquele momento não tinham se caracterizado por uma revolta contra o rei da Espanha, inclusive, em certos casos, revoltava-se contra o poder local em nome do rei Fernando VII - o caso do Paraguai. Todavia, entre 1808 e 1813, passou-se muito tempo no caso das Américas que haviam sido relegadas à própria sorte, principalmente na região platina, que teve um papel marginal na dinâmica colonial e econômica do século XIX.

A coroa precisava de habilidade política e carisma para, aproveitando do momento de instabilidade e crise de legitimidade, reivindicar a autoridade. No entanto, carecia do capital político para fazer as manobras necessárias. O desafio se colocava ainda em território espanhol, pois mesmo que se superassem esses entraves, precisava vencer a distância e restabelecer as antigas alianças de poder. Ainda assim, a centralização de poder e o desrespeito à autonomia local assombravam as negociações, catalisadas pela experiência que aquelas sociedades tiveram de liberdade, restringindo as possibilidades de manobras políticas.

O rei Fernando VII, diante das elites locais que tinham o domínio de fato do território americano, foi incapaz de negociar o poder, uma vez que carecia de capital político, em razão da recente invasão e do medo que a sua casa real representava às elites americanas. Isso resultou na perda das colônias definitiva e oficialmente na Batalha de Ayacucho, em 9 de dezembro de 1824.

1.4 A casa dos Bourbon e os efeitos na região do Prata

A ascensão da Casa de Bourbon na coroa espanhola gerou uma série de mudanças – as Reformas Borbônicas – na política e na área legislativa durante o século XVIII, objetivando a modernização com o fim último de restaurar a hegemonia da Espanha no jogo de poder mundial. Nas colônias americanas as mudanças buscavam aumentar a eficiência administrativa e, obviamente, a eficácia econômica-fiscal.

As mudanças foram vistas de forma muito concreta nas Américas, especialmente na região do Prata. Já que em decorrência disto houve a criação do vice-reino do Rio da



Figura 1 - Mapa da divisão colonial do Cone Sul

Prata em 1776³⁶. Os vice-reinados foram criados em razão da relevância econômica daquela região geográfica. Logicamente a autonomia desta província completamente marginal³⁷ é motivo de grande estranhamento. O Vice-Reino do Rio da Prata foi formado basicamente de três Audiências Reais: Buenos Aires, Charco e Potosí.

A observação do recorte geográfico esclarece rapidamente o principal motivo para a divisão: o intuito era geopolítico. Em razão da necessidade de proteger a área tão suscetível aos avanços de Portugal (conforme se observa no mapa ao lado) que repetidamente havia demonstrado interesse e avançado a oeste, era essencial tornar mais eficaz a administração desta área.

Parte da importância de Buenos Aires e da constituição do Vice-Reino do Rio da Prata ocorreu por causa da fundação da colônia de Sacramento, que por sua vez foi criada para se estabelecer no rio da Prata e fazer frente ao entreposto comercial portenho.

Sem dúvida alguma a repercussão dessa medida se fez sentir principalmente na vida econômica platina. É sabido que desde sua fundação em 1680, a Colônia do Sacramento, nos momentos da dominação portuguesa, vinha atuando como ativo foco contrabandista. A cúpula espanhola, não ignorava o grave erro político cometido, ao facultar aos portugueses a estratégica praça situada na margem esquerda do Rio Prata. Tanto é verdade que toda a política diplomática da Espanha em relação ao Prata, logo após a assinatura do tratado de Utrecht

³⁶ Cisneros, Andrés, e Escudé, Carlos. **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. No. 327 (82)(091). Centro de Estudios de Política Exterior (CEPE) Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), 1998

³⁷ Idem p. 28-39 e 149- 153

voltava-se no sentido da recuperação da famosa Colônia do Sacramento. Da fundação de Montevideo em 1723, até a criação do vice-reino de Buenos Aires, outra não foi a preocupação do governo espanhol senão a de cercear a expansão lusitana no Prata.³⁸

Deste modo, estavam entrelaçadas as questões do expansionismo português a oeste do Atlântico, como também os interesses econômicos que dependiam do trânsito na bacia platina, o que permitia um fácil comércio no interior, inclusive no Brasil.

A importância econômica e estratégica do sistema fluvial platino levou a coroa portuguesa a se instalar na margem oriental do Rio da Prata, na Banda Oriental, ao fundar, em 1680, a Colônia do Sacramento, de frente para Buenos Aires. Esta era um centro de comércio e de trânsito da prata produzida no Alto Peru – hoje Bolívia –, o qual Portugal planejava desviar para Sacramento.³⁹

Observa-se que além do interesse puro e simples de agregar território, o que naquela época era considerado como verdadeira fonte de poder⁴⁰, o interesse político nesta região derivava da sua hidrografia: rios e bacias e alto calibre⁴¹ – facilmente navegáveis – além da embocadura para o Atlântico. A importância hidrográfica se dá em razão do tráfego náutico que era possível por causa da profundidade dos rios e da foz. Os

³⁸ LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. **A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional**. Revista Ameríndia-História, cultura e outros combates., v. 1, n. 1, p. 11, 2006

³⁹ DORATIOTO, Francisco. **Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852)**. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-20, 2010. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12_dossie1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

⁴⁰ Explicação teoria explicada em CLAUSEWITZ, Carl von. **A natureza da Guerra. Da Guerra**, 2007. E mais tardiamente estudada por ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. 706 p

⁴¹ TEODORO, Valter Luiz Iost et al. **O conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local**. ReBraM, v. 11, n. 1, p. 137-156, 2015.

navios marítimos podiam navegar facilmente na região, possibilitando comércio fácil e rápido adentro do continente, especialmente, em uma época que o transporte hidroviário era o mais eficiente comparado aos outros transportes terrestres.

Os navios de grande calado adentravam a bacia até a altura de Buenos Aires, onde era preciso fazer uma troca para navios de casco chato. Em razão desta característica natural Buenos Aires cresceu e ganhou poder. Com o passar do tempo foram criados estaleiros e surgiu toda uma economia entorno do fluxo de mercadorias e pessoas.

O segundo motivo decorre diretamente do principal, considerando a marginalidade desta região, a proximidade com o Império Português e, finalmente, o fácil acesso ao Atlântico, área era usada para o contrabando.

O desenvolvimento econômico (dentro da legalidade) somente foi possível diante do vislumbre de outra norma contemporânea: a revogação da norma de porto único e a autorização para que outros portos fizessem comércio com a metrópole. No caso específico, o porto de Buenos Aires foi legitimado para transações com a metrópole.

A jogada política para legitimar o porto deste vice-reinado tem um duplo intuito: escoar a prata do Alto Peru e combater o contrabando. Isto, porque o porto e o comércio já existiam, todavia, por causa do caráter marginal em relação aos grandes centros de riqueza colonial e a falta de fiscalização, esta era uma rota muitíssimo usada pelo contrabando colonial.

Ressalta-se que o combate ao comércio paralelo ao estabelecido oficialmente pela metrópole (seja ele colônia – colônia, seja colônia – metrópole) era um dos intuitos das Reformas, já que pretendiam a eficácia do Estado e uma maior arrecadação.

As fundações do Vice-Reinado do Rio da Prata foram firmadas nas bases da Real Audiência de Buenos Aires, de modo que herdou as relações de poder, as trocas, alianças e intrigas -- com a exceção de Potosí que fazia parte do vice-reino do Alto Peru e não estava tão entrelaçada naquelas relações política e sociais. A capital do vice-reino, Buenos Aires, exerceu ali particular protagonismo, no entanto, a audiência tinha também outros protagonistas importantes e que faziam resistência aos portenhos: como Córdoba, Assunção, Corrientes. Mas o jogo de poder estava equilibrado diante da presença – ainda

que ausente – da coroa, que servia como fiel da balança. Ainda que não distante fisicamente, a cultura política a tornava presente e poderosa, uma valiosa jogadora.⁴²

1.5 A dinâmica na Colônia

O poder na colônia espanhola foi subdividido em várias esferas muitas vezes convergentes e não claramente hierarquizadas. A cultura política que se viveu naquele período era de negociação e troca de poderes, e não de estabelecimento de rígidas competências e jurisdição⁴³. A tradição política unida está em aparente incongruência com a obediência à figura monárquica. Por conseguinte, diante de uma divergência, recorria-se ao poder régio, que poderia e deveria ser o juiz entre as partes.

A distância e as circunstâncias materiais, sobretudo as riquezas de metais preciosos, de relativamente fácil pilhagem, cumuladas com o constante perigo de outras potências conquistarem o território, constituíram fatores de gradual desagregação do influxo metropolitano no espaço colonial. Isso levou o rei a nomear pessoas para falarem em seu nome no *além mar*, transferindo parte do seu poder, e inclusive, conferindo-lhes a capacidade de distribuir justiça. Considerando o risco inerente a essa maneira de agir, a coroa decidiu repartir o poder, de forma a criar uma superposição de poderes, na qual ela ainda fosse necessária para dirimir conflitos entre as partes.

O desbravamento do novo continente e a acumulação de riquezas decorrentes desta atividade conduziram à formação de elites locais. A coroa se viu obrigada a conciliar-se com essas famílias de poder e de prestígio local afim de ganhar a fidelidade e a lealdade que constantemente eram ameaçadas pelas outras coroas. Deste modo, quando o rei distribui o poder na América, um espaço físico e político que estava em processo de construção, leva em conta a situação existente, além de não ser possível

⁴² Esquema de poder que será mais detalhado no subcapítulo próprio sobre o tema.

⁴³ Inspirado nas reflexões de: HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial: volume 1** (1443-1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

preferir uma elite em detrimento a outra sem causar risco político ou mesmo territorial, em uma época na qual o poder era fluido, bem como a identidade.

A lógica política era constituída por uma estrutura de redes de poder⁴⁴, exercido por meio de ligações de amizade e confiança, cujo fio condutor. Essa era uma sociedade que a honra e o prestígio eram valores basilares que representavam verdadeiro poder, especificamente porque não havia uma separação entre a vida público e a vida privada a forma de gerir e a importância das relações pessoais eram verdadeiro exercício público de poder. De modo que, casar e dar-se em casamento pouco dependia da vontade dos nubentes, mas sim do patriarca das famílias, afinal cabia a ele dar a palavra a uma família amiga. Esta palavra era sinônimo de uma obrigação, que carregava consigo o peso de gerações ascendentes, que os descendentes tinham que honrar. Esse era um ato de aliança política entre famílias rivais que assim se uniam, ou famílias já amigas que consolidavam sua aliança.

A Igreja figurava nesse contexto como fiel da balança, que consagrava e legitimava as alianças, sendo o casamento a melhor ilustração desse entrelaçamento entre poderes. A aliança entre as famílias recebia a aprovação do rei, mas precisava da bênção religiosa que, por meio do clero, concedia a sanção divina. Ademais, era necessária, por vezes, a autorização do bispo ou do papa para que o casamento acontecesse, dependendo de várias condições canônicas, tais como as núpcias entre primos. Daí a importância da Igreja pois ela circulava nas várias camadas da sociedade legitimando as alianças, desde as mais notórias (entre casas reais) as mais singelas entre caudilhos e seus gaúchos que por vezes se dava no batizado por meio do apadrinhamento.

Observa-se que a sociedade funcionava como um corpo onde cada parte tinha uma função a ser exercida para o seu bom funcionamento. O equilíbrio era delicado e qualquer modificação poderia representar uma desestruturação completa do sistema. A Igreja tinha uma função precípua e indispensável, sem a qual não era possível obter legitimidade em qualquer das esferas de poder.

⁴⁴ Inspirado nas reflexões de: HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial: volume 1** (1443-1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

A crise de legitimidade na coroa espanhola afeta diretamente o arranjo de poder nas Américas que perde a referência ainda que distante unia, balanceava e arbitrava arbitrase o sistema. O sistema foi desmantelado, o que restou foram as elites locais que em última instância eram as famílias, suas alianças e desavenças. De maneira que os *cabildos* - o lugar onde exerciam formalmente o poder – se transforma em lugar de reivindicação por um poder legitimista, surgindo então as Juntas Provisórias.

1.6 *Vice-Reino do Rio da Prata*

A criação tardia do vice-reinado do Prata em 1776 evidencia as tensões geopolíticas entre Portugal e Espanha e a invasão do império português a oeste do Atlântico que implicava na tomada do território espanhol estabelecido em Tordesilhas.

Com a descentralização dos portos, Buenos Aires, que era um entreposto irregular se torna lícito, ganha força e dinamismo econômico. No final do século XVIII a atividade comercial chega ao apogeu da era colonial.⁴⁵ A importação e exportação portenha atendia tanto ao sul do império português (ainda que de forma ilegal) quanto a todo o Prata e a parte do Alto Peru.

Buenos Aires exercia o seu poder político por meio da sua primazia como capital e sede do vice-reino e andes da Audiência, bem como por meio da sua liderança em meio aos outros *cabildos* em suas alianças de poder como aquelas explicadas acima. Também pela sua capacidade de arbitrar conflito entre as outras elites locais, não apenas pelo exercício de sua jurisdição oficial, mas pela sua capacidade de mediar conflitos pela via política em razão da sua hegemonia na região. Ademais, é necessário perceber que por causa do fluxo de pessoas e mercadorias a cidade portenha era certamente o ponto cosmopolita, notadamente onde eram discutidas as ideias pela intelectualidade da época.

O protagonismo de Buenos Aires ainda passa pelo seu controle do porto, de maneira que era por meio dela que se exportava e importava. Desta forma, especialmente na época cujo meio de transporte mais eficiente era o marítimo e fluvial, o interior ficava

⁴⁵ LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. **A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional.** Revista Ameríndia-História, cultura e outros combates., v. 1, n. 1, p. 11, 2006

completamente dependente de uma política de boa vizinhança com Buenos Aires para a que a economia circulasse. Daí reside o verdadeiro poder portenho sobre o interior do Cone Sul desde a época colonial até meados do século XIX.

Faz necessário ainda conhece o centro educacional e acadêmico do vice-reinado: Córdoba⁴⁶, ao norte do que hoje é a Argentina, na fronteira com o Alto Peru, responsável por formar grande maioria da elite *criolla* da região. A universidade que tinha a princípio dois cursos, Filosofia e Teologia, e pouco depois iniciou o curso de Direito, formava os “doutores” e os clérigos, a educação era notoriamente mantida por religiosos: primeiro, os jesuítas, posteriormente, os franciscanos.

Por fim, o interior em sua maioria formada por planícies era colonizado por grandes latifúndios chamados *estancias*, cujo trabalho era feito pelos *gauchos* e a lideranças exercida pelos *caudillos*. A economia era basicamente extração de couro de gado, que era criado livremente. Finalmente, este status possibilitou uma facilidade muito grande ao povo do interior na sua resistência e autodeterminação, por causa da facilidade em montar um exército, uma vez que o caudilho tinha sob seu comando uma centena de homens fortemente armados (para época e com destreza necessária, leia-se, capacidade e acesso a cavalos e lanças e o treino rotineiro de abate do gado por meio da degola).

Ainda se encontrava latifúndios que tinham como atividade a extração da erva-mate, principalmente no território que era nativo do charco, o que atualmente se considera Paraguai, parte da Bolívia (pós-guerra do Chaco) e a região de Formosa da Argentina. Além de Potosí, que naquela época encontrava-se no seu declínio da extração da prata.

Na região da Real Audiência de Charcas havia reduções jesuíticas com o trabalho catequético que lhe era característico e também com alguma atividade de extração de vegetal, seja de tanino ou de erva-mate.⁴⁷

⁴⁶ GONZÁLEZ, Enrique González La historia de las universidades en el antiguo Régimen, ¿Una historia de la Iglesia?. In: RAMÍREZ MÉNDEZ, Jessica. Pilar Martínez López-Cano (coordinadora), **La Iglesia en Nueva España. Problemas y perspectivas de investigación**, México, Instituto de Investigaciones Históricas-unam, 2010, 416 p.(Serie Historia Novohispana 83). Estudios de Historia Novohispana, v. 43, n. 043.

⁴⁷ BANDEIRA, L. A. **A Guerra do Chaco**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998.

O território que hoje pertence à Bolívia era a Real Audiência de Charcas. As Reais audiências eram criadas como territórios com relativa autonomia do vice-reino ao qual pertenciam. A finalidade era tornar mais eficaz a administração de áreas de grande interesse da metrópole, no presente caso a valiosíssima e prateada Potosí. A Real Audiência de Charcas foi criada como parte do Vice-Reino do Peru, no entanto, com o declínio de Potosí a audiência foi incorporada ao Vice-Reino do Rio da Prata em 1776.

O espaço da Audiência de Charcas ainda era constituído pelo Grande Chaco,⁴⁸ território queria a ser litigioso entre Paraguai e Bolívia, apenas definido como pertencente à La Paz após a Guerra do Chaco (1932-1935). Esta região era considerada em separado na época em razão da falta de habitação, e ao contrário de várias fontes do período, era vista e documentada pela Igreja por causa das missões jesuíticas ali existentes.

Observa-se que Potosí flutuou entre as esferas de poder do Alto Peru e Buenos Aires, essa fluidez juntamente com o seu poder econômico, ainda que decadente no século XVIII e XIX, permitiu a autonomia e a manutenção do poder constituído no seu apogeu econômico. Fato observável na estrutura da Igreja Católica, que não incorporou a estrutura criada para o Vice-reino do Prata, mas conservou o que já existe, dando um tratamento especial a Bolívia.⁴⁹

Independentemente da atividade econômica e da estrutura social a definição de fronteira entre as propriedades não era determinada de forma muito concreta, o que após a independência causou grandes problemas para a definição de fronteiras.

1.6.1 Identidade Platina

O vice-reinado quando estabelecido deparou-se com os vínculos que haviam sido criados anteriormente pela Real Audiência. Por se utilizar da mesma capital, ratifica os usos e costumes das relações de poder estabelecidas na região platina. Isto porque havia um entrelaçamento particular nas relações do interior com os portenhos, o que acarretou

⁴⁸ Definição Geografica

⁴⁹ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II e Vol.III. 1959

em uma cultura política singular, de forma que havia semelhanças próprias entre os *cabildos* de Buenos Aires, Assunção e Montevideo.⁵⁰

As semelhanças passavam por um universo de significados específicos muito relacionados à questão do porto e às disputas dele decorrentes. O jogo de poder criou tramas, conflitos e rivalidades entre as *estancias* e as cidades, mas sobretudo uma história própria que explicava e contemplava esse universo que tem como mito fundacional o próprio Rio da Prata.

Por tudo isto, se constitui uma identidade platina⁵¹ que tinha como símbolo a bacia hidrográfica. Constrói-se ao redor deste marco geográfico que vai muitíssimo além de um meio de transporte, mas marca profundamente esta cultura e sociedade.

Tanto que o protagonismo portenho foi marcado pela importância do entreposto comercial e o dinamismo econômico que ele frutificava. Todavia, a questão transcende a economia por conferir a Buenos Aires uma gigantesca capacidade de barganha política, uma vez que lhe outorga o monopólio do trânsito de mercadoria, pessoas e envergadura para uma estratégia de defesa militar da região. Gerando na região uma ambígua relação que ao mesmo tempo requer um certo respeito e até mesmo uma certa submissão em alguns momentos. Por outro lado, gera um forte sentimento anti-portenho que é uma marca de longíssima duração e de grande efeito nas relações nacionais e internacionais. O exemplo mais claro é a independência do Paraguai, que após a junta provisória de Buenos Aires declara sua independência a esta e não contra a colônia.

No entanto, o maior marco dessa identidade platina, que inclusive contribuiu para o levante independentista, foi a derrota britânica. Apesar da força peninsular em 1806, ajudou a construir a confiança e um ideal de autodeterminação.⁵² Um fato muitas vezes marginalizado pela historiografia argentina foi a presença de tropas enviadas por Assunção e Montevideu para ajudar nas batalhas, demonstrando o verdadeiro dinamismo

⁵⁰ Cisneros, Andrés, e Escudé, Carlos. **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. No. 327 (82)(091). Centro de Estudios de Política Exterior (CEPE) Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), 1998.

⁵¹ Idem. p. 28-39 e 149- 153

⁵² CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. Pg 88

que havia nesta região e o imenso e verdadeiro interesse de defender aquele porto, pois implicava em defender toda a região naquele contexto.

1.6.2 *A dimensão econômica*

A geografia e especialmente a hidrografia da região platina constituíram verdadeira vocação econômica para a exportação e as fartas planícies adequadas para a criação do gado para abate com a finalidade de extração do couro.

A independência se deu para além da liberação do aspecto político, pois também havia uma importante via econômica, que rompeu por definitivo com a fiscalização, com as amarras e com as obrigações do pacto colonial.⁵³

No entanto, especialmente neste aspecto, a experiência da coroa espanhola de ter sido derrotada por Napoleão foi essencial para o desencadeamento das independências⁵⁴, uma vez que o pacto colonial já não era completamente eficiente diante do tráfico de mercadorias. Quando as elites se depararam com a nova realidade de rompimento da fidelidade que havia na Espanha, houve um alargamento da experiência de circulação de mercadoria. Não apenas foi possível fazer comércio com outros países, como foi facilitado a comercializar com a França.

No entanto, diante da restauração borbônica, tentou-se esquecer a experiência vivida. A estratégia de fazer o passado ausente foi uma jogada política e arriscada, mas comumente aplicada pelas monarquias restituídas na Europa. Na verdade, foi uma estratégia máxima do Congresso de Viena, que restaurou as fronteiras como se não tivessem ocorrido as Guerras Napoleônicas. Não obstante, os efeitos dessa política da Europa para a América foi um erro de cálculo, porque as experiências de guerra para o Continente Americano foram praticamente duas: imersão nos ideais iluministas e a vivência da autonomia e da liberdade.

Os impostos eram uma lembrança constante de que estavam submetidos a outrem. As revoltas contra essas taxações e obrigações para com a coroa datam desde as primeiras

⁵³ Halperin Donghi, Tulio. **História da América latina** – Editora Paz e Terra 4ª edição. Pag. 55

⁵⁴ Idem p. 62

décadas da Conquista, bem como as restrições feitas ao comércio, combatidas e burladas por diversas formas. Logicamente, não havia uma boa aceitação de tais imposições, no entanto, após ver-se livre por um curto espaço de tempo, voltar à submissão das obrigações parecia um julgo demasiadamente pesado.

O Vice-Reino do Rio da Prata foi constituído em virtude de uma estratégia geopolítica da Espanha para conter o avanço da coroa portuguesa para além do tratado de Tordesilhas. Ao contrário das outras regiões que se tornaram Vice-Reinos por causa da sua riqueza, o Rio da Prata não tinha minas importantes ou outra atividade econômica relevante que justificassem a sua fundação. Sua constituição foi exclusivamente por motivos políticos.

A falta de riquezas na área relegava o Prata à marginalização no sistema colonial. Consequentemente, foi constituído naquela região um pólo de poder que tinha notável autonomia quando contrastado com outras regiões, e que se acostumou a tomar decisões e gerir os negócios públicos.

Tráfico de escravos, de ouro e de prata circulava em grande intensidade na bacia do Prata e nos seus afluentes, gerando riqueza especialmente nas regiões portuárias, como Buenos Aires. O comércio ilegal sincronizava perfeitamente com a autonomia política e constituía um ambiente diferente em comparação às outras regiões da América Espanhola.

“Do outro lado, os defensores da colónia, inspirados embora em preceitos mercantilistas, nunca assumem explicitamente a defesa do contrabando, chamando-lhe apenas eufemisticamente «a abertura à navegação do rio da Prata» (expressão de Carvalho e Melo). Aos que defendiam que o Tratado e a cedência da Colónia se devia efectuar, e sustentavam que se não devia fazer despesa com uma Praça que só servia de Capa para se rebuscar um comércio clandestino e de contrabando, contrário aos tratados, respondia o Governador António Pedro de Vasconcelos que entregar o presídio do Prata seria permitir que a Espanha fechasse «uma porta por onde nos entrou a sua prata», deixando, a Coroa de Portugal, além do mais, expostos o ouro”⁵⁵

⁵⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. **A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806)**. História, Histórias: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, v. 1, p. 3-22, 2013.

Ao considerar as trocas com o comércio asiático, a rota por Buenos Aires ainda faz mais sentido do que os portos a norte, por causa das correntes marítimas, mesmo o comércio atlântico bilateral com a África era facilitado pelo aspecto marítimo. Até mesmo artigos litúrgicos eram trazidos por meio desse fluxo, pois eram manufaturados e importados.⁵⁶

A dimensão econômica foi extremamente importante para estabelecer o poder e o protagonismo de Buenos Aires, mesmo quando não era legalizado o porto⁵⁷. Implicava em controlar todo este fluxo de capital, metais, mercadorias, pessoas e sobretudo ideias.

A frequência dos navios de registro em Buenos Aires foi de tal ordem, a ponto de criar problemas para os oficiais reais lá sediados. Estes chegaram a reclamar junto à cúpula espanhola da falta de instalações adequadas na Aduana.

A despeito do movimento de navios de registro, severas restrições pesavam sobre o porto de Buenos Aires. Efetivamente, por ocasião da segunda metade do século XVIII, quando as demais regiões da América espanhola sentiram a benéfica influência da nova e liberal política dos Borbons, a dependência econômica do Prata, em relação ao Peru, estabeleceu rigorosas restrições comerciais e, segundo a opinião de Antunes Acevedo, nenhum porto sob o domínio espanhol desfrutou de menos liberdade comercial que o do Rio do Prata⁵⁸

1.6.3 A divisão de poder na América Hispânica

A obediência ao mesmo rei os fazia acolher a autoridade do regente da *Audiencia y Cancillería Real de Buenos Aires*, por ser descendente do próprio rei e gozar de

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Cisneros, Andrés, e Escudé, Carlos. **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. No. 327 (82)(091). Centro de Estudios de Política Exterior (CEPE) Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), 1998

⁵⁸ GARCIA, Emanuel Soares Veiga. **Buenos Aires na conjuntura bornônica**. Revista de História, n. 111, p. 73-84, 1977.

legitimidade,⁵⁹ já que essa era uma declinação do seu poder temporal, especialmente, em sua esfera jurisdicional. Concentrava, portanto, ainda que negociada, uma capacidade administrativa e executiva. Isto porque ainda que as audiências sejam comumente explicadas⁶⁰ como o lugar de decisão jurídica, sabe-se que no Antigo Regime as esferas de poder eram transversais, por causa do caráter fluido do poder, especialmente na colônia.

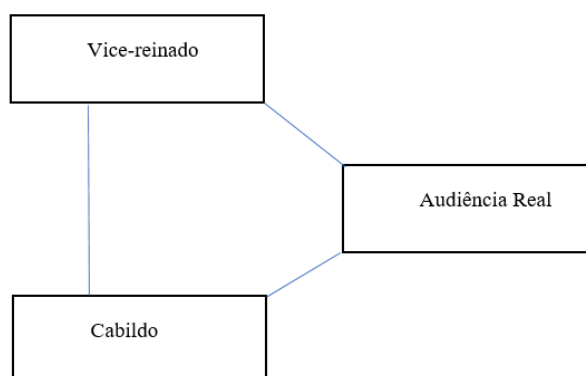


Figura 2 Esquema de poder <confeccionado pela autora como resultado desta pesquisa>

O poder na Hispanoamérica se distribuía entre Vice-Reinos, Audiências Reais, Províncias e *Cabildos*⁶¹. Divisões não claramente hierarquizadas ou definidas em suas funções. Eram comumente justapostas e era preciso constantemente negociar os poderes para poder governar.

Os Cabildos tinham uma peculiaridade, eram chamados de abertos porque o governador da província era escolhido em assembleia popular. Estava ainda incluído na lógica do Antigo Regime que determinava que este era um privilégio concedido pelo rei

⁵⁹ BRIDIKHINA, Eugenia. **La ciudad y la corte como espacios de poder en Hispanoamérica. La Plata colonial.** Revista de Indias, v. 67, n. 240, p. 553-572, 2007.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ RAMINELLI, Ronald. A monarquia católica e os poderes locais do Novo Mundo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH, 2011.

e que poderia ser revogado, como foi o caso de Assunção, que obteve o privilégio em 1548 e perdeu em 1763 após a revolução dos *Comuneros*.⁶²

Ademais, havia a hierarquia da Igreja local que não estava paralela à leiga⁶³, eram complementares e estavam entrelaçadas. Na hierarquia da Igreja estavam os padres seculares e os padres religiosos submetidos aos bispos e estes a Roma, todavia também estavam submetidos à Madrid, em razão do padroado régio. Por este motivo existia uma certa equiparação entre o bispo e o vice-rei, subscrevendo e regionalizando o poder do papa e do rei respectivamente. Ainda havia a hierarquia dos religiosos que estavam submetidos a um abade e também entram no esquema de poder e na interação com o poder decorrente do rei, a exceção eram os jesuítas.⁶⁴

Conforme se demonstra a seguir havia um completo entrelaçamento entre o poder eclesiástico e o poder leigo⁶⁵, que ocorria nas diversas esferas que se influenciavam mutuamente. Diante da multiplicidade de identidades do poder local, neste caso eclesiástico, o padre da paróquia é quem tinha maior poder uma vez que podia agir legitimamente escolhendo o poder que lhe convinha, enquanto os poderes estavam em sintonia esse poder era reduzido. No entanto, com a crise de legitimidade, essas esferas se desfazem, o poder local cresce e pode agir com verdadeira autonomia. Fato que aparece relatado e que gerava verdadeira preocupação. A Missão Muzi⁶⁶ chegou a levantar a

⁶² TAPIA, Francisco X. **Algunas notas sobre el cabildo abierto en Hispanoamérica**. *Journal of Inter-American Studies*, v. 11, n. 1, p. 58-65, 1969.

⁶³ Esta pesquisa usa este conceito analítico para contrapor a estrutura ligada hierarquicamente à Igreja da que não está ligada a ela de forma tão hierarquicamente clara. Reconhece-se que nesta época é uma difícil distinção a ser feita uma vez que a religião e o poder estão intimamente ligados, no entanto é necessário para a análise que se propõe aqui. Por fim, esclarece-se que este é um termo usado tomando como ponto de vista a Igreja Católica, todavia é justificada a escolha, em razão do objetivo da pesquisa.

⁶⁴ Como se explicará no capítulo competente.

⁶⁵ Aqui se usa o termo leigo, primeiro porque no Antigo Regime como já foi elucidado não havia separação do poder temporal e atemporal nem nos seus símbolos nem na sua execução. Segundo porque a possibilidade de um declaradamente não católico ocupar um desses lugares de poder era muito remota, quando não inexistente. Por último, porque este é um esforço de compreender a situação e reconstruir a estrutura de pensamento pretérita levando em consideração um prisma papal, por isso faz sentido esta divisão neste momento.

⁶⁶ Missão pensada pelo papa Pio VII para visitar o Cone Sul que será detalhada no 3º capítulo

questão de que a região platina estava à beira da cisão com Roma⁶⁷. Questão que foi decisiva para Gregório XVI reconhecer os poderes de fato com o medo real de perder o poder pastoral nas Américas.

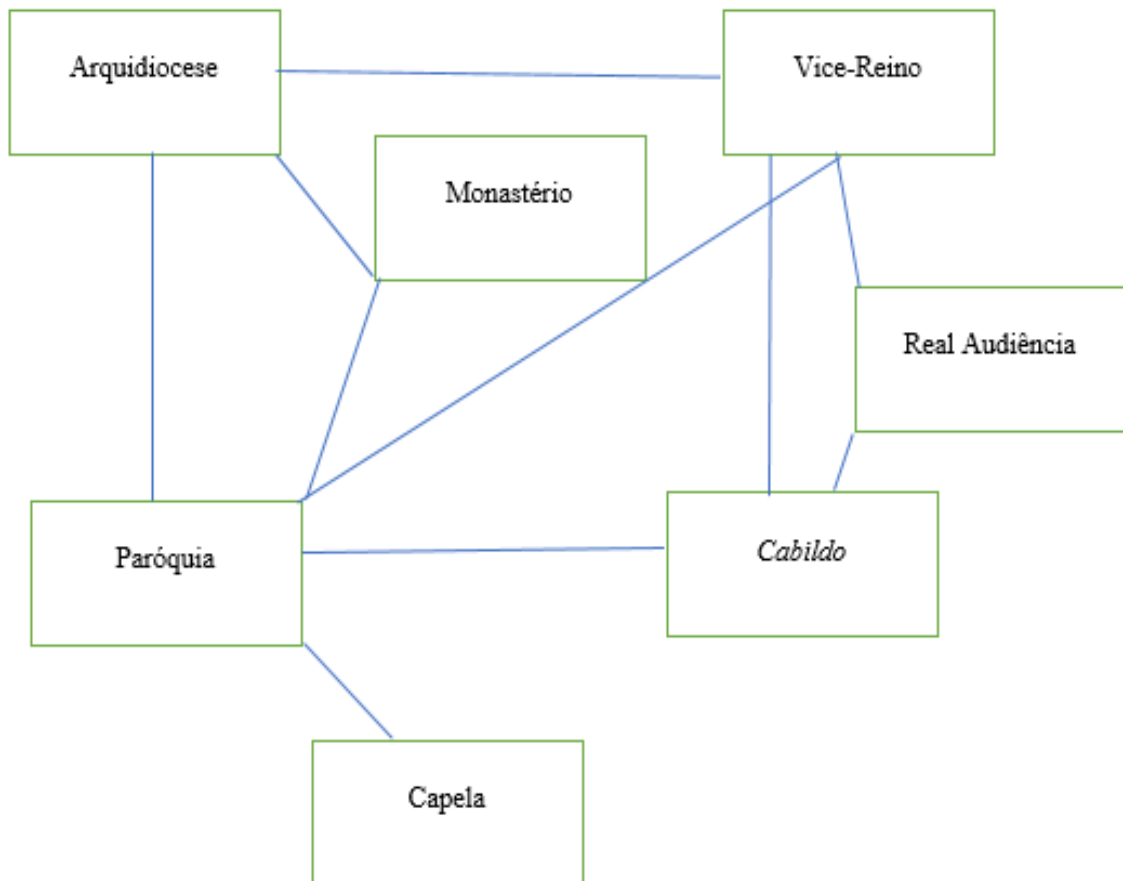


Figura 3 Esquema de poder entre o poder leigo e o poder eclesiástico <confeccionado pela autora como resultado desta pesquisa>

O sistema gerou uma complexa prática política polinuclear: várias elites, vários focos de poder, fortalecendo-se de tal forma que ocultavam a autoridade do rei. As guerras que acompanharam as independências se deram por meio das tónicas que ocorreram, em grande medida, em decorrência da pluralidade de pretendentes ao poder, já que o conflito na verdade se dava entre as elites locais que pretendiam a hegemonia em detrimento de outras. As elites alegam falar em nome do rei. Em outro momento, evocando para si a

⁶⁷ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 197

personificação do progresso ou da liberdade por meio de discursos para fundamentar o jogo político de submissão das elites mais fracas à hegemônica, comumente associada aos meios coercitivos.

A sobreposição de poder gera diversas consequências políticas, culturais, econômicas e ideológicas. Destacadamente, como havia a prática de distribuição de cargos, cujos ocupantes tinham a capacidade de agir e falar em nome do rei com igualdade de importância, mas em matérias diferentes, há um problema prático: qual poder tem primazia perante os outros? Provavelmente, esta foi uma estratégia utilizada pela casa real espanhola para, a despeito da descentralização essencial naquilo que de fato importava, conseguir administrar os conflitos entre as elites locais.

Ocorre que diante da realidade do esvaziamento do trono espanhol por causa das guerras napoleônicas, gerou-se um problema prático nas Américas: cada uma das elites locais queria avocar a si o direito sobre a maior quantidade de território, gerando, por conseguinte, diversas guerras civis. Quando recorriam aos documentos que conferiam jurisdição às Audiências Reais ou ao Vice-reinado ou à Província para reivindicar o território, podia-se observar que havia sobreposição de pretensões à jurisdição⁶⁸.

Quando Fernando VII retorna ao trono, a princípio, cessava o motivo da disputa de poder entre as elites, no entanto, o motivo pelo qual foram iniciadas as guerras de independência era praticamente irrelevante, isto porque os eventos ganharam uma dimensão inimaginável e uma dinâmica própria, alcançando intensidade distinta, pois vão além do motivo puramente jurisdicional e ganham um *(meta)motivo* – a liberdade, a autonomia: a independência.

O *cabildo* de Buenos Aires, por exemplo, encetou uma guerra contra as elites do interior, objetivando ter a hegemonia no Rio da Prata. Observa-se aqui que não há claramente uma estratificação das esferas de poder. Assunção faz sua independência em

⁶⁸ Possível observar no mapa do subcapítulo anterior.

função desta pretensão portenha⁶⁹, antes porque não queria se submeter a Buenos Aires do que por insurgir-se contra a coroa espanhola, como se poderia pensar⁷⁰.

1.6.4 *A disputa de poder regional*

A dinâmica de poder da colônia marcou a política das Américas mesmo depois da independência, a justaposição e a fragmentação acarretaram as diversas guerras civis nas quais se disputava o domínio sobre certo território ou área de influência. Ademais, a tradição cultural herdada fundamentava o poder no patriarcalismo e no patrimonialismo que, somados, geram os caudilhos. Eles precisavam demonstrar virilidade e viam nas armas e na violência a legitimidade do poder. Afinal, subiam num cavalo, brandiam uma espada e proclamavam ideias de uma nova liberdade. Não necessariamente por um motivo maquiavélico, mas sim por uma questão bem mais pragmática, em um universo de significados e com as ferramentas estabelecidas nos anos anteriores.

As antigas formas de legitimar o poder eram usadas para endossar as novas ideias. A violência era a mais comum entre elas. As guerras que não circunscreviam a busca por autonomia, estavam para além da busca por independência e, por vezes, idealizavam hegemonia e submissão de outros. Um exemplo é Buenos Aires que, desde 1810, buscava submeter todo o Vice-Reino do Prata, motivo pelo qual lutou por mais de duas décadas com o *Interior*. Ou ainda, o caso de Assunção, que fez sua independência não em função da metrópole, mas porque os portenhos os queriam submeter.

Nesse contexto, no qual o jogo político se colocava em cheque, a igreja ainda tinha o papel de ser detentora de prestígio e também o conferia a quem a ela se aliava, adentrando na rede de poder em que circulavam os benefícios. Notadamente, essa instituição foi uma peça fundamental quando da independência, e as elites regionais se encontraram em meio a uma crise de legitimidade. A igreja usou de seu prestígio para

⁶⁹ O temor à submissão a Buenos Aires pairava no imaginário platino até a virada do século XX, e marcou até meados do século XX as relações internacionais na região. Sendo inclusive um dos motivos da rivalidade entre a Argentina e o Brasil desde então.

⁷⁰ BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata da colonização ao Império**. Philobiblion, 1985.

negociar o poder outorgado à autoridade civil e aproveitou a circunstância de os personagens políticos, imersos no mesmo ambiente intelectual favorável a estas ideias, haverem sido formados por seus paradigmas (inclusive no caso dos religiosos hispano-americanos que, além do ambiente geral, possuem a educação, a disciplina e a tradição da identidade monástica).

Portanto, houve a diferença da experiência concreta e imediata entre a Europa e América. As contingências da vida prática modelaram a leitura do contexto, fazendo com quem sua dignidade esfaqueada pela modernidade se colocasse contrária a esta. Enquanto o outro, que se viu humilhado pela tradição, quis se desvencilhar das correntes.

1.6.5 A questão da liberdade

O vazio do trono espanhol causado pela invasão de Napoleão gerou uma experiência sem precedente na América: a vivência de liberdade. Não obstante, a autonomia gozada pelas elites regionais de fato representava uma grande parcela de poder sem o qual seria inviável a governança a tão longas distâncias.

No entanto, a autonomia em questão representava certo descaso do monarca para com as necessidades concretas de seus súditos. Em uma sociedade onde havia construções mentais difusas que permitiam fazer uma elaboração crítica acerca da figura do monarca, o bom rei era aquele que tinha presente as necessidades de seus súditos – uma interpretação tomista acerca do bem comum e do poder monárquico. A distância da coroa, e especificamente da ritualística que apoiava e ressignificava a sociedade de cortes⁷¹, enfraquecia a presença, mesmo que simbólica, do rei. Dessa forma, acabou-se realçando a ausência real e conseqüentemente suscitou-se a discrepância entre os súditos peninsulares e americanos, ressaltando a natureza secundária de sua suserania hispano-americana.

Diante da marcha de Napoleão sobre a Espanha e a conseqüente ocupação do trono por José Bonaparte, abriu-se um novo horizonte que relativizava a necessidade de

⁷¹ A reflexão foi inspirada por ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Zahar, 2001. Especialmente pp. 97-131

obedecer a um rei distante, sobretudo a um rei que não era legítimo. As revoltas contra o poder começaram, as elites regionais se dividiram em vários espectros políticos em defesa do rei Fernando, sugerindo uma união da América Espanhola, independência regional ou local.

As divisões no poder, por sua vez, tinham uma lógica própria. Justificavam-se por afinidades ideológicas, sobremaneira as divisões eram causadas por conta do jogo de poder onde as disputas coloniais se personificavam. Havia, ainda, a necessidade de legitimar o poder; por conseguinte, era necessário delimitar uma área para exercer o poder e uma bandeira para agregar apoio popular.

Neste contexto, o respiro de liberdade era ressentido como particularmente inspirador e capaz de atrair as multidões. Especialmente quando os contrastes são a lealdade a um rei derrotado e o respeito a um poder constituído, que na verdade fora usurpado. A liberdade tinha um apelo quando contrastada com o momento anterior de mera autonomia.

A comoção de liberdade política foi somada aos interesses locais das elites que ansiavam pelo poder e pelo domínio daquelas regiões que até então estavam apenas sob seu usufruto. Provavelmente, a maior marca dessa precária posse eram os impostos, tributos e limitações comerciais, sem as quais dificilmente a motivação de independência teria perdurado com tão ávido empenho das elites.

1.6.6 Carlotismo

Todavia nem toda a sociedade platina via com otimismo as mudanças, uma boa parte da Junta Provisória no primeiro momento fazia frente ao poder ilegítimo de José. Além do Paraguai, que declaradamente funda a junta provisória em função de Fernando, também houve os regalistas que eram realmente contra as revoltas.

Sobretudo na região platina há um movimento muito peculiar, principalmente quando se leva em consideração o motivo pelo qual o Vice-Reino foi fundado: fazer frente ao avanço do império português. O Carlotismo foi um movimento de caráter monarquista no Prata, diante da prisão de Fernando VII e da ilegitimidade de José Bonaparte. Baseado na ideia que o poder era um direito sanguíneo e legitimado por Deus por meio da Igreja.

Nesse vazio de poder os platinos recorreram a Carlota Joaquina Teresa Cayetana (25 de abril de 1775, 7 de janeiro de 1830), casada com D. João VI e Rainha Consorte do Reino de Portugal e Algarves de 1816 até 1826.

Carlota Joaquina era filha do rei Carlos IV da Espanha, logo, da mesma linha sucessória de Fernando VII, seu irmão, desta forma ela se qualifica para governar os territórios do irmão, ainda que seja como regente. E ao contrário da sua família real de origem, estava muito perto da região platina e capaz de governar, uma vez que desde 1808 havia se mudado para o Brasil com o seu marido, rei de Portugal, escapando de Napoleão.

En 1808, mientras las ciudades peninsulares formaban juntas para conservar la soberanía hasta que volviera el monarca al que consideraban legítimo e iniciaban la resistencia armada, las autoridades coloniales en América lograron mantener el statu quo, pese a lo cual surgieron varias agitaciones. En el Virreinato del Río de la Plata hubo distintas reacciones, desde la aparición del Carlotismo⁷²

Estes movimentos conservadores tomaram força entre as elites do interior uma vez que dava argumentos e forma intelectual a uma disputa muitíssimo conhecida desde os tempos coloniais, interior *versus* portenhos.

Em 1810 y 1811 el poder de Bonaparte parecía definitivamente consolidado en Europa, y si ni todas las potencias, el gobierno portugués, al menos tenía interés en mostrarse convencido de que Fernando VII no saldría jamás del cautiverio ni volvería a sentarse no trono de sus padres. [...]traes a su jurisdicción el protectorado y gobierno preventivo de las colonias de España, fundándose al efecto en la necesidad de garantizar los derechos eventuales de doña Carlota Burbón⁷³

⁷² DI MEGLIO, Gabriel. **Algunas claves de la Revolución en el Río de la Plata** (1810-1820). Estudios Ibero-Americanos, v. 36, n. 2, 2010. p. 274

⁷³ Lopez, Vicente. F. **Historia de la republica argentina**: Su origen, su revolucion y su desarrollo - 8. ed. 1965 Pg. 263

Por um lado, o Carlotismo tinha uma grande vantagem do ponto de vista da estratégia política, pois era de extremamente fácil penetração entre as camadas sociais, porque a sociedade platina estava habituada e tinha os paradigmas muito fundamentados, seja do parâmetro da tradição, seja do ponto de vista religioso, que permitiam a aceitação da monarquia e a obediência e a fidelidade à coroa.

Todavia, os articuladores deste movimento subestimaram o mito fundador platino: a rivalidade com o império português. De modo que a oposição ao Carlotismo argumentou que ela era esposa de Dom João e isto implicaria, no fim, em se submeter a Lisboa (no momento Rio de Janeiro). Ademais, não houve ambiente político para aceitação de uma monarquia platina.

Ainda que fracassado, o movimento foi extremamente importante e ilustra como a monarquia estava arraigada nesta sociedade a ponto que alguns atores estivessem dispostos a transpor o mito fundador platino.

1.7 *Guerra Justa e Guerra Santa*

Neste ambiente o poder parecia acomodado. É importante entender como que uma sociedade que tem o poder político tão ligado à Igreja Católica e tão influenciada pelos ideais do cristianismo justifica primeiro a guerra, e depois uma guerra para quebrar com a tradição. A questão da guerra justa e guerra santa estão presentes entre os paradigmas cristãos e justificam a guerra no continente americano desde o primeiro contato com os europeus.

As Américas foram fundadas sobre a mitologia de uma guerra justa. Especialmente para Igreja Católica havia uma mentalidade baseada no paradigma belicista – ainda uma remanescência da questão cruzadista.

A permanência da mentalidade das Cruzadas não era uma mera luta contra o infiel, como se poderia crer *a priori*, era sobretudo baseado em conceitos muito caros ao cristianismo – uma relação escatológica do mundo – uma verdadeira guerra metafísica, “lutei o bom combate, guardei a fé”⁷⁴. A certeza da morte não se tratava meramente de uma questão utópica, antes de um pragmatismo extremo. Isto porque, independente do discurso que se poderá narrar, a realidade era que aquelas pessoas concretas que deixavam suas terras para “*ide, e fazei discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo até o fim do mundo*”⁷⁵ estavam cientes da imprevisibilidade que os aguardava e da certeza da morte no “*fim do mundo*”.

A narrativa do mito fundador da colonização aparentemente subverte a lógica que é exposta por Michael Walzer, na qual a responsabilidade seria do agressor⁷⁶, inspirado por Clausewitz⁷⁷ e a sua teoria da guerra, na qual a defesa sempre teria uma vantagem na guerra. Isto por que se tratar da sobrevivência. Por conseguinte, a defesa prevalece num embate porque os combatentes estão imbuídos de proteger a si e aos seus. Ademais, tem

⁷⁴ JERUSALÉM, Bíblia de. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. Timóteo 4:7

⁷⁵ Idem. Matheus 28:19

⁷⁶ WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas**: un razonamiento moral con ejemplos históricos. 2001. Pg. 37 e 38

⁷⁷ CLAUSEWITZ, Carl von. **A natureza da Guerra**. Da Guerra, 2007.

a vantagem estratégica de conhecer o terreno do embate, está habituado ao clima e outras questões práticas que na guerra tradicional tem verdadeira relevância.

Deste modo se observa que as Américas não foram apenas fundadas sobre a égide de uma narrativa de guerra justa, mas de Guerra Santa. Porque, eles foram invasores e não estão defendendo o seu território. Ocorre, no entanto, que existe uma defesa – a defesa da fé – a mesma que imbuíu os cruzadistas. Afinal, aqueles que morriam na evangelização são considerados verdadeiros heróis – mártires.

Para a escolástica, especificamente para São Tomás (que inspirava as ordens religiosas que se engajaram em missões no Novo Mundo), a guerra justa está atrelada ao conceito de *bem comum*. O *bem comum* deve ser um condicionante à ação do homem, especialmente do homem público — o governante. Deste modo um bom governante deve tomar suas decisões visando o *bem comum*. Portanto, dentro deste raciocínio é razoável a lógica do sacrifício individual em prol da coletividade.

Neste sentido, pode-se depreender-se que a guerra justa é aquela que visa o *bem comum*. Aqui jaz uma visão moral muito rígida, na qual o bem comum deve estar baseado nos paradigmas de virtudes. Portanto, é razoável concluir que a guerra justa está intimamente relacionada com a defesa. A defesa deve ser da coletividade e não de interesses particulares dos governantes⁷⁸.

Quando a defesa relacionada a fé, esta era um bem em si mesma, pois engrandeceria a coletividade bem como aquela persona que deixava-se matar. E matava em defesa daquilo que deveria ser o cerne, o tesouro mais precioso da sua coletividade [a fé].

A guerra santa, por conseguinte, tem esse caráter metafísico no qual se defende a fé. Consequentemente a guerra santa, para o crente é a defesa da essência que define quem ele é. De modo que ele estaria imbuído da mesma motivação de quem defende a pátria de um ataque, ainda que seja em uma posição de ataque.⁷⁹

⁷⁸ CLAUSEWITZ, Carl von. A natureza da Guerra. Da Guerra, 2007.

⁷⁹ Leia-se aqui uma abstração teórica, levando em consideração um crente e não um soldado que tem outras motivações, ainda que se encontre em meio a uma “guerra santa”.

Nas independências nasce uma nova lógica de guerra. A sociedade que estava acostumada as regras, símbolos e sentidos de um mundo em que a obediência régia era a norma via seu mundo estilhaçado com os avanços napoleônicos.

Ao conquistar a Europa, Napoleão não apenas desestruturou o arranjo de poder aristocrático europeu, mas também desestabilizou a delicada arrumação de poder das colônias. Ora, sabe-se que o sistema colonial gerou uma complexa prática política polinuclear: várias elites, vários focos de poder, fortalecendo-se de tal forma que ocultavam a autoridade do Rei. No entanto, enquanto a figura régia ainda persistia no trono ele figurava como o fiel da balança nas disputas entre pares, residindo aí o seu poder.

Com a sua ausência, o sistema entra em colapso. Eis a tônica das guerras de independência. Em grande medida, ocorreram em decorrência da pluralidade de pretendentes ao poder, já que os conflitos se davam entre as elites locais que pretendiam a hegemonia em detrimento de outras.

As elites alegavam falar em nome do rei, em outro momento passam a evocar para si a personificação do progresso ou da liberdade por meio de discursos para fundamentar o novo jogo político de submissão das elites mais fracas à hegemonia — comumente por meios coercitivos.

Ocorre que, diante da realidade do esvaziamento do trono espanhol por causa das guerras napoleônicas, gerou-se um problema prático nas Américas: cada uma das elites locais queria evocar a si o direito sobre a maior quantidade de território, gerando assim diversas guerras civis. Nisso, recorriam-se aos documentos e registros cartográficos que conferiam jurisdição às antigas Audiências Reais ou ao Vice-reinado ou à Província para reivindicar o território e podia-se observar que havia sobreposição de pretensões jurisdicionais.

Quando Fernando VII retorna ao trono cessam-se, teoricamente, os motivos da disputa de poder entre as elites. No entanto, o motivo pelo qual foram iniciadas as guerras de independência era praticamente irrelevante; isto porque, os eventos ganharam uma dimensão inimaginada e uma dinâmica própria cuja intensidade distinta ia além do motivo puramente jurisdicional e ganham um novo (*meta*)motivo — A liberdade, a autonomia e a independência.

No entanto, a **autonomia** representava um sentimento de descaso do monarca para com as necessidades concretas de seus súditos, em uma sociedade onde prevaleciam construções mentais difusas que permitiam fazer uma elaboração crítica acerca da figura do monarca.

O *bom rei* era aquele que tinha presente as necessidades de seus súditos, em conformidade com uma interpretação tomista acerca do bem comum e do poder monárquico. O poder monárquico enfraquecia-se diante a distância da Coroa, e especificamente da ritualística pela qual se apoiava.

Dessa forma, acabou-se realçando a ausência real e conseqüentemente suscitou-se a discrepância entre os súditos peninsulares e americanos, ressaltando a natureza secundária de sua suserania hispano-americana. Diante da marcha de Napoleão sobre a Espanha e a conseqüente ocupação do trono por José Bonaparte, abriu-se um novo horizonte que relativizava a necessidade de obedecer a um rei distante, sobretudo a um rei que não era legítimo.

As revoltas contra o poder começaram, as elites regionais se dividiram em vários espectros políticos em defesa do rei Fernando, sugerindo uma união da América Espanhola, independência regional ou local. As divisões no poder, por sua vez, tinham uma lógica própria. Justificavam-se por afinidades ideológicas, sobremaneira as divisões eram causadas por conta do jogo de poder onde as disputas coloniais se personificavam. Havia, ainda, a necessidade de legitimar o poder; por conseguinte, era necessário delimitar uma área para exercer o poder e uma bandeira para agregar apoio popular.

Nisso, o clero encontra-se destroçado, dividido entre *regalistas* e libertadores, além das baixas sofridas por excomunhão e mortes nas guerras civis⁸⁰. Se experimenta, portanto, um vazio e uma desorientação do poder eclesiástico nas colônias.

Neste contexto, o respiro de liberdade era ressentido como particularmente inspirador e capaz de atrair as multidões. Especialmente quando os contrastes são a lealdade a um rei derrotado e o respeito a um poder constituído, que na verdade fora

⁸⁰ BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 2000. (v.III)

usurpado. A liberdade tinha um apelo quando contrastada com o momento anterior de mera autonomia.

A comoção de liberdade política foi somada aos interesses locais das elites que ansiavam pelo poder e pelo domínio daquelas regiões que até então estavam apenas sob seu usufruto. Provavelmente, a maior marca dessa precária posse eram os impostos, tributos e as limitações comerciais, sem as quais dificilmente a motivação de independência teria perdurado com tamanho empenho pelas elites locais.

Diante da desorientação e da divisão que verificava no contexto Hispano-americano, inclusive por parte do clero, ambos os lados procuraram o antigo fiel da balança para legitimar sua causa – o Papa. As guerras de independência ocorriam paralelamente aos conturbados tempos da Europa. Dificultando exponencialmente a mútua compreensão e comunicação entre o papo e as Américas.

Por esta razão, os independentistas enviaram uma expedição diplomática à Santa Sé para pedir ao Papa que reconhecesse as independências e escrevesse uma carta (encíclica) ao clero a fim de orientá-los de acordo com o que deveria ser o bem comum — para eles seria apoiar a independência.⁸¹

A expedição tinha orientação de fazer uma petição extremamente ousada ao Papa: a dispensa dos que lutaram nas guerras de independência do jejum de carne nos dias santos.⁸² Uma honra comumente conferida aos vencedores das guerras, especialmente, quando esta era considerada uma guerra justa ou santa. Logo era um pedido para que a guerra fosse considerada como justa ou santa.

A questão é que a luta era em defesa da fé que estava sendo abalada pela ruptura da tradição e a dessacralização da política e da história, conceitos que eram materializados na Revolução Francesa. Concretamente, a petição dos independentistas era válida porque estavam se revoltando contra um rei ilegítimo – José. E o pior a sua “legitimidade” advinha sem a benção divina.

⁸¹ Segundo o Letúria e Furlong. In: FURLONG, Guillermo S. J. . **La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana**. Buenos Aires. Ediciones Tehoría. 1957. Esta nota aparece com a mesma redação em diversos lugares, sem indicação da página.

⁸² Idem

No entanto, os independentistas não conseguiram ver deferida a sua petição, para compreender a cronologia é essencial. Porque no período em que foi apresentado o pedido, José Bonaparte ocupava o trono da Espanha e o papa encontrava-se preso por causa da guerra. No fundo a iniciativa se justificava, já que o rei que estava no poder não era considerado legítimo, mas um rei *tirano*⁸³. Assim, a guerra contra ele não era desobediência, antes uma luta em favor do *bem comum* e, em última análise, uma união contra o mal que afligia o próprio papado.

Em contraponto ao pedido hispano-americano havia a atuação Secretário de Estado espanhol Dom Pedro Gómez Labrador⁸⁴ que estava acompanhando a dinâmica eclesiástica, pois havia sido designado como plenipotenciário desde Pio VI (1798), foi mantido nos períodos de Fernando VII e de José Bonaparte e defendia o ponto de vista institucional independentemente de quem era o soberano a reinar.

No entanto, pouco tempos depois Napoleão perdeu a guerra e Fernando VII voltou ao trono espanhol restabelecendo o seu domínio, inclusive seu direito sobre as colônias. Tal situação derruba por terra a pretensão das Américas de ver sua petição de ver as guerras de independência declaradas justas. Por outro lado, não se abandonava a ideia de ver as independências ao menos reconhecidas, e ainda restava a pretensão de ver uma encíclica que aglutinasse o clero latino-americano.

Por outro lado, diante do panorama provável não só do reconhecimento do papado, mas ainda de uma possível encíclica que apoiasse os independentistas, o embaixador Labrador não tardou em fazer também uma petição ao papado que se pronunciasse sobre as “guerras civis” que aconteciam nas colônias. Ressalta-se que o papa Pio VII havia acabado de sair do cativeiro imposto por Napoleão e o contato com as notícias da colônia era praticamente apenas por meio do secretário Labrador⁸⁵.

⁸³ O termo é o usado no sentido da época.

⁸⁴ Pedro Gómez Labrado – nascido em 1772 em (Valencia de Alcántara. Aristocrata espanhol, tinha o título de marquês. Além de ser importante diplomata, uma de suas maiores participações foi representar a Espanha no Congresso de Viena. Secretário de Estado desde 1812.

⁸⁵ Segundo o Letúria e Furlong. In: FURLONG, Guillermo S. J. **La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana**. Buenos Aires. Ediciones Tehoría. 1957

Quando as independências eclodiram, religiosos foram mortos, fugiram por causa das perseguições, foram excomungados.⁸⁶ O resultado: várias dioceses experimentam um vazio de guiamento – “como ovelhas sem pastor”. Na sociedade essencialmente religiosa, a falta de um líder espiritual tem um grande peso, dada a representação daquele campo de significados doutrinários e bíblicos. Logo, aquelas pessoas experimentaram uma desorientação frente à autoridade – generalizando a crise de autoridade, tanto no político quanto no religioso, que se enfrentava nesse vazio.

Ademais os próprios clérigos experimentaram uma carência de sentido diante da realidade das autoridades a que deveriam supostamente obedecer estarem em posições opostas. A elite local antiga sempre fora aliada dos religiosos nas Américas e até pouco tempo antes representava o poder monárquico espanhol, mas era ela que se havia revoltado. O papado, que estava enfraquecido e ausente do cenário internacional, parecia cada vez mais distante da realidade platina. O poder régio, ausente por certo tempo em virtude das guerras napoleônicas, tentava retomar o controle. Diante de tantas autoridades conflitantes e em parte ausentes criou-se um vácuo de poder no qual muitos religiosos hispano-americanos vieram a adotar posições igualmente divergentes.

Observando o desgaste interno e externo à Igreja e que diante dos eventos de 1814 o qual modificou o parâmetro e o impacto da declaração de que as *insurgências* eram na verdade guerras justas. A partir daquele momento configuraria um reconhecimento de que as dos movimentos de independência com em sua essência eram legítimas e *boas* (no sentido mais profundo e teológico do termo). Por esse motivo houve uma mudança de direção que acarretou nos pronunciamentos oficiais e nas decisões do papa mediante as primeiras encíclicas *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* e *Etsi Longissimo Terrarum*. Primeiro ao conclamar o clero da América Espanhola a redirecionar os seus esforços na expectativa e na esperança de que o corpo (leigos⁸⁷) sigam a “cabeça da Igreja” – o clero unido à Roma. Respondendo a crise de orientação e de identidade enfrentada. Enfim, as

⁸⁶ BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 2000. (v.III)

⁸⁷ O conceito de “leigos” nesse trabalho está sendo usado como uma forma categórica pastoral para designar aqueles que são católicos, mas não estão na estrutura clerical: diáconos, padres, bispos (e as suas nomeações cardeais e papa). O termo leigo inclui os fiéis casados, solteiros, viúvos e inclusive os religiosos que não foram ordenados.

encíclicas tentavam ao contrário do solicitado a princípio de que o justo era a defesa da autoridade tradicional, de modo a restaurar a ordem em consonância com o que o papado passava na Europa restaurada pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança.

Com a pluralidade e a desorientação gerada pela distância temporal, geográfica e mental entre o papado e a América, cada pólo de poder resolve por si o que guerra santa significava em seu contexto. Usando os mesmos pressupostos filosóficos e religiosos existiam dois lados lutando a sua guerra santa. Esta é uma marca tão presente na América hispânica – notoriamente no Prata – que se produziram heróis da pátria e mártires da independência.

Ora, não por acaso esse conceito – que é contemporâneo aos fatos – é revelador de uma mentalidade que convenceu aquelas pessoas da ruptura de paradigmas. Na desorientação que viveram procuraram significantes naquele universo que lhes era familiar.

2 A Visão da Santa Sé

Ao longo dos últimos anos do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX a Igreja Católica sofria fortemente com as mudanças do mundo contemporâneo. De fato, a Revolução Francesa havia rompido com os paradigmas estabelecidos: o poder divino dos monarcas e o poder temporal do papa.

Esses paradigmas foram denunciados e combatidos pelo anticlericalismo dos ideais iluministas. A revolução materializou as ideias que pairavam há algum tempo sobre o ambiente europeu e, certamente, a audácia de Napoleão de fazer cativo o papa Pio VII foi o ato mais emblemático que enfraqueceu o poder do papado. Ademais, deve-se considerar que, especialmente no caso do poder religioso, o caráter simbólico é essencial. No caso, a imagem sacra do papado foi maculada com a prisão e a autocoroação de Napoleão.

Após as guerras napoleônicas, ocorreu em grande parte da Europa a onda restauracionista, fruto do Congresso de Viena que entendia a aliança do religioso e do político como fundamental para a manutenção da ordem. Obviamente a Santa Sé tinha um destacado papel no jogo político. As coroas ibéricas eram consideradas aliadas – uma das únicas alianças que se poderia considerar e, diante daquela situação, o alto clero não tinha muitas possibilidades de ação no cenário político. Nesse ambiente, o papado se viu confrontado a um desafio pastoral e político: as independências das Américas, enquanto ainda tentava se recuperar do abalo que havia recentemente sofrido, sobretudo por meio da Santa Aliança.

A América hispânica representa um novo e grande desafio quiçá o maior desafio da Santa Sé do início do século XIX. Isto porque, ao contrário da independência da América Inglesa, especialmente os Estados Unidos, o reconhecimento da Inglaterra demorou apenas sete anos, não sendo relevante o posicionamento do papa porque a cultura religiosa não era predominantemente católica. Ainda quando a cultura católica era predominante no novo país, como no caso da América Portuguesa, o rápido reconhecimento da ex-metrópole não foi um trauma para a Santa Sé.⁸⁸

⁸⁸ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p.64.

A questão essencial era a definição de hierarquia eclesiástica que fora destruída pelas guerras, perseguições e pelo próprio passar dos anos.

Es fácil prever la espinosísima situación que un proceso secesionista tan prolongado y violento de todo un mundo católico, había de crear a la Santa Sede. La independencia de los Estados Unidos no le había planteado ningún problema político, tanto porque el reconocimiento de Inglaterra vino a los siete años (1783) a regularizar la situación internacional, como porque la erección de la jerarquía católica en los nuevos Estados se hizo por Roma sin intromisiones ni choques con las nuevas autoridades políticas 31. Aun en el Brasil se realizó la emancipación sin graves preocupaciones para la Silla Apostólica; pues, iniciada en 1822, asumió desde el principio la forma monárquica y fue reconocida oficialmente por Portugal en 1825.⁸⁹

Por outro lado, o dilema que enfrentava é que não era apenas uma entidade política, era uma instituição religiosa tendo dever pastoral – e, sobretudo, seu “*braço*” evangelizador. Provavelmente por isso, a primeira ação diplomática do papado frente às insurreições na América hispânica foi exatamente usar o seu tentáculo catequizador: os Jesuítas.

A questão, todavia, era que a Igreja Católica ainda tinha muito presente a monarquia papal, havia em torno do papa uma verdadeira corte eclesiástica, na qual eram preparados os futuros papas. Ainda que não fosse uma linhagem sanguínea, existia uma verdadeira continuidade do que poderíamos chamar de linhagens papais. Não por acaso esses papas tinham ascendência aristocrática e inclusive levam a sua filiação nos braços papais.

O surgimento da “monarquia papal medieval” deixava de ser parte da história da Igreja romana e passava a englobá-la. The Papal Monarchy amplificou o legado de Fabre, elevando-o a uma nova grandeza: o processo de institucionalização do papado abarcava múltiplas temporalidades e facetas da vida medieval. Os padrões da mudança social, as dinâmicas da religiosidade, a movente

⁸⁹ Idem. p. 65

cartografia das instituições cristãs, os deslocamentos das fronteiras da adesão e da dissidência e até as tensões intelectuais da vida ocidental: segundo Morris, tudo confluía para o apogeu da “monarquia papal”. O conceito, até então aplicado em sentido estrito — isto é, designando práticas e ideias de controle, gestão e administração —, era empurrado para um salto epistemológico: agora, ele recobria o curso de uma totalidade social no tempo.⁹⁰

A monarquia papal surge ainda no medievo e logo se associou à aristocracia. Identifica uma linhagem de suserania eclesiásticas na qual materializa com potência o poder temporal do pontífice. Monarquia que passou por um processo de modificação, que iniciou com a Reforma, aprofundou-se com a prisão de Pio VII e culminou na perda dos territórios dos Estados Pontifícios na unificação Italiana. Simbolicamente representado pelo desuso da tríplice tiara papal, já no século XX com Pio VI.

Levadas de roldão por essa amplificação conceitual, as premissas oitocentistas da progressiva unificação territorial e da centralização decisória soberana, alojadas nas páginas da moderna edição do *Liber Censuum*, atingiram a máxima expressividade do óbvio, de um dado “simplesmente real”. Empiricamente demonstrada, conceitualmente elaborada e acolhida como uma terminologia geral da história ocidental, o conceito de “monarquia papal” se impôs como limite da compreensão histórica. Ultrapassá-lo seria desautorizar a realidade e colocar-se porta afora da cientificidade. Assim, o conceito fez do passado fiador incondicional dos valores políticos modernos.⁹¹

2.1 *Atores eclesiásticos*

Exatamente por essas razões e características da monarquia papal, conhecer os detalhes das origens e das influências dos papas é importante. Os brasões, por sua vez, são excelente demonstração das influências e dos poderes que circundava a corte

⁹⁰ RUST, Leandro Duarte. **A monarquia papal (1000-1300): a fundação de um conceito**. Revista Tempo, v. 1, p. 0021, 2015

⁹¹ Idem. p.0021

eclesiástica. A escolha do brasão demonstra aquilo que era mais importante para o papa. Geralmente representados em dois elementos externos aos signos do pescador: um brasão da família e os emblemas da ordem religiosa.



Figura 4 Brasão de Pio VII

2.1.1 Pio VII

O papa Pio VII teve um dos pontificados mais conturbados da história e certamente sofreu a mais emblemática afronta à dignidade papal em seu embate com Napoleão. Barnaba Niccolò Maria Luigi Chiaramonti nasceu em 1742 e exerceu o ministério pontifício de 1800 a 1823.

Os detalhes do brasão do Papa Pio VII⁹² podem revelar evidências da sua personalidade e daquilo que pretendia em seu pontificado. O Triregnum (tiara papal) está presente, representando o poder monárquico do papa sobre a terra e o céu.⁹³ Também estão presentes os três mouros demonstrando a necessidade de evangelização. E a cruz símbolo dos beneditinos evidenciando a sua formação eclesiástica.

O papa sofreu pessoalmente e em sua dignidade papal ao ser cativo de Napoleão Bonaparte, o assunto das Américas restou prejudicado neste cenário, pois não havia ambiente para serem aceitas grandes mudanças políticas, nem uma quebra na tradição, muito menos a tolerância do crime de lesa majestade (ainda que não fosse por questões políticas, por questões práticas, o papa era simpático e teria empatia à coroa). Não obstante o cativo, poucos dias após a chegada do pontífice em Roma em 1814 publica-

⁹² Disponível em: <<http://www.araldicavaticana.com/ppio07.htm>>

⁹³ DE ARCO, Fernando et al. Heráldica eclesiástica. Emblemata: Revista aragonesa de emblemática, n. 18, p. 123-146, 2012.

se a *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, restaurando a ordem jesuítica. Dois anos após, quando a situação nas Américas estava instalada e o rei Fernando VII havia retornado ao trono, o papa se dirigiu ao Novo Mundo na sua encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*.

2.1.2 Leão XII

O papa Leão XII foi da mesma linhagem papal de Pio VII. Nasceu de uma família nobre. Nascido Annibale Francesco Clemente Melchiore Girolamo Nicola della Genga (1760-1829). A sua casa antes mesmo antes de seu pontificado já tinha forte influência na corte eclesiástica e já havia produzido papas na família, um dos motivos pelo qual teve desde o início de seu ministério trânsito em Roma.

Em 1783 foi ordenado sacerdote, no entanto logo depois foi feito secretário particular de Papa Pio VII apreendendo, observando e sendo preparado para ser o próximo papa. Quando havia observado de perto a política da Santa Sé foi o momento de ocupar cargos no arcebispado e na diplomacia pontifícia: em 1793, foi nomeado arcebispo de Tiro, cidade no Líbano e depois foi enviado como núncio apostólico a Lucerna. A sua carreira diplomática dura até 1798, com a subida de Napoleão Bonaparte ao poder e a forte perseguição do clero, sobretudo dos conservadores. Retira-se para uma abadia.

Em 1816, é elevado a Cardeal e quatro anos depois nomeado vigário de Roma – cargo extremamente ligado a burocracia e a vida política da Santa Sé. Quando Pio VII morre, tomou o cargo para o qual havia se preparado a vida toda, eleito vigário de Cristo em 28 de julho de 1823. A trajetória sacerdotal permite identificar que sua formação sólida na política e na burocracia eclesiástica lhe permitiu uma certa independência dos assessores e capacidade de visão no jogo de poder do início do século XIX. Teve consciência das suas limitações e possibilidades diante da complicada situação que deixou seu antecessor.⁹⁴ Por fim, as suas tendências conservadoras são facilmente percebidas pelo seu histórico e está translúcida em seus documentos.⁹⁵

⁹⁴ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959.

⁹⁵ Leia-se, a encíclica *Etsi Iam Diu*.

O papa tinha tendências conservadoras e não era um conservador convicto como por vezes é apresentado. Foi muito mais um pragmático do que um conservador, diante



Figura 5 Brasão de Leão XII

da biografia apresentada se entende o motivo. Tanto que aceita, em 1826, o monsenhor Vidigal como embaixador do Brasil em Roma, apenas um ano após o reconhecimento da ex-colônia⁹⁶. Isto porque tinha consciência do difícil xadrez que jogava nas Américas e sabia que era urgente o tema. Por esta razão a este monsenhor foi dada secretamente a missão de reportar também a situação platina, o que o tornava, na prática, um núncio platino.

Depois de um ano de pontificado promulga a encíclica *Etsi iam Diu*, uma carta considerada conservadora, mas a sua análise revela alguns progressos quando comparada com a anterior. No entanto, sua leitura foi tão negativa, já que o clero local esperava pelo reconhecimento, que foi posta em questão a sua legitimidade.

O brasão pessoal do papa⁹⁷ demonstra muito daquilo que foi a sua biografia. No escudo podem-se ver as armas da família, a águia dourada coroada que representa o poder e a aristocracia desta importante família - *Condes della Genga* e a tiara do papa, que denota o poder do Ministério Petrino. No fundo existem quatro coroas, de fato este foi um papa extremamente preocupado com o exercício do poder. O temporal com atenção aos territórios pontifícios, as disputas de poder entre coroas, a Santa Aliança e questões internas de Roma. Todavia, também era apresentado como a defesa do poder transcendental e da missão sacerdotal.⁹⁸

⁹⁶ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.araldicavaticana.com/ppio12.htm>>

⁹⁸ DE ARCO, Fernando et al. *Heráldica eclesiástica. Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*, n. 18, p. 123-146, 2012.

2.1.3 Pio VIII

O papa Pio VIII nasceu em Cingoli, 20 de novembro de 1761 com o nome de Francesco Saverio Maria Felice Castiglione. Pertencia a uma poderosa família, os Castiglioni, a qual também pertenceu o Papa Celestino IV.

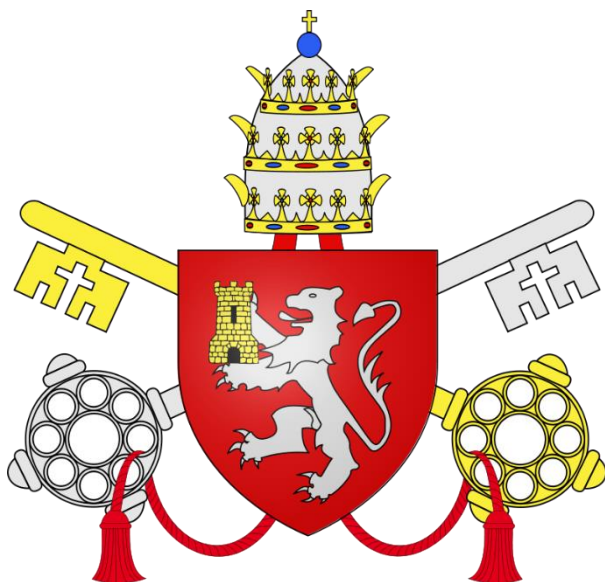


Figura 6 Brasão de Pio VIII

Foi eleito papa em 31 de março de 1829, com 68 anos, idade avançada para um pontífice segundo os parâmetros da época. Seu brevíssimo pontificado durou pouco mais de um ano e não houve nenhum pronunciamento oficial sobre as Américas. O seu curto papado foi marcado mais por sua contribuição nas questões teológicas e doutrinárias e no combate a sociedades secretas e sociedades bíblicas.

O brasão⁹⁹ traz basicamente as armas da família. O leão e a torre fazem parte das armas, mas inseridos nesse contexto ganham um novo significado, o leão representa o poder que defende a torre, neste caso a Igreja. O fundo vermelho representa o Espírito Santo que guia o papa e a Igreja.¹⁰⁰

2.1.4 Gregório XVI

O papa Gregório XVI, nascido Bartolomeu Alberto Cappellari (Belluno, 18 de Setembro de 1765 – Roma, 1 de Junho de 1846). Era Monge Camaldulense, com o nome de Dom Mauro Cappellari OSB Cam. A elevação cardialisca ocorreu em 1825. O então

⁹⁹ Disponível em:< <http://www.araldicavaticana.com/ppio08.htm>>

¹⁰⁰ DE ARCO, Fernando et al. Heráldica eclesiástica. Emblemata: Revista aragonesa de emblemática, n. 18, p. 123-146, 2012.

cardeal Campellari trabalhou muitíssimo nas questões diplomáticas da Santa Sé¹⁰¹, aparece nas correspondências diplomáticas¹⁰² da região platina ainda quando cardeal.

A sua eleição, ao contrário de seus antecessores, foi inesperadamente, somente ocorreu após um conclave de 64 dias em 2 de fevereiro de 1831. Quando assumiu o papado, o pontífice estava ciente dos conturbados tempos que a diplomacia da Santa Sé estava vivenciando. Um dos flancos mais fracos era o das Américas Espanholas, que na ocasião da sua posse já completavam 20 anos da proclamação de independência.



Figura 7 - Brasão do Papa Gregório XVI

O brasão de Gregório XVI¹⁰³ tem três dimensões, assim como Pio VII, leva mais que o brasão da família.

O cálice e as duas pombas abaixo de uma estrela com um fundo azulado corresponde a metade do brasão, representa a vida em comunidade no monastério sobre a proteção do manto de Nossa Senhora. Estas são as armas da Ordem Camaldulense, a qual o papa

pertencia. Pela presença no brasão pretende permanecer fiel aos preceitos. O chapéu preto no fundo azul faz parte do brasão da família do pontífice, os Cappellari (da palavra italiana *cappello* - chapéu). Por fim, o brasão do papa apresenta um quadrante em prata que significa pureza, castidade, com uma faixa vermelha, símbolo do Espírito Santo, na

¹⁰¹ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959

¹⁰² Documentos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo do Vaticano, que por uma razão metodológica não foram analisados nestas pesquisas, uma vez que precisaria de um escopo maior de informações a serem confrontadas.

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.araldicavaticana.com/gregorio16.htm>>

qual estão inseridas três estrelas que representam as três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade.¹⁰⁴

Todos esses personagens com suas biografias específicas que por vezes se entrelaçaram e fizeram parte desta história diplomática, jogaram com maior ou menor habilidade o jogo de acordo com o cenário montado. Ainda que possuíssem um poder muito grande, conforme aqui narrado, ainda assim suas possibilidades eram restritas, seja por causa dos outros atores e condições materiais, seja pela sua formação intelectual e humanista que os forneciam um arcabouço de mecanismos mentais que estavam sendo postos em xeque.

Pouco mais de duas décadas marcaram profundamente a história da Igreja e do mundo ocidental em razão dos intensos embates, conflitos e decisões políticas e pastorais. Entre eles o primeiro pronunciamento quanto às independências na Hispanoamérica, que se analisa a seguir.

¹⁰⁴ DE ARCO, Fernando et al. Heráldica eclesiástica. Emblemata: Revista aragonesa de emblemática, n. 18, p. 123-146, 2012.

2.2 *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*

Os jesuítas foram parte importante do processo civilizatório pretendido pela Espanha. A aliança entre a Igreja Católica e a coroa espanhola no século XVI era forte e a relação era simbiótica. Diante da Reforma Protestante as coroas católicas que permaneceram fiéis ao papa tornaram-se aliadas poderosas e preciosas. Todavia, o apoio vinha com um alto preço, a constante interferência da monarquia em assuntos eclesiásticos. Nesse contexto, os jesuítas tiveram um papel de protagonismo, inaugurando uma nova relação dentro da estrutura eclesiástica.

A Companhia de Jesus certamente é a mais marcante das ordens religiosas que foram inauguradas na Contrarreforma. A Ordem tinha duas características que se destacavam por responder perfeitamente ao seu tempo e aos anseios da Cúria Romana.

A primeira e mais notável característica é a fidelidade ao papa. Há no voto dos jesuítas uma especificidade que até o presente momento é exclusividade desta ordem, o juramento de obediência ao papa. A instabilidade instaurada pelas guerras religiosas e os diversos cismas que ocorreram à obediência direta ao vigário de Cristo tornava-os um instrumento extremamente eficaz para aquele tempo. Por conta da obediência incondicional à Pedro os jesuítas foram conhecidos como os “*cachorros do papa*”. Afinal, a relação entre os jesuítas e o papa é direta sem que seja necessário passar por toda a hierarquia eclesiástica, a defesa da autoridade e dignidade papal também é notável¹⁰⁵.

Como pode se observar na *Fórmula del Instituto Aprobada por Julio III*

[3] 1. Todo el que quiera militar para Dios bajo el estandarte de la cruz en nuestra Compañía, que deseamos se distinga con el nombre de Jesús, y servir solamente al Señor y a su Esposa la Iglesia bajo el Romano Pontífice, Vicario de Cristo en la tierra, persuádase dase que, después del voto solemne de perpetua castidad, pobreza y obediencia, es ya miembro de esta Compañía [...]¹⁰⁶

Ou ainda como consta na Constituição dos Jesuítas nos artigos 7º e 579-C:

¹⁰⁵ RANKE, Leopold von. **História de los papas en la época moderna**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1974.

¹⁰⁶ IPARRAGUIRR, Ignacio y DALMASES, Candido de, et al. **Obras completas. Edición manual. Transcripción, Introducciones y Notas Autobiografía de San Ignacio de Loyola**,. 1963. Pg. 435

7 Así mismo la Compañía Professa, sin los tres dichos, hace voto expreso al Sumo Pontífice, como a Vicario que es o fuere de Cristo nuestro Señor, para ir dondequiera que Su Santidad le mandare entre fieles o entre infieles, sin excusación y sin demandar viático alguno 1, para cosas que conciernen el culto divino y bien de la religión Cristiana.¹⁰⁷

579 - C. Toda la intención deste quarto voto de obedecer al Papa era y es acerca de las misiones; y así se deben entender las Bulas, donde se habla desta obediencia 8: en todo lo que mandare el Sumo Pontífice y adondequiera que inbiare [...] ¹⁰⁸

A segunda característica é o carisma evangelizador da ordem, que é de um pragmatismo sem precedentes. A evangelização a todos os cantos da terra é em si uma característica que atendia ao clamor da Igreja que naquele período perdia espaço e influência rapidamente. No entanto, quando somado ao voto de obediência papal representava uma extensão do poder papal – tentáculos, por assim dizer - que permitiam ao papa, ainda que cativo, influenciar e exercer poder. Os jesuítas estavam dispostos a ir aonde o papa julgasse necessário, inclusive “até o fim do mundo”. No século XVI significava o Novo Continente.

Diante da incerteza que aquele presente representava ao papado, ter uma ordem ligada tão profundamente em corpo e espírito representava um novo ânimo no combate. De fato, os jesuítas representaram o braço da igreja que a levava aos recantos mais afastados do mundo conhecido.

Vale ressaltar que a fidelidade papal dos jesuítas foi inteligente e estratégica no delicado jogo de sombras no qual são protagonistas o Papa e os reis católicos - sobretudo, os ibéricos. Isto porque, desde as Cruzadas, os reis católicos da Península Ibérica gozavam de um poder sobre a Igreja Católica residente no seu território: o Padroado Régio¹⁰⁹. Este poder é decorrente do cesaropapismo, que por sua vez está ligado à lógica

¹⁰⁷ Idem. p. 446

¹⁰⁸ Idem. p. 556

¹⁰⁹ FURLONG, Guillermo S. J.. **La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana**. Buenos Aires. Ediciones Tehoría 1957

explicativa da origem do poder, no qual une a dimensão religiosa e política, permitindo ao poder temporal ter uma expressão do religioso e o poder religioso dizer o político.

2.2.1 *A Filosofia, a Metafísica e a Política se unem*

Faz-se essencial compreender as premissas que sustentam esse pensamento porque, não há como entender a ação da Igreja Católica desprezando a dimensão política, filosófica e teológica, afinal esses são o tripé que constituem a mentalidade clerical e religiosa. Justamente esta lógica une as três dimensões.

A lógica está sustentada nas seguintes premissas: somente Deus é o detentor de todo o poder, logo apenas Ele pode conferi-lo. A Igreja é este lugar onde reside a autoridade de Deus na Terra, logo a legitimidade d'Ele necessariamente passa pela benção da Igreja. Como o rei católico tem a unção divina, logo paira sobre o usuário legítimo da coroa dignidade semelhante àquela do clero – de ser o porta voz do poder de Deus na terra.

No entanto, a lógica da origem do poder pressupõe que se compreenda e aceite a verdadeira autoridade da Igreja: a de religar o tempo. Afinal, a base do cristianismo está em que a partir de um momento específico¹¹⁰ o tempo de Deus Káiros (καιρός) e o tempo dos homens Chronos (Χρόνος), são sincronizados¹¹¹, obviamente quem faz esta intermediação é a Igreja.

Alguns filósofos antigos negaram o governo do mundo, dizendo que tudo se realiza fortuitamente. Mas se demonstra a impossibilidade desta opinião, por duas razões. – Primeiro, pelo que se manifesta nos próprios seres. Pois vemos que os seres naturais realizam o melhor, sempre ou na maioria dos casos; o que não se daria se tais seres não fossem dirigidos a um fim bom, por alguma providência, o que é governar. Por onde, a mesma ordem certa das coisas demonstra manifestamente o governo do mundo; assim como quem entrasse

¹¹⁰ A encarnação de Deus na terra – Jesus Cristo e posteriormente a eleição de Pedro. Parte desta representação de Deus por meio de Pedro está presente nos insígnias papais às chaves do céu e da terra – inspirada na passagem bíblica..

¹¹¹ KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

numa casa bem ordenada, dessa mesma ordem concluiria a razão do ordenador, como diz Aristóteles (Cleantes), citado por Túlio. – Em segundo lugar, o mesmo resulta da consideração da divina bondade, da qual as coisas receberam o ser, como claramente se conclui do que já foi dito. Pois, como ser ótimo produz efeitos ótimos, repugna à suma bondade de Deus não levar as coisas produzidas até a perfeição. Ora, a perfeição última de um ser é a consecução do seu fim. Por onde, à divina bondade pertence, depois de ter dado às coisas a existência, levá-las ao fim. E isso é governar.¹¹²

As lógicas são o que estão fundamentando e inspirando os discursos e as práticas dos atores políticos. Certamente é uma influência de longíssima duração a qual orienta as decisões práticas de Roma. Obviamente há mudanças nesta permanência, por mais que a estrutura seja esta a leitura, e principalmente, a práxis política se altera.

A questão é que nos territórios de domínio luso-espanhol as decisões do papa precisavam do endosso régio. Na prática pastoral ainda existia um agravante, porque os bispos, por vezes, estavam na órbita de influência do rei. Isto porque parte da discricção do padroado régio era poder definir aonde e quem seria responsável pelo trabalho pastoral, também indicados pelos reis.

Na prática, grande parte dos bispos eram indicados ou escolhidos pelos reis em virtude do padroado régio, de modo que os bispos faziam parte das redes de poder, conseqüentemente, participavam da lógica de serviços e benefícios. Assim o poder e a fidelidade eram fluidos e se poderia preferir o rei ao papa ou o vice-versa sem que se incorresse em crime de lesa-majestade.

O voto dos jesuítas era reflexo de uma nova Era, na qual o papado não podia prescindir das alianças com as coroas ibéricas, todavia precisava de novas formas de exercer o poder e de expandir a sua influência. Não demorou e rapidamente a Companhia se expandiu para os locais mais inabitáveis do planeta.¹¹³

¹¹² AQUINO, S. T. D. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2010, Suma Teológica. Questão 103 art.1.

¹¹³ Os jesuítas estabeleceram e evangelizaram locais remotos e inóspitos como, por exemplo, no recorte geográfico que é o enfoque dessa pesquisa os religiosos ocuparam regiões que até o início do século XX, não foram exploradas, como no caso do Chaco (o inferno verde).

Com tamanha projeção ao redor do globo os jesuítas mantiveram alianças e conflitos com o poder temporal, bem como o resto do corpo da igreja. Afinal, como foi explicado anteriormente, fazia parte da cultura política que envolvia os atores daquele período.

No entanto, em razão do juramento à fidelidade papal e da independência que esse voto os conferiam, a ordem foi progressivamente desgastando a relação com a monarquia. Simultaneamente, em razão dos processos endógenos de poder na Europa, geravam um endurecimento nas relações e nas negociações de poder. Aos poucos findava as negociações de poder, em seu lugar a centralização tomava espaço – notoriamente as reformas borbônicas. O processo culminou naquilo que se conhece como expulsão dos jesuítas¹¹⁴, que os renegou praticamente à extinção, sobrevivendo apenas alguns religiosos sob proteção direta do papa nos territórios pontifícios e no território da grande Rússia.

2.2.2 *A importância na formação e colonização da América*

“Ide, e fazei discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo até fim do mundo”. A obediência desta ordem em sua forma mais radical constituiu o maior poder e a maior fraqueza dos jesuítas.

A importância da Companhia de Jesus reside na capacidade extraordinária de pulverização de sua ordem, para além das reduções jesuíticas, ainda existiam os inúmeros colégios fundados, bem como as diversas universidades que verdadeiramente formaram a intelectualidade *criolla*.

A Companhia tinha a capacidade estrutural de se fazer ouvir nos diversos estratos da sociedade. Seja por meio dos sermões, catequeses, seja pela educação formal dos níveis mais básicos até o nível superior.

A educação superior na colônia era basicamente em teologia e direito. Como formadores dessas duas classes os jesuítas foram responsáveis por duzentos anos de

¹¹⁴ OS JESUÍTAS: no Brasil, na história e o breve do papa Clemente XIV. Rio de Janeiro: Cent Bras Publ, 1941

formação da intelectualidade da colônia, bem como dos atores de poder. Foram advogados, professores, padres, bispos, escritores, jornalistas.¹¹⁵

Em razão da inexistência do padroado régio nas universidades controladas pelos jesuítas houve nos primeiros séculos da colonização uma preocupação e uma desconfiança por parte da coroa, gerando uma certa insegurança, uma precariedade Jurídica.¹¹⁶ Na verdade, o conflito foi dirimido com a coordenação conjunta entre ordens religiosas. As universidades, por conseguinte, estavam basicamente no poder dos dominicanos e dos jesuítas. O que permitiu a perpetuação do funcionamento de várias universidades mesmo após a expulsão. Por outro lado, os diversos colégios foram extintos.

El cambio afectó inmediatamente al sistema de Patronato que ligaba estrechamente a la Iglesia –el alto clero- con los gobiernos virreinales y las minorías oligárquicas de cuño español, pudiendo apuntarse la distancia que existía entre la jerarquía respecto de los más desposeídos y en algunos casos de los propios religiosos rurales. La educación universitaria, dominada por la escolástica, permitía el acceso sólo a ricos y nobles. La emancipación enfrentó al tomismo con las nuevas filosofías y concepciones políticas tachadas de anticatólicas o anticristianas en Europa, pero que echaron las bases de un pensamiento político y hasta religioso auténticamente americano.¹¹⁷

Destaca-se que a formação da sociedade colonial até a década de 1770 estava sob hegemonia jesuítica e os efeitos não foram apagados pela expulsão. Porque é seguro afirmar que as gerações atuantes entre 1800 e 1820 tiveram formação jesuítica. É o que se observa na biografia dos “heróis” da independência dos países platinos, é o caso de Francia, por exemplo.

¹¹⁵ GONZÁLEZ, Enrique González. **La expulsión de los jesuitas y la educación novohispana; debacle cultural o proceso secularizador?**. In: Ilustración en el mundo hispánico: preámbulo de las independencias. 2009. p. 255-276.

¹¹⁶ GONZÁLEZ, Enrique González. **Precariedad jurídica de las universidades jesuíticas en el Nuevo Mundo**. Gesuiti e università in Europa, p. 1000-1020, 2002.

¹¹⁷ BISCEGLIA, Ernesto. **La reacción de la Santa Sede ante la Independencia Americana**. Primeras Jornadas de Historia de la Iglesia en el NOA. Salta, 2006. p. 3

Ademais, com a expulsão, muitos dos religiosos jesuítas foram assimilados licitamente por outras ordens, notoriamente para a ordem franciscana, por causa da similitude dos princípios, hábitos e vocação. Neste caso observa-se a universidade de Córdoba, que passa ao controle franciscano. Muito dos religiosos que ali ensinavam continuaram nas suas atividades mudando apenas sua filiação, mas certamente a sua formação de anos ainda lhes inspirava. Por conseguinte, neste ponto houve uma continuidade das ideias jesuíticas ainda que formalmente tenham sido descontinuadas.

2.2.3 *A importância política*

As relações de poder na igreja e na coroa constituíam verdadeira teia. A princípio existiam três focos de poder:

O primeiro: o poder do rei (vermelho) para dispor em questões a nomeação e locação de religiosos e seculares¹¹⁸, bem como outras decisões de caráter estratégico e prático (como aceitar ou não uma ordem religiosa em seu território). Também tinha uma remanência de poder doutrinário, o qual não fazia uso comumente.

O segundo: o poder temporal do papa (amarelo) sobre seu rebanho de alocar e posicionar estrategicamente. Além da nomeação de bispos, padres, cardeais, abades e monges.

O terceiro: o poder doutrinário do papa (roxo) o qual consistia em orientar os fiéis em questões de fé e moral, além de dispor quanto à disciplina.

A rede de poder só é entendida se for posta em perspectiva, a forma de exercer o poder no Antigo Regime, de outro modo tornava-se uma estrutura impraticável. Ocorre que a negociação de poder e a sobreposição de esfera era a regra. Tratavam-se de poderes fluidos e negociáveis, por conseguinte não era uma estrutura piramidal de comando.

¹¹⁸ O termo **secular** aqui está sendo usado para separar o clero religioso – que tem votos específicos, daqueles que obedecem exclusivamente ao padre e ao bispo. O primeiro tem uma vida mais reservada aos mosteiros, ainda que atenda a uma paróquia e cuide de uma arquidiocese, chegando inclusive alguma vez ao papado. O segundo tem uma vocação muito mais relacionada à vida em sociedade.

Nestes tempos o padroado régio não era necessariamente exercido pelo rei na prática política, as necessidades e negociações locais eram ouvidas e por vezes sobrepostas ao interesse da coroa.

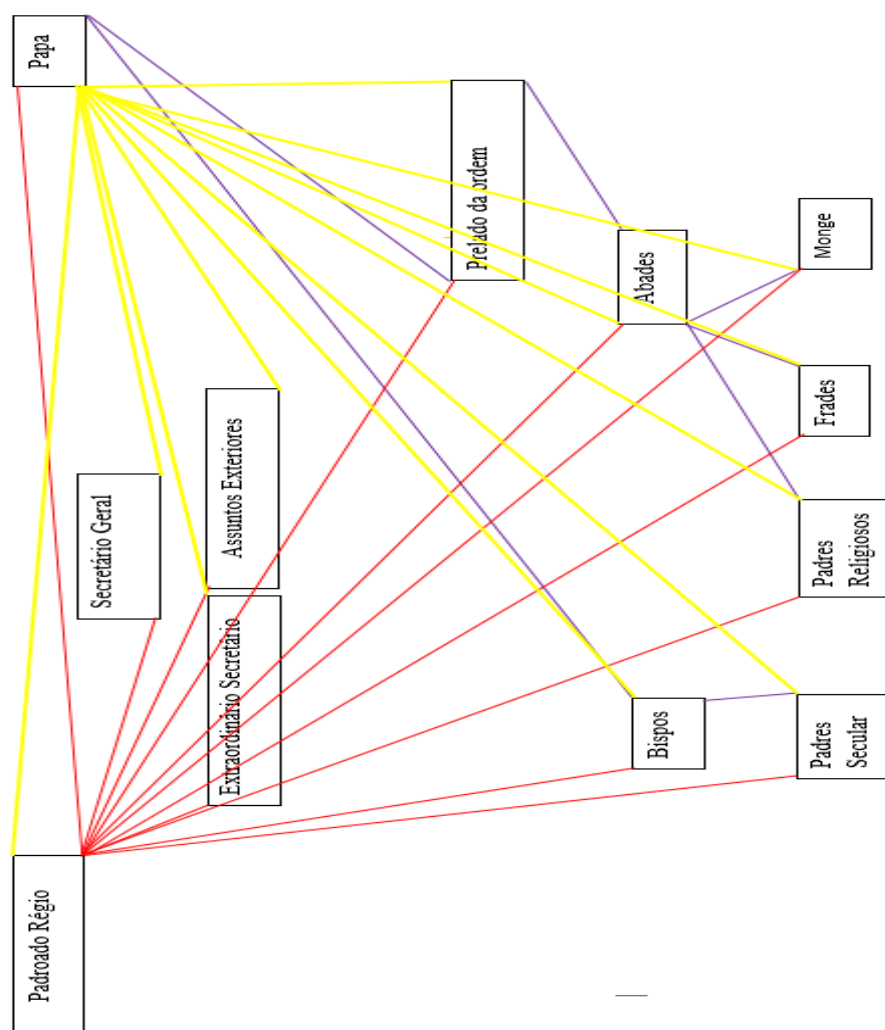


Figura 8 Esquema de poder <confeccionado pela autora como resultado desta pesquisa >

Legenda	Cor
Poder temporal do papa	Amarelo
Poder do Rei	Vermelho
Poder doutrinário do papa	Roxo

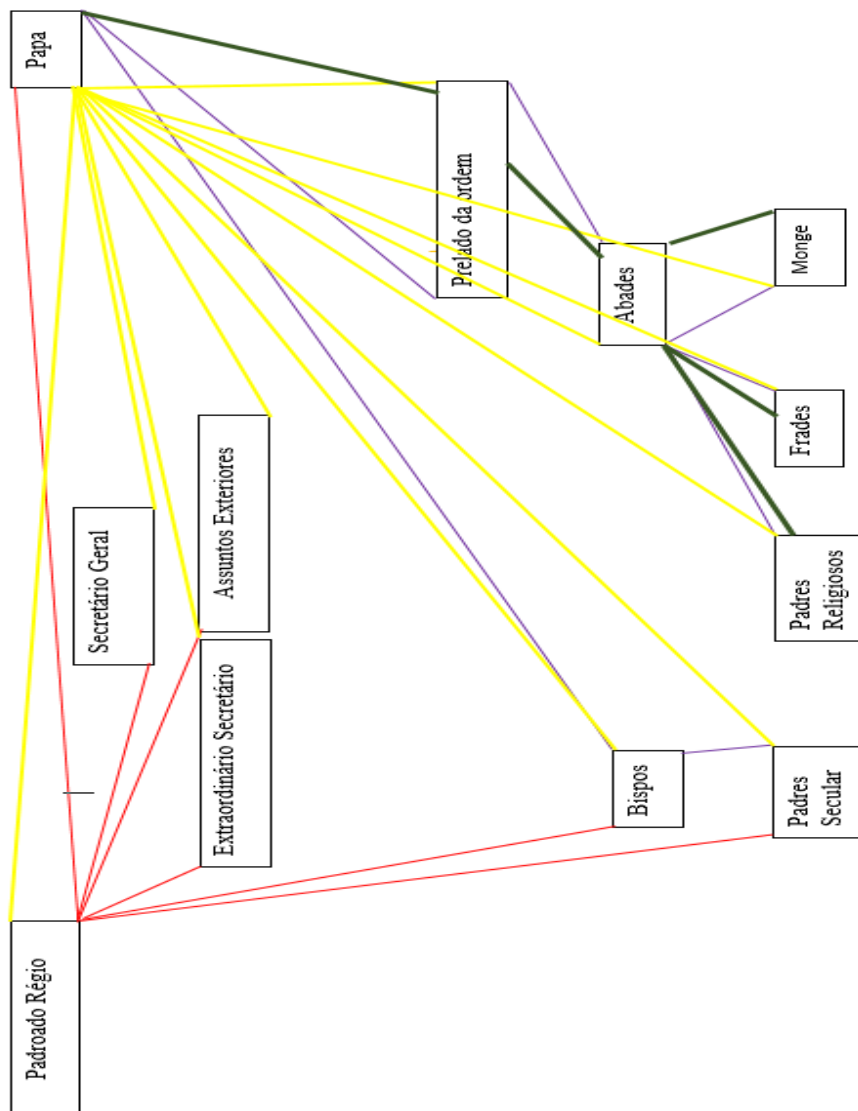


Figura 9 Esquema de poder jesuítas <confeccionado pela autora como resultado desta pesquisa>

Legenda	Cor
Poder temporal do papa	Amarelo
Poder do Rei	Vermelho
Poder doutrinário do papa	Roxo
Jesuítas	Verde

Resultante dessa estrutura o ator político local tem verdadeiro poder, ao contrário do que se pensa em uma estrutura de poder clássica piramidal, no qual a base não tem

opção – não tem poder. Nesta sociedade é possível negociar, inclusive negociar identidades.

Neste sentido, a identidade era uma moeda de troca corrente, pela qual se evocava ora a suserania da Espanha, ora a autoridade regional, a depender da conveniência. Havia uma preocupação adicional com os membros das congregações religiosas, porque essa reconhecida fluidez era elevada exponencialmente, visto que por vezes os religiosos tinham uma nacionalidade adquirida no nascimento (por exemplo, na Espanha), outra em virtude do trabalho missionário, e ainda uma mais recente relativa ao poder local. Além da identidade relativa à sua própria ordem (no caso dos professos), sem mencionar a identidade e a obediência a Roma. Ora, obviamente havia um jogo de poder no qual se preferia uma autoridade a outra.

Neste sentido, aos olhos da coroa, os jesuítas representavam verdadeiros perigos, pois estavam imunes ao padroado. De modo que a negociação ficasse em pé de igualdade entre a coroa e as elites locais.

Isto agregado ao poder advindo da pulverização, bem como ao capital político de ter acesso privado aos ouvidos reais – como conselheiros e confessores – a Companhia de Jesus chegou à segunda metade do século XVIII como verdadeira potência política, que as coroas consideravam incontrolável. Motivo pelo qual a Companhia foi alvo de tanta suspeita, conspiração e perseguição.

2.2.4 Expulsão dos Jesuítas

Os jesuítas em razão da sua particular obediência papal e por não se submeter ao poder dos reis, constituíram verdadeira ameaça política, segundo a ótica das famílias reais francesas, portuguesas e espanholas.

Na década de 60 foram acusados de conspirar contra os poderes monárquicos. Inclusive de vários crimes e atos de traições, até mesmo de estar envolvido na tentativa

de assassinato do Rei de Portugal, José I.¹¹⁹ Acusações essas que até os dias atuais são possíveis de verificar a autenticidade.

Independentemente de sua veracidade, os seus efeitos foram incontornáveis. A desconfiança e as relações estavam de tal forma estremecidas entre a coroa e a Ordem que em 1767 o Rei Carlos III expulsa do seu reino os jesuítas.¹²⁰

Juntamente com Carlos III, a coroa francesa e a portuguesa quase simultaneamente expulsaram a ordem, deixando o papado em uma verdadeira encruzilhada política: entre os seus fiéis servos, que haviam crescido a ponto de se tornar verdadeiro Leviatã e os seus majestosos filhos. O papa Clemente XIV faz uma escolha política e pastoral, suprime a Companhia de Jesus por meio da Bula *Dominus ac Redemptor* 1773.

Aos integrantes da Ordem da Companhia de Jesus foi dada a possibilidade de irem a outras ordens religiosas, aos ordenados era possível também se tornarem seculares. A ordem religiosa mais escolhida pelos jesuítas foi a ordem franciscana. Eles também foram recebidos pelos estados pontifícios.

Em razão dos religiosos que permaneceram como jesuítas, a articulação política para a restauração da Ordem não cessou. Várias foram as tentativas, inclusive por meio de uma aprovação verbal (*oraculum vivae vocis* - autorização para reconstruírem-se no norte da Rússia em 7 de março de 1801 – Pio VII).¹²¹

Até que em 1814, Pio VII, publicou a encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, revogando a Bula *Dominus ac Redemptor de 1773*, acolhendo por completo a pretensão dos jesuítas, possibilitando a retomada de casas de formação, colégios, universidades, de ouvirem confissão e ministrar os sacramentos.

¹¹⁹ OS JESUÍTAS: no Brasil, na história e o breve do papa Clemente XIV. Rio de Janeiro: Cent Bras Publ, 1941. Pg. 111.

¹²⁰ Idem. p.114

¹²¹ Idem 118-119

2.2.5 A encíclica - *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*

A encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* tem uma difícil missão, revogar uma ação papal. Não por motivos teológicos ou filosóficos, afinal a decisão de Clemente XIV não tratava de matéria de fé ou moral. Ainda que assim o fosse a infalibilidade papal ainda não havia sido declarada¹²², tratava-se, portanto, de um problema político e de desrespeito à tradição. Sobretudo, por se tratar de um momento de tensão política interna, e externamente ao papado, a decisão poderia ser tomada como um enfraquecimento da instituição. Por essa razão, a carta começa por anunciar:

La solicitud de todas las iglesias confiadas por Dios a nuestra humildad, aunque insuficiente por méritos y por fuerza, nos obliga a poner a disposición todos los medios que están en nuestro poder y que nos son provistos por la divina Providencia para socorrer oportunamente a las necesidades espirituales del mundo cristiano, en tanto lo componen las diversas y múltiples vicisitudes de los tiempos y de los lugares, sin diferencia de pueblos y de naciones.¹²³

Não por outro motivo a retórica deixa transparecer nas primeiras linhas a preocupação papal, anunciando que diante do conturbado momento que atua não pode deixar fazer uso de “todos os meios” que estão ao seu poder, neste caso os jesuítas. Desde logo, fica claro, portanto, que a Companhia é necessária ainda que por muitos possa ser vista com um mal¹²⁴.

Em outro diapasão, é possível perceber que Pio VII tentava constantemente ter uma propagação e uma narrativa que tivesse uma dimensão abrangente dos acontecimentos. Ao enunciar que o serviço jesuítico era fruto da “*divina Providencia para*

¹²² A infalibilidade papal foi declarada no Concílio Vaticano I em 1870 - Católica, Igreja. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 2000. E BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro. **A concepção de história na teologia católica do Oitocentos**. (2011).

¹²³ Encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*. Parágrafo 1º.

¹²⁴ Utilizando aqui uma linguagem política maquiavélica - disponível aos atores políticos dessa época e que era de considerável divulgação.

socorrer oportunamente a las necesidades espirituales del mundo cristiano, en tanto lo componen las diversas y múltiples vicisitudes de los tiempos y de los lugares, sin diferencia de pueblos y de naciones”¹²⁵. Não foi a única vez que o papado fez uma expressa remissão da diversidade e multiplicidade, as quais se impuseram à realidade de seu tempo. Esse traço ficará ainda mais explícito¹²⁶ na Encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*, que também começará de maneira semelhante. Denotando uma constante atenção em atingir os mais diversos e distantes fiéis.

O caráter plural da narrativa se apresenta também logo no prelúdio desta encíclica. Isto porque, ao menos na esfera do discurso, a solicitude da Igreja evocada e conclamada pelo papa deve estar a serviço de povos e nações indistintamente. O que certamente é notório quando confortado com o momento que esta carta foi escrita, em 7 de agosto de 1814, poucos meses após chegar a Roma (24 de maio de 1814)¹²⁷, após o cativo napoleônico.

A carta tem uma preocupação muito específica com a educação dos jovens. Revelando de forma muito precisa uma das motivações que orientou o papado à restauração. A inquietação é apresentada de maneira singularmente expressa quando comparada com as outras encíclicas e pronunciamentos oficiais.

Esto, a fin de que los socios reunidos en un grupo religioso se ocupasen de educar a la juventud en la religión y en las buenas costumbres, a regir seminarios y colegios y, con la aprobación y el consenso de los oriundos de los lugares, escuchar las confesiones, anunciar la palabra de Dios y administrar libremente los sacramentos. Acogemos a la congregación de la Compañía de Jesús bajo la directa tutela y sujeción nuestra y de la sede apostólica, y reservamos a nosotros y a nuestros sucesores decidir y establecer aquellas cosas que nos parecieran en el Señor eficaces para reforzarla, presidirla y purgarla de aquellos abusos y aquellos vicios que acaso se habrían podido introducir. A tal efecto nosotros expresamente hemos derogado de las constituciones apostólicas, estatutos, costumbres, privilegios e indultos.¹²⁸

¹²⁵ Encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*. Parágrafo 1º

¹²⁶ Vide 2.2 - *Etsi Longissimo Terrarum* – Papa Pio VII (1816)

¹²⁷ PIERRE, Pierrard. História da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1982.

¹²⁸ Encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* - Parágrafo 3º.

Em tempos de desorientação política e cultural, a educação – verdadeira vocação primária da Companhia de Jesus – era entendida pelo papa como essencial para a restauração da ordem social e política, segundo aquilo o papado entendia por ser a vontade Divina.

A carta demonstra o entrelaçamento entre a educação na fé e a manutenção dos “*bons costumes*”. Ressalta-se que para a filosofia católica havia um entrelaçamento entre o poder divino e o poder temporal¹²⁹. Obviamente a educação buscava doutrinar segundo este preceito. Especialmente, a obediência era essencial nesse âmbito, pois havia uma ligação direta entre a obediência à vontade divina, ao papa e ao rei.

Ora, não é por acaso que o papado conclama os jesuítas a instituir colégios. Após a Revolução Francesa, os ideais revolucionários estavam preenchendo as sociedades e gerando comoções sociais em diversas partes do globo. O ensino tradicional parecia – para a corte eclesiástica¹³⁰ – mais do que nunca essencial para frear os avanços da “modernidade” de maneira a educar as gerações segundo a “vontade de Deus”, na tradição e nos “*bons costumes*”.

Concedemos ahora y declaramos que para atender e instruir a la juventud en las nociones de la religión católica y para adiestrarla en las buenas costumbres, sea su derecho libre y lícitamente regir seminarios y colegios, y con el consenso y la aprobación de los oriundos de los lugares en los cuales ocurriese que ellos permanecieran, escuchar confesiones, predicar la palabra de Dios y administrar sacramentos. Así, todos los colegios, las casas, las provincias y los socios unidos de tal modo, y que en un futuro se unirán y agregarán, que nosotros los recibimos desde este momento bajo la inmediata tutela, presidio y obediencia nuestra, y de esta apostólica sede, reservando a nosotros y a los pontífices romanos sucesores nuestros establecer y prescribir aquellas cosas que encuentren conveniente establecer y prescribir para fundamentalmente consolidar, dotar y purgar a la

¹²⁹ Capítulo 3.1.1

¹³⁰ RUST, Leandro Duarte. **A monarquia papal (1000-1300): a fundação de um conceito**. Revista Tempo, v. 1, p. 0021, 2015.

propia Sociedad de aquellos abusos, que acaso se hubieran introducido, que remueva Dios.¹³¹

Observa-se em “*sea su derecho libre y lícitamente regir seminarios y colégios*” uma oportunidade de que - à revelia da autoridade local – se estabeleçam colégios, seminários e outros centros de educação – cerne do carisma jesuítico. O que é extremamente interessante no momento em que várias partes estavam em conflito quanto a legitimidade da autoridade temporal.

Isto é possível juridicamente porque novamente foi permitido aos jesuítas, “*desde este momento bajo la inmediata tutela, presidio y obediencia nuestra, y de esta apostólica sede, reservando a nosotros y a los pontífices romanos sucesores nuestros establecer y prescribir*”. Ou seja, responder e obedecer diretamente ao papa independente do padroado régio.

No momento em que viva o papado, logo após ser cativo por Napoleão e abandonado por todas as coroas que lhe eram fiéis, nada poderia ser mais precioso do que ter novamente ao seu lado a Companhia de Jesus -- especialmente gratos por sua restauração. Deste modo, observa-se que do ponto de vista político foi uma estratégia realmente bem pensada. Ainda mais se considerar que por outro lado a crise política não permitia que as coroas dispensassem tamanha ajuda.

O erro de cálculo, no entanto, foi a incapacidade do papado de compreender a realidades tão diversas: seja do ponto de vista ideológico – ao contrário do que se pensava não eram meras guerras civis, de fato os movimentos e crises políticas geraram uma mudança de mentalidade. Superestimaram a capacidade de reabilitação dos jesuítas, que demoraram a se reestabelecer. Por fim, o quesito da educação não foi uma saída viável, porque ao contrário do que se pensava não era apenas uma comoção social, mas verdadeira revolução na mentalidade.

¹³¹ Encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*- Paragrafo 8º

Os reis católicos quando expulsaram os jesuítas de seus territórios não poderiam prever o abalo que iriam sofrer, a Revolução Francesa é conceituada¹³² exatamente por romper com o horizonte de expectativa. De certo, seria impossível a Carlos III pensar que seu território seria invadido por um francês autoproclamado imperador e que iria perder o seu território ultramarino.

Ainda assim, é possível verificar que a expulsão dos jesuítas foi um erro estratégico político considerando os paradigmas daqueles homens. Isto porque no antigo regime havia dois pilares de poder, a Igreja e a Coroa. Sabia-se perfeitamente a importância do ensino doutrinário e tradicional – tanto que em ambas as orientações papais: *Dominus ac Redemptor* e *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* – se destaca o papel da educação (um proibindo e outro encorajando).

Ademais, a presença da Igreja Católica na América espanhola era por meio dos jesuítas, não apenas nos centros culturais, econômicos e políticos, os quais havia a presença de outras ordens, mas, sobretudo nos recantos mais distantes e isolados no Novo Continente. Quando da expulsão, o rei destruiu, por assim dizer, um dos pilares que sustentava o seu reinado, o seu poder e a sua legitimidade. Pois se não extinguiu a Igreja desses recantos, certamente mingou sua representatividade.

A forma de poder exercida nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros do XIX dependia de uma prática política de representações e símbolos, a presença da igreja providenciava a “alfabetização” nessa linguagem política e também fazia presente o ausente poder régio.

A decisão do Rei Carlos III foi tomada em razão da desconfiança gerada na corte espanhola, e independente da sua veracidade, foi sua grande motivação política. Todavia, o rei espanhol não considerou a grandeza e a complexidade de seu reino, sem considerar o impacto no reino *além mar*.

¹³² KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006; e RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: Os Fundamentos da Ciência Histórica*. Ed. UnB, 2001

Quando da restauração as independências já haviam eclodido, religiosos foram mortos, fugiram por causa das perseguições, foram excomungados.¹³³ O resultado: várias dioceses experimentam um vazio de guiamento – “como ovelhas sem pastor”. Na sociedade essencialmente religiosa, a falta de um líder espiritual tem um grande peso, dada a representação daquele campo de significados doutrinários e bíblicos. Logo, aquelas pessoas experimentaram uma desorientação frente à autoridade – generalizando a crise de autoridade, tanto no político quanto no religioso, que se enfrentava nesse vazio. De modo que a encíclica não surtiu o efeito esperado pelas coroas que acolheram rapidamente a ordem papal e receberam a Companhia em seus reinos.

¹³³ BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 2000. (v.III)

2.3 *Etsi Longissimo Terrarum – Papa Pio VII (1816)*¹³⁴

As guerras de independência ocorriam paralelamente aos conturbados tempos da Europa, dificultando exponencialmente a mútua compreensão e comunicação entre o papado e as Américas. O clero encontrava-se destroçado, dividido entre *regalistas* e libertadores, além das baixas sofridas por excomunhão¹³⁵ e mortes nas guerras civis. Experimentava-se, portanto, um vazio e uma desorientação do poder eclesiástico nas colônias.

O anticlericalismo influenciava o pensamento nas Américas desde meados do século XVIII. O pensamento foi tão marcante na formação intelectual da época, especialmente das elites regionais, que esta foi a primeira bandeira levantada pelos republicanos. Havia uma razão muito pragmática para a oposição à Igreja Católica: a contraposição ao Antigo Regime que se combatia, haja vista o padroado régio. Portanto, se relegou o poder da Igreja.

No entanto, após o primeiro enfrentamento e a derrota da metrópole, se reavaliou esta posição quanto a religião. Isto porque as independências resultaram em grandes guerras civis, graças às disputas de poder entre as elites regionais, porque não havia reconhecimento de autoridade endossada pelos pares. O processo ficou conhecido pela crise de autoridade que imperava.

O rompimento de paradigmas causados pela independência gerou uma necessidade essencial de tecer uma nova narrativa que desse sentido não só ao mundo que se construiria, como também ao que acabara – o que, obviamente, implicou um jogo de poder para estabelecer a narrativa a ser contada, já que, com o rompimento da narrativa ontologicamente estabelecida pela tradição, as possibilidades tendiam ao

¹³⁴A versão da Encíclica utilizada para este trabalho foi em espanhol disponíveis em: <<http://nucleodelalealtad.blogspot.com.br/2007/10/enciclica-legitimista.html>> utilizado para balizar a crítica interna da fonte a versão disponível em: <<http://bicentenariodistinto.blogspot.com.br/2011/07/postura-de-la-iglesia-ante-la.html>>. Naquilo que ficou obscuro ou dúbio se recorreu a fonte oficial em latim.

¹³⁵ BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 2000. (v.III)

infinito. Aparentemente a única restrição era a oposição ao Antigo Regime (ao menos a versão colonial do regime clássico das metrópoles¹³⁶). No entanto, até mesmo este consenso foi repensado e certos aspectos do regime desprezado foram evocados e aproveitados, considerando a fluidez da conjuntura política nos novos países.

Nesse contexto, o papel e a atuação da Igreja Católica se tornam relevantes por força de sua presença tradicional e de sua influência também política, para além da religiosa. Num primeiro momento, o anticlericalismo¹³⁷ era uma bandeira comum aos defensores da independência, a Igreja e sua influência seriam um mal que se deveria combater. Em um segundo momento, logo após as independências, retomou-se a religião como uma bandeira concreta de disputa pelo poder.

Entretanto, resta uma questão: o porquê a Igreja Católica é reivindicada como arma para essa batalha. Existem vários motivos que poderiam ser citados, no entanto, um salta aos olhos: a tradição. Afinal, é a Igreja que personifica por excelência o poder tradicional, com toda a sua complexidade e metamorfose interna.

A tradição pode parecer aqui um conceito pouco prático que seria meramente parte na estrutura retórica da época. Todavia, considera-lo seria um grande equívoco interpretativo, pois, na verdade, é uma questão bem prática e concreta. Primeiro, a organização política daquela sociedade era explicada sob parâmetros e lógicas tradicionais. Segundo, porque se fala de um momento onde as informações¹³⁸ não eram de fácil acesso, especialmente, num espaço como o rio-platense – extremamente agrário, periférico e com uma taxa de analfabetismo extremamente elevada – a igreja tinha uma capacidade muito eficaz de penetração e pulverização social. Além da autoridade que ela ainda possuía e que qualificava a mensagem que ela transmitia – mesmo que fora do seu escopo de atuação.

¹³⁶ Isto porque, dentre os antigos colonos havia quem reivindicasse que o melhor sistema de governo era o monárquico. Rejeitavam o poder régio advindo da Espanha por causa da sua condição secundária de suserania, desejavam mais ser vassalos do que republicanos. Procuravam a todo custo um rei para ocupar tal posição. Mantinham um princípio em comum aos outros setores revoltosos: contrapunham-se à submissão colonial.

¹³⁷ MEDEIROS, Wellington da Silva. Concílio Vaticano I (1869–1870): Centralização do Catolicismo. Revista Eletrônica Discente História. Com, v. 1, n. 1, 2013. p. 1-10,

¹³⁸ Informações das diversas categorias, desde notícias até mesmo teorias e doutrinas.

Hastear a bandeira da religião católica naquele contexto de disputa política significava dois aspectos: obter o apoio eclesiástico e evocar a tradição cristã como fator para legitimar-se no poder. Ademais, ressalta-se o cenário interno, que era de um momento constitucional, no qual se debatia a questão da laicização do Estado, como consequência a polarização do cenário político sobre a questão. Por isso, quando certos atores políticos se apresentavam como advogados da causa e defensores da fé católica, tomavam para si um lugar político. Criando alguns inimigos e obtendo grande apoio popular. O caudilho Rosas utiliza-se dessa dinâmica política ao contrapor-se a outros caudilhos regionais e ao agregar valor à sua reivindicação política, cunhando a expressão “Religión o Muerte”.¹³⁹

“el pontífice intuyó desde su lejano y forzado aislamiento lo que de hecho había sucedido en los movimientos autonomistas de Hispanoamérica: que habrían de buscar el contacto con la Silla Apostólica. Por lo que hace al frustrado proyecto de encíclica al clero criollo, es un precedente, históricamente precioso, de las que más tarde dieron con signo opuesto el mismo Pío VII y León XII”¹⁴⁰.

Os independentistas enviaram uma expedição diplomática à Santa Sé para pedir ao papa que reconhecesse as independências e escrevesse uma carta (encíclica) ao clero a fim de orientá-los de acordo com o que deveria ser o bem comum – para eles seria apoiar a independência.¹⁴¹

Teniendo, como todavía tenía, en su poder al rey Fernando VII y al papa Pío VII, convenía usar de ellos en pro de la emancipación: el ministro de asuntos extranjeros, duque de Bassano, cuidaría de llevar las negociaciones. Vino a crearse así, de manera imprevista, aquella posibilidad de contacto con Pío VLI

¹³⁹ BETHELL, Leslie (Coord.). *História da América Latina*. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 200. (V. III) p. 268.

¹⁴⁰ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959

¹⁴¹ Segundo o Letúria e Furlong. In: FURLONG, Guillermo S. J.. *La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana*. Buenos Aires. Ediciones Tehoría. 1957

que habían deseado y no esperado el Congreso de Chilpancingo y las Asambleas constituyentes de Buenos Aires, Bogotá y Caracas.¹⁴²

Retoma-se aqui a expedição que foi negociar não apenas as independências mas querer ao papa: a dispensa do jejum de carne nos dias santos dos que lutaram nas guerras de independência.¹⁴³No fundo requeriam que as guerras de independência fossem considerada uma guerra justa ou santa. Já que esta era uma honra comumente conferida aos vencedores das guerras santas. estes simbulo eram muito importantes, especialmente em uma sociedade não letrada, uma vez que comunicavam não verbalmente que aqueles homens era honrados diante de Deus e dos homens.. O pedido somente faz sentido quando se tem presente a cronologia, porque quando foi requerido, o trono da Espanha encontrava-se com um *usurpador* e tanto Fernando VII e o papa Pio VII encontrava-se preso por causa da guerra. Logo, não se tratava de desobediência, antes uma luta em favor do *bem comum* e, em última análise, uma união contra o mal que afligia o próprio papado. A iniciativa somente encontra base, porque existe uma experiência muito forte para uma sociedade monárquica o rei que estava no poder não era considerado legítimo, mas um rei *tirano*¹⁴⁴. Assim, a guerra contra ele não era.

Em contraponto ao pedido hispanoamericano havia a atuação do embaixador espanhol Dom Pedro Gómez Labrador¹⁴⁵ que estava acompanhando a dinâmica eclesiástica, pois havia sido designado como plenipotenciário desde Pio VI (1798). Foi mantido nos períodos de Fernando VII e de José Bonaparte, e defendia o ponto de vista institucional independentemente de quem era o soberano a reinar.

No entanto, pouco tempo depois, Napoleão perdeu a guerra e Fernando VII voltou ao trono espanhol, restabelecendo o seu domínio, incluindo seu direito sobre as colônias. Tal situação derruba por terra a pretensão das Américas de ver sua petição de ver as

¹⁴² LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p.84

¹⁴³ Idem . p.84-87

¹⁴⁴ O termo é o usado no sentido da época.

¹⁴⁵ Pedro Gómez Labrado – nascido em 1772 em (Valencia de Alcántara. Aristocrata espanhol, tinha o título de marques. Além de ser importante diplomata, entre suas maiores participações foi representar a Espanha no Congresso de Viena.

guerras de independência declaradas justas. Por outro lado, não se abandonava a ideia de ver as independências ao menos reconhecidas, e ainda restava a pretensão de ver uma encíclica que aglutinasse o clero latino-americano.

Por outro lado, diante do panorama em que não só o papado reconhecesse as independências, mas ainda escrevesse uma encíclica que apoiasse os independentistas, o embaixador Labrador não tardou em fazer também uma petição ao papado que se pronunciasse sobre as “guerras civis” que aconteciam nas colônias. Ressalta-se que o papa Pio VII havia acabado de sair do cativeiro imposto por Napoleão e o contato com as notícias da colônia era praticamente só por meio do embaixador Labrador¹⁴⁶.

O papa, diante da provocação de ambos os lados, via-se, então, defronte a uma imposição da realidade de tomar uma decisão e se pronunciar sobre o fato. Logo um dilema se impõe: tomar o lado da coroa hispânica – o que fazia sentido no âmbito das relações europeias, a própria aliança com a Espanha, também a relação com a Santa Aliança – ou tomar o lado dos novos países que se formavam. No fundo, parecia um dilema entre a conduta política e a pastoral. Em 30 de janeiro de 1816, após não poucas tergiversações, Pio VII publica a encíclica *Etsi longissimo terrarum*.

2.3.1 A distância

O título da encíclica é muito sugestivo, pois explicita a realidade da distância entre a Cúria e essa terra praticamente desconhecida. Uma realidade que não se resume à questão física, mas também se coloca numa dimensão moral e cultural. Obviamente, a separação geográfica que impunha restrições e dificultava a comunicação e a administração. Porém, mais ainda se destacava a distância no campo das ideias, se enfrentava um problema de língua, de conceitos e de compreensão daquela realidade dada a distância das experiências vividas.

Questão que não foi ignorada pela carta, ao contrário, de pronto reconhecida pelo papa. Conforme consta logo no primeiro parágrafo:

¹⁴⁶ Segundo o Letúria e Furlong. In: FURLONG, Guillermo S. J.. *La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana*. Buenos Aires. Ediciones Tehoría. 1957

Venerables hermanos o hijos queridos, salud y nuestra Apostólica Bendición. Aunque inmensos espacios de tierras y de mares nos separan, bien conocida es vuestra piedad y vuestro celo en la práctica y predicación de la Santísima Religión que profesamos.¹⁴⁷

Observa-se na disposição inicial da carta à América que o papado tem consciência da distância que o separa do seu “rebanho”. A distância física agravada pela dificuldade de comunicação e de transporte desafiava o exercício do poder do papado em suas duas faces. Isto porque a gestão das questões relativas à América demorava demasiadamente para serem dirimidas, posto que entre o envio da mensagem e a resposta havia dessincronia. Ademais, por vezes dependia-se de diversos mediadores, sem os quais não se teria qualquer conhecimento da realidade, gerando um *gap* entre o ocorrido e a resposta.

O espaço não é meramente geográfico – antes, uma distância de mentalidades, experiências e expectativas entre a corte papal e os clérigos hispanoamericanos, quanto mais perante os civis. Ocorria uma significativa diferença entre o pronunciado em Roma e o interpretado por Buenos Aires, por exemplo. Divergência que comumente ocorria em razão da recorrente incapacidade material de acessar a realidade do outro.

Consequentemente, havia um abismo entre a realidade latina e a compreensão da Cúria Romana, não apenas por desconhecer fatos, mas especialmente pela ausência de experiência, por estar em um universo de referências diferente. A elite eclesiástica se deparou com um mundo cuja complexidade não pareciam compreender, o que resultava, por vezes, em simplificações e respostas genéricas – tal como a encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*.

2.3.2 O endereçamento da carta

A carta foi remetida especificamente ao clero da América Hispânica.

¹⁴⁷Encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*.

A los Venerables [Hermanos],

Arzobispos y Obispos y a los queridos hijos del Clero

Primeiramente deve-se destacar que esta é uma carta ao clero, não se fala da parte leiga da Igreja. O que se nota em toda a carta são orientações aos “*pastores*” no cuidado do trato de suas “*ovelhas*”. Destaca-se que, ao contrário do que mostrou a historiografia¹⁴⁸, este não foi um pronunciamento condenando os atos dos civis, afinal sequer a eles foi dirigida.

Não foi uma carta condenando ou conclamando os civis a que renunciassem ao pleito independentista. Mas uma orientação ao clero sobre como deveriam se comportar frente às guerras. Recorda-se que a fluidez das identidades é uma constante nesse período, sobretudo nas Américas. Neste sentido, a identidade era uma moeda de troca corrente, pela qual se evocava ora a suserania da Espanha, ora da autoridade regional, a depender da conveniência.

Havia uma preocupação adicional com os membros das congregações religiosas, porque essa reconhecida fluidez era elevada exponencialmente, visto que por vezes os religiosos tinham uma nacionalidade adquirida no nascimento (por exemplo, a Espanha), outra em virtude do trabalho missionário, e ainda uma (mais recente) relativa ao poder local. Além da identidade relativa à sua própria ordem (no caso dos professos), sem mencionar a identidade e a obediência a Roma. Ora, obviamente havia um jogo de poder no qual se preferia uma autoridade à outra.

A carta nesse âmbito era um chamado - uma exortação - aos clérigos para que seguissem o Papa e subsidiariamente a autoridade monárquica aliada à Santa Sé. Por conseguinte, fornecia-se uma orientação para o conflito de autoridade posto naquele momento.

Portanto, observam-se ao menos dois construtos narrativos na carta. O primeiro de caráter político, no qual se tenta responder à realidade que se apresenta, na forma que

¹⁴⁸ Tais como: IRAZUSTA, Rodolfo; IRAZUSTA, Julio. *La Argentina y el imperialismo británico: los eslabones de una cadena, 1806-1933*. Editorial Independencia, 1982; MEDEIROS, Wellington da Silva. *Concílio Vaticano I (1869–1870): Centralização do Catolicismo*. Revista Eletrônica Discente História.com, v. 1, n. 1, 2013. p. 1-10.

faz mais sentido diante das alianças estabelecidas, como mencionado. O segundo refere-se a uma diretriz pastoral, a fim de dar sentido à realidade conturbada vivida pela Igreja na América.

2.3.3 O poder da igreja

Habilmente, a Igreja se coloca como potencial mediadora do conflito, que entende ser passageiro e reversível. Unindo a lógica religiosa com a dimensão civil, condenando os “*alborotos*” e exaltando a paz.

Sin embargo, por cuanto hacemos en este mundo las veces del que es Dios de paz, y que al nacer para redimir al género humano de la tiranía de los demonios quiso anunciar la a los hombres por medio de Sus ángeles, hemos creído propio de las Apostólicas funciones que, aunque sin merecerlo, Nos competen, el excitaros más con esta carta a no perdonar esfuerzo para desarraigar y destruir completamente la funesta cizaña de alborotos y sediciones que el hombre enemigo sembró en esos países.¹⁴⁹

Os movimentos de independência estavam sendo interpretados naquele momento pelo papado como uma guerra civil, *insurgência*¹⁵⁰ condenável por ser crime de lesa-majestade¹⁵¹. Ademais, não lhe interessava, diante das recentes experiências, que ocorressem novas rupturas abruptas.

Por ello, no era ilógico que el Papa alentase a los obispos americanos a fomentar la concordia y la obediencia al soberano español legítimo, que entonces era Fernando VII, que había regresado de su exilio en marzo de 1814.¹⁵²

Ora, é bem possível que esta seja uma interpretação que de fato fazia sentido na mentalidade pontifícia, porque esta adotava uma perspectiva para qual a autoridade

¹⁴⁹ Encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*.

¹⁵⁰ Esse trabalho usa o conceito “*insurgência*” porque é assim que os movimentos de independência são retratados nas fontes papais, por isso o destaque.

¹⁵¹ SARANYANA, Josep Ignasi. *Debates Teológicos Latinoamericanos en los Comienzos de la Era Republicana* (1810-1830). Anuário de História de la Iglesia, n. 17, p. 233-256, 2008.

¹⁵² SARANYANA, Josep Ignasi. **Debates teológicos latinoamericanos en los comienzos de la era republicana** (1810-1830). 2008.

constituída nas colônias era, por natureza, ilegítima. Tal tese esposa a concepção do direito natural e especificamente o seu pressuposto no poder divino. Neste sentido, o papa não poderia abençoar um levante contra uma autoridade naturalmente constituída e ungida por ele.

Assim, com esta encíclica, a Igreja tenta se posicionar como o fiel da balança, sem o qual a causa da colônia não poderia se sustentar nem legitimar-se: resquícios de um poder que, no entanto, se desintegrava a cada momento, aceleradamente.

2.3.4 A autoridade régia

Desde o endereçamento a autoridade do rei é realçada conforme se observa:

Clero de la América sujeta al Rey Católico de Las Españas.¹⁵³

Diante da realidade que parecia controvertida e tendo em vista que muitos padres assinaram as cartas de independência de seus respectivos países, o papa ressalta:

“Fácilmente lograréis tan santo objeto si cada uno de vosotros demuestra a sus ovejas con todo el celo que pueda los terribles y gravísimos prejuicios de la rebelión, si presenta las ilustres y singulares virtudes de Nuestro carísimo Hijo en Jesucristo, Fernando, Vuestro Rey Católico, para quien nada hay más precioso que la Religión y la felicidad de sus súbditos;”¹⁵⁴

Desde Roma, o papa exorta os clérigos a demonstrarem ao seu rebanho o prejuízo de uma rebelião. Ademais, lembra aos pastores que o rei Fernando VII é um governante católico que, como tal, tem um coração voltado a Jesus Cristo e à felicidade dos súditos, logo não haveria porque não obedecer a ele. Claramente, aqui se faz um apelo à ideia presente no Novo Testamento: a cabeça governa o corpo, e este deve obedecer àquele – numa forma de imagem da relação entre Cristo e sua Igreja, segundo a qual a obediência advém da compreensão de que um corpo não faria mal a si mesmo.

¹⁵³ Encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*.

¹⁵⁴ Idem

“Y como sea uno de sus hermosos y principales preceptos el que prescribe la sumisión a las Autoridades superiores, no dudamos que en las conmociones de esos países, que tan amargas han sido para Nuestro Corazón, no habréis cesado de inspirar a vuestra grey el justo y firme odio con que debe mirarlas.”¹⁵⁵

A exaltação passa por uma compreensão de obediência à hierarquia estabelecida. Afinal, há uma associação entre o poder divino e o poder terreno que em certa maneira consiste numa manifestação temporal daquele eterno.

A obediência a esta lógica não é irracional, ao contrário, tem uma racionalidade própria: o rei colocaria “*la Religión y la felicidad de sus súbditos*” como prioridade. Por conseguinte, não só o Rei por meio da sua especial ligação com o divino sabia o que era o bom, como desejava o bem para seus súditos.

2.3.5 *O tom da encíclica*

Na *Etsi Longissimo Terrarum* (1816) há uma clara interpretação daquilo em que consiste o *bem comum*: o rei vinculado ao catolicismo detém o conhecimento do que é o melhor. Desse modo, o *bem comum* consistia em respeitar a ordem estabelecida por meio da obediência ao rei o que, no fundo, era uma obediência filial a Deus. Consequentemente, a permanência do *statu quo* seria o objetivo preferível. Afinal, a sabedoria do monarca estava ligada à própria tradição de acesso privilegiado em virtude de uma união à verdade ontologicamente construída:

Sin embargo, por cuanto hacemos en este mundo las veces del que es Dios de paz, y que al nacer para redimir al género humano de la tiranía de los demonios quiso anunciar la a los hombres por medio de Sus ángeles, hemos creído propio de las Apostólicas funciones que, aunque sin merecerlo, Nos competen, el excitaros más con esta carta a no perdonar esfuerzo para desarraigar y destruir

¹⁵⁵ Idem

completamente la funesta cizaña de alborotos y sediciones que el hombre enemigo sembró en esos países.¹⁵⁶

As considerações acerca da concepção da paz social permitem, através desses indícios, compreender as expectativas do pontífice romano quanto a sociedade. Isto foi arquitetado em uma lógica que pressupõe uma noção teológica de que Deus é a própria paz. A ordem natural das coisas deveria ser mantida e qualquer turbacão desta paz era como desagradar o próprio Deus. Obviamente um institucionalismo que pressupunha uma manutenção do *status quo*, baseado numa obediência praticamente cega.

Esas virtudes os harán buenos demócratas, con una democracia recta, reñida con la infidelidad y las ambiciones y cuidadosa del bien común; ellas conservarán la verdadera igualdad (...) Más bien que la Filosofía, serán el Evangelio y las tradiciones apostólicas y los santos doctores las fuerzas que harán florecer la grandeza republicana, convirtiendo a todos los hombres en héroes de humildad en el obedecer, de prudencia en el gobernar, de caridad en el hermanarse. Seguid el Evangelio y seréis el gozo de la República; sed buenos cristianos y seréis excelentes demócratas.¹⁵⁷

2.3.6 A desorientação e o vazio pastoral

Com a eclosão das independências, clérigos e religiosos foram mortos, foram exilados, ou sugiram por causa da perseguição política e religiosa, ou foram excomungados. O como produto dessa realidade várias regiões experimentam um vazio pastoral– “ficaram como ovelhas sem pastor”¹⁵⁸. Na sociedade essencialmente religiosa, a falta de um líder espiritual tem um grande peso, dada a representação daquele campo de significados doutrinários e bíblicos. Logo, aquelas pessoas experimentaram uma

¹⁵⁶ Encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*.

¹⁵⁷ FURLONG, Guillermo S. J.. *La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana*. Buenos Aires. Ediciones Tehoría. 1957. p..22.

¹⁵⁸ JERUSALÉM, Bíblia de. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. Matheus 9; 35

desorientação frente à autoridade – generalizando a crise de autoridade, tanto no político quanto no religioso, que se enfrentava nesse vazio.

Ademais os próprios clérigos experimentaram uma carência de sentido diante da realidade das autoridades a que deveriam supostamente obedecer estarem em posições opostas. A elite local antiga sempre fora aliada dos religiosos nas Américas, e até pouco tempo representava o poder monárquico espanhol, porém, ela havia se revoltado. O papado, que estava enfraquecido e ausente do cenário internacional, parecia cada vez mais distante da realidade platina. O poder régio, ausente por certo tempo em virtude das guerras napoleônicas, tentava retomar o controle. Diante de tantas autoridades conflitantes e em parte ausentes criou-se um vácuo de poder no qual muitos religiosos hispano-americanos vieram a adotar posições igualmente divergentes.

A resposta papal mediante a encíclica consistiu em estabelecer uma diretriz para a “cabeça da igreja” nas Américas – o clero – subentendendo que, se estes seguissem numa direção, unidos e em comunhão com o papa, poderiam promover uma conduta pastoral mais adequada na região, de modo a atender aos leigos que naquele momento também enfrentavam dificuldades diante da crise de identidade. Enfim, a encíclica entendia promover a afirmação da autoridade tradicional, de modo a restaurar a ordem colonial, como na Europa restaurara a ordem o Congresso de Viena.

3 O sacrificio do peão: Missão Muzi, Leão XII e Gregório XVI

A expedição Muzi foi uma delegação eclesiástica ordenada por Pio VII para averiguar a situação nas Américas, especialmente, na região meridional, como resposta aos embaixadores que foram enviados a Santa Sé para negociar o reconhecimento, com uma preocupação especial com a situação de Santiago, Córdoba e Buenos Aires, passando rapidamente por Montevidéu.

En la discusión sobre la tutela de la Iglesia a la causa insurgente se introdujo un nuevo elemento: la misión americana del arzobispo Don Giovanni Muzi, delegado de la Santa Sede ¹⁵⁹. El delegado apostólico visitó Montevideo, Buenos Aires y Santiago de Chile. Aunque su misión dio pocos frutos inmediatos, fue bastante fecunda a largo plazo, fomentando la cercanía de las jóvenes naciones del cono sur con Roma. En la misión iba el joven sacerdote Giovanni M. Mastai Ferretti, que en 1846 sería elegido Romano Pontífice. El nuevo papa Pío IX tuvo que intervenir en América (sobre todo en Perú, México y Chile) para extirpar ciertos brotes de regalismo republicano, y, si pudo hacerlo con tacto y prudencia, fue, entre otras causas, por la experiencia adquirida durante ese viaje americano, en que había conocido directamente la realidad de un continente sinceramente católico, escaso de clero y eclesiásticamente desarticulado por las guerras de emancipación y por la embestida del romanticismo libera. ¹⁶⁰

A missão foi pensada pelo próprio papa e está relatada nas atas da Secretaria de Estado. Por conseguinte, foram escolhidas pessoas de confiança do papa. Tamanha a relevância desta missão que um dos futuros papas estava em meio aos escolhidos, o futuro Pio IX:

¹⁵⁹. Sobre a missão Cf.. GILABERT, Francisco Martí. La Misión en Chile del futuro Papa Pío IX. I: Preparativos y escala en Buenos Aires (1821-1824), In: AHIg 9 (2000) 235258; Id., La Misión en Chile del futuro Papa Pío IX. II: Llegada a Santiago, regreso y desenlace (1824-1832), In: AHIg 10 (2001) p.281-321.

¹⁶⁰ SARANYANA, Josep Ignasi. **Debates teológicos latinoamericanos en los comienzos de la era republicana (1810-1830)**. 2008. p.235

Nada extraño que su búsqueda llevara varios meses. Recayó al fin en el auditor de la nunciatura de Viena, Giovanni Muzi, romano. Se le asociaron el joven canónigo Gian Maria Mastai Ferretti - futuro Pío IX - y el erudito abate Giuseppe Sallusti: el primero —que soñaba un poco románticamente en emular a san Francisco Javier en las misiones del Arauca o del Paraguay— como compañero y eventual sucesor ; el segundo - espíritu voluble e intrigante, y, por lo mismo, hueso dislocado de la Lión - en calidad de secretario.¹⁶¹

A missão foi montada, diante dos olhos papais toda a equipe escolhida pessoalmente pelo pontífice saiu de Roma em 3 de julho de 1823 para Gênova, onde se encontraram com o Cienfuegos – relator até aquele momento da situação da América Meridional. Dali embarcaram os monsenhores Muzi, Salluti e Mastai rumo ao Chile.¹⁶²

Todavía, houve dificuldades no embarque de Génova. Somente foi possível o embarque em outubro, o que foi considerado uma verdadeira providência Divina – diante dos paradigmas cristãos, a divina providência é a forma que Deus age no tempo, demonstrando Sua vontade – daí a importância deste termo nos documentos. Isto porque em agosto daquele ano, o papa Pio VII morreu e em setembro foi eleito papa Leão XII. Deste modo, em outubro, a missão embarcou com a benção do atual pontífice e levava a notícia e a benção do novo papa.

Dificultades de embarco detuvieron a la misión en Génova hasta el 10 de octubre. Fue providencial; pues, habiendo muerto en agosto Pío VII y sido elegido en setiembre León XII, pudieron hacerse a la mar con la noticia, comunicada de Roma, de que el nuevo papa había aprobado plenamente la delegación de Chile

58

A rota se iniciou em Roma, passou por Gênova e chegou por Montevidéu – apenas atracou - seguiu para Buenos Aires, finalmente alcançando o Chile e retornando por

¹⁶¹ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 197

¹⁶² LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 200

Montevideu – desta vez parando para colher informações e regressando à Europa. Toda a missão durou pouco mais de um ano, conforme o roteiro a seguir:

La delegación pontificia arribó a Montevideo el 1 de enero de 1824. Pasó a Buenos Aires el 3 de enero y llegó a Santiago de Chile el 6 de marzo. Empezó el regreso el 30 de octubre, directo hasta Montevideo, en donde atracó el 4 de diciembre de 1824. De Montevideo embarcó hacia Europa el 18 de febrero de 1825¹⁶³

Para compreender a missão é necessário considerar sua natureza e competências. Importante ressaltar que, apesar dos interesses políticos claros, a missão era uma nunciatura apostólica, desta forma entraria no arcabouço do poder pastoral – uma natureza espiritual - como se observa nas atas da Secretaria de Estado. No entanto, ainda que este fosse o seu propósito oficial, fica desde logo claro que esta não era a verdadeira intenção, mas assim precisava ser apresentada para evitar problemas entre as coroas.

Esta naturaleza meramente espiritual de su misión, la reflejaba el título asignado a Muzi, que no fue el de nuncio o internuncio, propio de los agentes diplomáticos del papa ante gobiernos reconocidos, sino el de vicario apostólico. Pero si el carácter de Muzi era meramente espiritual, era, Esta naturaleza meramente espiritual de su misión, la reflejaba el título asignado a Muzi, que no fue el de nuncio o internuncio, propio de los agentes diplomáticos del papa ante gobiernos reconocidos, sino el de vicario apostólico. Pero si el carácter de Muzi era meramente espiritual, era, dentro de la espiritualidad, amplísimo, cual convenía a las tremendas necesidades de América y a la incomunicación con la curia en que había de hallarse. Además de los poderes extensísimos para sanar de raíz los defectos de jurisdicción en cabildos, párrocos, gobernadores eclesiásticos y

¹⁶³ GILABERT, Francisco Martí, **La Misión en Chile del futuro Papa Pío IX**. I: Preparativos y escala en Buenos Aires (1821-1824), AHIg 9 (2000) 235258; Id., **La Misión en Chile del futuro Papa Pío IX**. II: Llegada a Santiago, regreso y desenlace (1824-1832), AHIg 10 (2001) p. 281-321. In: SARANYANA, Josep Ignasi. **Debates teológicos latinoamericanos en los comienzos de la era republicana (1810-1830)**. 2008.

superiores religiosos de muy dudosa legitimidad por las revueltas de la revolución en casi toda América, y para dispensas matrimoniales y secularización de religiosos y reducción de días festivos, más facultades de absolver a herejes públicos y dogmatizantes, conceder indulgencias aun plenarias, oratorios, uso del santo crisma y otras parecidas; se especificaban en el elenco tres poderes que conviene recordar: el legado podría conceder la bula de la cruzada en la forma usada en los tiempos coloniales; nombraría por sí mismo, y de acuerdo con el Gobierno, tres vicarios apostólicos, que consagraría obispos in partibus, y permitirí jefe del Estado el uso del patronato en la presentación para cargos eclesiásticos inferiores al episcopal, pues en éste —ni aun siquiera en la designación de vicarios apostólicos— no se reconocía tal patronato.¹⁶⁴

A justificativa para a ampla interpretação de “caráter espiritual” se dava em razão das dificuldades concretas que a Igreja estava enfrentando em razão das “revoltas”. Como já foi dito, havia diversos lugares eclesiásticos vazios por causa das mortes, perseguições e excomunhões, inviabilizando que fossem ministrados sacramentos e exercida a função precípua do catolicismo.

Observa-se nas atas que a missão tinha a possibilidade de usar estatutos extraordinários próprios de momentos de perseguição, de instabilidade política. Eram três as capacidades: conceder a Bula Cruzadista, o três Vicariatos Apostólicos e, por fim, permitir que ao chefe do governo local o uso do padroado para cargos eclesiásticos inferiores ao episcopado.

Conceder a Bula Cruzadista – importante documento que congratulava aqueles que lutavam em favor da fé, dispensando da obrigação de jejum de carne e concedendo indulgência plenária. Como visto no capítulo 6 sobre a *Etsi Longissimo Terrarum*, este foi um dos pedidos dos independentistas ao papa Pio VII.

¹⁶⁴ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p.202. e LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. III. 1959. Cf. Carla apologética de Muzi, In: COPATOS, Silva, 349, p.369-370 [original latino en Leturia-Batlloiri, parte III]. Conforme a cópia das atas (ASV, Segreteria di Stato, 250, 1823, 3º), a proposta passou ao estudo em 26 de fevereiro de 1823 aos cardeais Decano, Vicario, Castiglioni, Consalvi, Gabrielli e a monsenhor Caprano.

Nomear o três Vicariatos Apostólicos que também poderiam nomear bispos *in partibus*¹⁶⁵, extremamente importante para reconstruir o episcopado na América Meridional sem que fosse ofendido o padroado régio. Uma vez que o Vicariato Apostólico, por definição, é submisso diretamente ao papa sem que seja estabelecida diocese:

Vicariato Apostólico ou prefeitura apostólica é uma certa porção do povo de Deus que, por circunstâncias, não foi ainda estabelecida como diocese e confiada ao cuidado pastoral de uma ou um Vigário Apostólico Prefeito Apostólico para regê-la, em nome do Sumo Pontífice¹⁶⁶

A nomeação de bispos *in partibus*, instituto que permitia a nomeação de bispos em terras chamadas de *infiéis*, onde não se poderia por aspectos sociais ou políticos definir bispos de fato ou dioceses, o papa (ou seu delegado) poderia ordenar, ainda que fosse em segredo, algum clérigo para cuidar daquele rebanho. Outra manobra institucional que permitia manobrar o padroado régio.

Por fim, a mais controversa das autorizações, foi permitir que os chefes locais dispusessem e definissem sobre cargos abaixo do episcopado – ou seja, diaconato e sacerdócio. Era, portanto, a autorização aos independentistas do uso do padroado.

No entanto, a missão foi fracassada exatamente por este caráter intermediário, não se aliava aos emancipacionistas e se distanciava do proposto pelas coroas católicas, sobretudo no acordado após Congresso de Viena, na Santa Aliança.

Pero la misión Muzi ni fue paso político en favor de la emancipación, como algunos católicos bienintencionados de América llegaron a creer, ni espionaje de

¹⁶⁵ Dado retirado da Enciclopédia católica disponível em: <[https://en.wikisource.org/wiki/Catholic Encyclopedia %281913%29/In Partibus Infidelium](https://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_%281913%29/In_Partibus_Infideliu) e [http://ec.aciprensa.com/wiki/In Partibus Infidelium](http://ec.aciprensa.com/wiki/In_Partibus_Infideliu)>

¹⁶⁶ Código de Direito Canônico 371. O usado para explicar o instituto foi o ratificado em 1917, ainda que seja extemporâneo aos eventos não houve mudança no instituto.

la Santa Alianza, como propalaron en Buenos Aires los detractores de la Santa Sede¹⁶⁷

3.1 *Missão na Argentina*

A missão Muzi foi subdividida secretamente. Uma parte foi à Argentina para atender as questões de Córdoba e Buenos Aires. Como a rota marítima passaria no entreposto portenho e também por questões materiais ali ficariam cerca de três dias. Era muito razoável esta divisão da missão que promoveria o reencontro de seus integrantes no retorno a Roma.

Es tanto más necesaria esta observación, cuanto que junto con la comisión pública a Chile, llevaba monseñor Muzi otra más secreta, pero no menos directa y deseada, para Argentina. [...]una solución al desesperado problema de la iglesia argentina, de la que apenas quedaba una remota esperanza de acercamiento oficial a la Santa Sede, mientras se mantuviese en el poder el ministro Rivadavia. La misión Muzi, que había de pasar naturalmente por Buenos Aires, le pareció a Consalvi ofrecer una solución providencial que no podía desperdiciarse.¹⁶⁸

A Argentina era uma verdadeira preocupação para a Santa Sé, além de representar um terreno muito hostil em virtude das constantes guerras civis. Como a Igreja era uma bandeira para alguns, como Rosa, para outros, era uma presença real do Antigo Regime, que tinha que ser destruído em nome dos ideais republicanos que tinham o anticlericalismo muitíssimo presente como uma das suas premissas.

Como responsável por esta delegação estava o P. Pacheco, que deveria agir com diligencia e discrição¹⁶⁹. Ainda que subdividida a missão, o papado entendida que era

¹⁶⁷ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II . 1959. p. 207

¹⁶⁸ Idem. p. 203

¹⁶⁹ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 204

necessária a presença física do monsenhor Muzi durante um período para produzir um relatório ao pontífice.

si convenía, al menos, que monseñor Muzi, destinado propiamente para Chile, marchara también como vicario de la Argentina; caso de que marchara en esta forma, si convenía que delegase allí sus facultades al P. Pacheco, aunque siempre como dependiente de él [...] según el texto de las actas, estaba ya de antes determinado que Muzi se detuviera dos meses en Buenos Aires.[...] Es decir, que, a pesar del aprecio que se tuvo en el Vaticano del celo y el viaje emprendido por Pacheco, se juzgó prematuro y peligroso atar la acción de la Santa Sede a su persona, y se encomendó al vicario examinar en Argentina mismo la verdadera situación de las cosas, y obrar por sí con el debido tacto y previsión.¹⁷⁰

Apesar da expressa ordem, o monsenhor respondeu a Roma que não ficaria mais de um mês entre os portenhos. A missão foi muito mal recebida por autoridades eclesiásticas que eram partidárias, consideradas pelo monsenhor como *ultraliberais* “*Como se sabe, Mons. Muzi fue recibido en Buenos Aires con descortesía, tanto por las autoridades eclesiásticas como civiles*”.¹⁷¹ Quanto às autoridades civis, argumenta que já teria colhido todas as informações necessárias e escreve sobre o chefe de governo daquele momento, Bernardino Rivadavia (governou entre 8 de fevereiro de 1826 e 27 de junho de 1827).

Embebido desde su permanencia en Francia de los principios del jacobinismo y moderno filosofismo, cuya mira principal en el gobierno era formar en aquella provincia una iglesia separada de Roma¹⁷²

Diante da situação encontrada, o monsenhor aconselha várias medidas para reconstruir a igreja rio-platense e manda notícias negativas a Roma, baseadas na

¹⁷⁰ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 202-204

¹⁷¹ SARANYANA, Josep Ignasi. **Debates teológicos latinoamericanos en los comienzos de la era republicana (1810-1830)**. 2008.

¹⁷² LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II e Vol.III. 1959.In: *Acción* (1925) 289, ap. 2 [RSSHA, III, ap. i, doc. 2].

interpretação que teve sobre os acontecimentos políticos platinos. Acabou por não usar dos poderes extraordinários que o pontífice havia lhes conferido.

sin atreverse a instituir obispados ni nombrar obispos de espaldas a Roma, suprimía per mero resorte laico el fuero personal de los sacerdotes, el diezmo eclesiástico y numerosos conventos, estatizando sus bienes; reducía y reorganizaba el Cabildo eclesiástico con el nombre de Senado del clero, convertía el seminario en colegio nacional y sometía todos los religiosos al ordinario diocesano, a quien declaraba en poder de dar cédulas de secularización. Y como el gobernador eclesiástico de Buenos Aires, don Mariano Medrano, protestara con sobrado fundamento de tal aluvión de josefinismo ultrarregalista, Rivadavia lo substituyó con don Mariano Zavaleta» uno de los beneficiados que, al igual de Valentín Gómez y el deán Funes, no se desdeñaban de hacer de acólitos de su excelencia¹⁷³

A missão deixou Buenos Aires sem nomear bispos, nem concedeu a bula ou deu poder ao chefe de governo. Contentou-se em reorganizar a estrutura hierárquica da Igreja local e transformar o seminário em colégio. Como a troca do bispo continuou sendo entre bispos residentes, a missão não tinha poder nem interesse de desfazer o ato de Rivadavia.

Apesar dos desalentos políticos, a missão foi bem recebida por boa parte da sociedade, como consta do relato da missão:

El pueblo mostró efectivamente una inmensa adhesión al representante del papa. Cuando a las nueve y media de la noche del 4 de enero tomaron por fin tierra los miembros de la misión pontificia, había aún en el puerto un gran golpe de gente que, precediendo los niños con faroles, los acompañó cantando el Benedictus hasta la posada. En ella recibió, los días siguientes, monseñor la visita del vicario capitular, de siete canónigos, de muchos empleados del Gobierno y, sobre todo, del noble general San Martín, próximo entonces a marchar a Europa. Allí y por las calles venían las gentes a besarle la mano y a pedir para sus hijos el sacramento de la confirmación, no administrado casi nunca en la ciudad los diez últimos años.

¹⁷³ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 214

A oração do *Benedictus*¹⁷⁴, oração litúrgica retirada literalmente da Bíblia, que foi aderida por grande parte da população é muito significativa, porque esta oração é uma conclamação e preparação à vinda do Senhor “*Bendito o Senhor, Deus de Israel */Que visitou e redimiu o seu povo*” que trará a paz tão anunciada nas encíclicas “*E dirigirá os nossos passos no caminho da paz.*”. Ou seja, uma oração que realmente refletia a intenção daquela missão e do papado, ao menos do ponto de vista narrativo: transcender o *sofrimento* e a *tribulação* trazida por aquelas lutas políticas e atingir a paz por meio da obediência à Igreja.

O segundo gesto muito significativo deste momento foi San Martín – um grande líder da região – pedir o sacramento da confirmação (a crisma) para seus filhos, porque havia dez anos que não era ministrado naquela região. Ora, esta é a perfeita ilustração de como estava desestabilizada a Igreja na região, um sacramento que faz parte da iniciação cristã não estava sendo ministrado há uma década, ou seja, desde o início dos movimentos de independência. Nem mesmo um personagem com acesso livre na região platina inteira encontrava acesso a esse sacramento. O detalhe é que este é um sacramento que dependia necessariamente do bispo, porque era prerrogativa dele e de seus delegados.

Este último punto fue uno de los más recomendados por monseñor Muzi al dar cuenta en Roma de su gestión. Aunque su embajada a Hispanoamérica fué un fracaso personal y por eso abandonó la carrera diplomática aceptando el obispado de Cittá di Castello, donde vivió hasta su muerte, 29 de noviembre 1849, el papa, sin embargo, y la Congregación de asuntos eclesiásticos extraordinarios aceptaron el criterio de monseñor Muzi, de que no convenía por entonces enviar misiones semejantes a los nuevos Estados, sino que era mejor fijar en Roma misma los puntos sustanciales de la política eclesiástica, y hacer

¹⁷⁴ **Benedictus:** Bendito o Senhor, Deus de Israel */Que visitou e redimiu o seu povo/E nos deu um Salvador poderoso */Na casa de David, seu servo./Conforme prometeu pela boca dos seus santos, */Os profetas dos tempos antigos,/Para nos libertar dos nossos inimigos */E das mãos daqueles que nos odeiam/Para mostrar a sua misericórdia a favor dos nossos pais, */Recordando a sua sagrada aliança/E o juramento que fizera a Abraão, nosso pai, */Que nos havia de conceder esta graça:/De O servirmos um dia, sem temor, */Livres das mãos dos nossos inimigos,/ Em santidade e justiça na sua presença, */Todos os dias da nossa vida./E tu, Menino, serás chamado Profeta do Altíssimo, */Porque irás à sua frente a preparar os seus caminhos,/ Para dar a conhecer ao seu povo a salvação */Pela remissão dos seus pecados,/Graças ao coração misericordioso do nosso Deus, */Que das alturas nos visita como Sol Nascente,/Para iluminar os que jazem nas trevas e nas sombras da morte */E dirigir os nossos passos no caminho da paz.

que los fueran ejecutando los hijos leales del clero y del laicado que no faltaban en aquellas tierras¹⁷⁵

Diante do desastre da missão, dos desentendimentos diplomáticos e o fácil entendimento que se tinha com o Brasil e a nunciatura no Rio de Janeiro, se recomenda que aquele núncio sirva para as questões da América.

Así en 1825. Dos años más tarde, creía ya que convenía una misión de varias personas, pero que, sin estar acreditada ante un determinado Gobierno hispanoamericano, residiera en un lugar apropiado de aquel continente para comunicarse con la Curia romana y remediar las necesidades espirituales de los pueblos. Es la pauta que veremos seguir a la Santa Sede. Hasta 1837 no marchó ninguna legación a Estado alguno de Hispanoamérica. Se aprovechó, en cambio, en 1829 la institución de una nunciatura en Río de Janeiro ante el emperador del Brasil, para proveer al nuncio de facultades para la América española y mandarle que, poniéndose en contacto con sus Iglesias y Gobiernos, enviara continua relación de todo al sumo pontífice. Era un eco reforzado de los dos fecundos meses que monseñor Muzi había pasado bajo el pabellón brasileño en Montevideo.¹⁷⁶

A missão Muzi interferiu profundamente nas relações diplomáticas da Santa Sé por demonstrar a instabilidade institucional na região, a presença daquilo que chama de *ultraliberals* – forte influência das ideias do iluminismo e da revolução francesa. Todavia, descreve a preocupação do quanto a Igreja meridional tinha uma inclinação ao separatismo de Roma. O que influenciou dali para frente o tom da diplomacia, que não agirá tão proativamente em favor da coroa, reservando-se a resguardar a sua sobrevivência.

¹⁷⁵ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. E LETURIA, Emancipación (1935) 212 [e em RSSHA, III, ap. vil, cap. 6, § 3].

¹⁷⁶ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p.. 226

3.2 *Etsi Iam Diu – Papa Leão XII (1824)* ¹⁷⁷

Após dez anos de silêncio, a mudança de papa gera uma nova carta em resposta aos acontecimentos na América, que nesse período já estavam a caminho da consolidação. A carta escrita em 24 de setembro de 1824 pelo papa Leão XII, um ano após a sua eleição, demonstrava a importância da temática para o religioso, que já havia sofrido, assistido e participado nas negociações e elaborações das prévias encíclicas. Em razão da sua experiência burocrática como núncio apostólico, secretário pessoal de Pio VII e posteriormente vigário de Roma, quando achou necessário publicar uma posição, o finalmente bispo de Roma sabia como negociar com o sistema de poder estabelecido e manusear adequadamente a técnica para atingir o seu fim.

O próprio título desta encíclica também é um forte indicio desta passagem de tempo que não está ligada apenas à cronologia, mas também está ligada a um exaustivo acúmulo de eventos, que confere aos autores uma noção de tempo acelerado.¹⁷⁸ Ora, são dois termos que indicam uma passagem de tempo: *Diu* – continuidade, há muito tempo¹⁷⁹ e *Iam*, outro marcador temporal que pode ser a presentificação como a continuidade – tempo, momento¹⁸⁰. Os dois termos, quando juntos, indicam uma longa passagem de tempo. Ainda no primeiro parágrafo da encíclica:

Aunque Nos persuadimos habrá llegado hace ya tiempo a vuestras manos la encíclica que, en la elevación de nuestra humildad al solio de san Pedro, remitimos a todos los obispos del orbe católico¹⁸¹

¹⁷⁷ Foi usado a versão em espanhol encontrada no livro LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II . 1959 e comparada com versão em original italiana do mesmo livro e com a versão a de italiano disponível em: < http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z_1824-09-24_SS_Leo_XII_Etsi_Iam_Diu_IT.doc.html >

¹⁷⁸ Ver KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006; e RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da história: Os Fundamentos da Ciência Histórica. Ed. UnB, 2001

¹⁷⁹ Charlton T. Lewis, An Elementary Latin Dictionary disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0060%3Aentry%3Ddiu> >

¹⁸⁰ Idem

¹⁸¹ Encíclica *Etsi Iam Diu* – Papa Leão XII (1824)

A heurística documentada demonstra a capacidade técnica de Leão XII ao atuar no xadrez internacional, ainda que suas possibilidades de ação sejam extremamente limitadas pelas suas condições materiais e seu espaço de experiência – que ainda estava restrito pelo trauma da prisão do papa por Napoleão, evento que Leão XII havia acompanhado de perto por ter sido preparado por Pio VII desde cedo para ser papa. Além da instrução e educação eclesiástica e o próprio clero que praticamente permanecia com os mesmos parâmetros.

Primeiro, o papa usa da diplomacia eclesiástica a favor da narrativa que construiu, um texto que poderia facilmente ser classificado por Bula, por se dirigir especificamente ao clero, ainda mais por ser uma fração específica, o clero americano¹⁸². Ainda faz uso de alguns mecanismos de linguagem para tentar criar uma narrativa personalizada aos americanos, reconhecendo a necessidade e o direito de que lhe seja conferida uma política eclesiástica autônoma à coroa e ao mesmo tempo condena os conflitos bélicos para não criar uma cisão da coroa espanhola.

O tom da encíclica continua claramente reafirmando a postura conservadora da Igreja. Todavia, diante das mudanças dos atores e dos tempos políticos torna cada vez mais complicado a defesa da tese legitimista em prol da coroa por meio da Igreja. Cada vez mais, a aliança que prescindia de um escasso capital político, neste período custava ainda mais uma boa medida do estoque de prestígio e capacidade pastoral.

A capacidade de Leão XII para negociar no tabuleiro dado, diante das forças europeias e das pressões americanas para uma nova declaração diante do novo status do Novo Continente, foi manifesta no documento quando se observa a ambiguidade entre o meio e a linguagem e o texto, sendo necessária uma detalhada análise crítica das mudanças e das permanências.

¹⁸² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. ; e GOMES, Saul António. Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa. COELHO, Maria Helena da Cruz et al.–**Estudos de Diplomática Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri. ISBN, p. 972-772, 2001.

3.2.1 *O direcionamento específico a América – Primeira encíclica à América*

A encíclica é dedicada especificamente aos “*hermano, los arzobispos y obispos de América*”¹⁸³. Conforme a diplomacia eclesiástica as encíclicas são as cartas papais ao “povo de Deus”, possuindo as encíclicas maior prestígio por ter como foco a grande publicidade, enquanto a Bula, voltada para assuntos burocráticos, era voltada a um grupo específico, geralmente com um assunto de caráter mais reservado. Portanto, quando o papa queria se direcionar a uma parte específica de seu rebanho a espécie indicada seria a Bula. Ainda assim o papa, que era profundo conhecedor destas formas (uma vez que viveu grande parte de seu ministério na corte papal), escolheu usar uma encíclica demonstrando a relevância e a importância que dava à temática.

Ainda que a carta tenha sido dirigida a um público mais restrito, que foi enunciado desde o princípio: o clero da América. Logo, se era exclusivo ao clero e específico de uma região, é verossímil abstrair que havia uma intenção papal na trilha de um progressivo avanço e aproximação – ao menos do clero local – que não atendia mais pelo vocativo de súdito do rei da Espanha.

Em contraste com a *Etsi Longissimo Terrarum* a carta não é endereçada “*la América sujeta al Rey Católico de Las Españas*”. Primeiro, retira-se o termo “*sujeta*”, que como visto no capítulo anterior, tem um grande peso do ponto de vista narrativo, pois era o pilar argumentativo para dizer que a “*comoção social*” era errada por ir contra o direito natural. Segundo, a não menção ao rei da Espanha é uma tentativa de fazer uma abertura positiva, que não entre em choque com o clero local, seja ele regalista ou revolucionário. O endereçamento já demonstra uma mudança na orientação do papado, diante de uma realidade, neste momento já incontornável.

3.2.2 *Contexto das guerras na América*

No entanto, a posição do papado ainda cuidadosa e resistente em reconhecer a verdadeira independência se dá por causa das constantes guerras no Novo Continente. Ao

¹⁸³ Encíclica *Etsi iam Diu* – Papa Leão XII (1824)

analisar apenas a região platina já se tem uma boa ideia a respeito da instabilidade política e crise de legitimidade. Ora, se o papa fosse reconhecer o país, isso implicaria em reconhecer também um governo, uma vez que havia disputa de territorialidade, constitucional e de legitimidade.

Assunção estava em completo isolamento no comando do Dr. Francia, um ditador que propositalmente, usando a justificativa de não ser subjugado pelos portenhos, mantém um controle autoritário e a prática de completo distanciamento dos países que estavam se formando. E até mesmo dos outros caudilhos que estavam guerreando por sua autonomia em Buenos Aires.

A *Argentina* ainda não havia se constituído, o interior se debatia por autonomia e imobilizava a aliança formada em Tucumã, que após quatro anos de congresso em 1820, comprovando a completa instabilidade das Províncias Unidas da Prata, e logo, sua viabilidade institucional. Apenas em 1825 ocorreu o início da instabilidade.

A província da Cisplatina, que neste momento era uma província única do Império Brasileiro, sua singularidade decorria da história, cultura e língua que faziam a distanciava do Rio de Janeiro e a aproximava de Buenos Aires. A província súdita de Dom Pedro I vinha sendo alvo de negociação pelas Províncias Unidas do Rio da Prata desde 1823 e em 1825 começava o seu levante. Como a Santa Sé havia reconhecido o Brasil como independente (desde 1823), a situação era ainda mais complexa, pois reconhecer a *insurgência* era também entrar em conflito com a coroa do Brasil, de Portugal e da Espanha.

Por fim, além das questões entre interior e portenhos, a aliança da Santa Sé com as coroas ibéricas ainda possuía um conflito residual: a disputa entre regalistas e os independentistas, de forma que o papa ao se pronunciar estaria tomando um dos lados de uma guerra civil em que ambos os detratores eram seus “*súditos*”. Isto para não entrar na intensa disputa política pastoral de disparidade de culto e religião oficial, tema que era motivo de acaloradas discussões na região platina.

3.2.3 *A reprovação do distúrbio da paz*

O papa encontra-se em uma situação conturbada tendo que lidar com vários fatores e grupos de pressão, a questão da autonomia das independências parece ser um

estado dado, no entanto o governo a ser instaurado permanece uma verdadeira incógnita. O fio condutor da narrativa construída pelo pontífice parece ser contraditório, pois por mais que aparentemente pareça dar um passo a mais rumo a reconhecer o poder nas Américas, o conteúdo continua a condenar as insurreições.

A carta direcionada especificamente ao clero da América reprova o comportamento dos independentistas e desencoraja a participação do clero no movimento das independências por perturbar a paz. Além de exaltar o exercício pastoral do clero.

A la verdad, con el mas acerbo e incomparable dolor, emanado del paternal afecto con que Os amamos, hemos recibido las funestas nuevas de la deplorable situación en que tanto el Estado como a la Iglesia ha venido a reducir en esas regiones la cizaña de la rebelión, que ha sembrado en ellas el hombre enemigo, como que conocemos muy bien los graves perjuicios que resultan a la religión, cuando desgraciadamente se altera la tranquilidad de los pueblos.¹⁸⁴

A argumentação do papa foi inovadora por incorporar o dever pastoral fazendo esta encíclica ser na prática uma orientação da prática pastoral. Surgindo um novo argumento, a “*rebelión*” não era ilegítima por sua matéria, mas em sua essência. Apenas e tão somente a sua existência já seria maléfica, afinal “*los graves perjuicios que resultan a la religión*”¹⁸⁵.

Do ponto de vista teológico-filosófico, ao condenar a rebelião em sua essência cria-se toda uma nova narrativa, visto que dentro dos paradigmas católicos quando a essência é ruim não se deve compactuar ou mesmo ser omissivo, ao contrário, combater. Uma vez que no catolicismo não há a ideia de que o bem pode compactuar em essência com o mal. Leão XII, que falava a um público que compartilhava desse básico universo de significados, permite deixar implícita esta questão. Sem que fosse necessária uma condenação veemente da essência do movimento social, evitando uma maior indisposição com o seu *rebanho*.

¹⁸⁴ Encíclica *Etsi iam diu* – Papa Leão XII (1824)

¹⁸⁵ Idem

Há ainda, um primeiro apontamento feito pelo papa “*la Iglesia ha venido a reducir en esas regiones la cizaña de la rebelión*”, que baseia factualmente sua argumentação de que a “*rebelião*” era um mal por essência. O papa usa do principal e mais importante argumento para o reconhecimento dos novos países que constantemente o pressionavam: a vacância e a redução da presença da Igreja foram contra-atacadas com a justificativa de que a rebelião estaria destruindo o catolicismo. Propondo uma narrativa alternativa de causa e efeito que retirava de sua responsabilidade a nomeação de novos bispos, tema altamente perigoso para a Santa Sé em razão do padroado régio.

Todavia, a condenação da insurreição ganha panorama diferente da antiga aplicada pelo papa Pio VII, que condenava a essência abertamente. Leão XII toma uma diferente abordagem, passa a condenar as *rebeliões* por suas consequências e não por sua natureza, especialmente por perturbar a tranquilidade e prejudicar o exercício da religião.

los graves perjuicios que resultan a la religión, cuando desgraciadamente se altera la tranquilidad de los pueblos En su consecuencia, no podemos menos de lamentarnos amargamente, ya observando la impunidad con que corre el desenfreno y la licencia de los malvados; ya al notar como se propaga y cunde el contagio de libros y folletos incendiarios, en los que se deprimen, menosprecian y se intentan hacer odiosas ambas potestades, eclesiástica y civil;

Tendo, portanto, a premissa de que as rebeliões eram ruins por seus efeitos, entra explicitamente no mérito de sua natureza. O papa condena a impunidade do crime de lesa-majestade sem mencionar o rei, o que é muitíssimo interessante. Por causa dessas pequenas sutilezas esta foi uma encíclica menos repudiada do que a de Pio VII e uma verdadeira marca na história daqueles países.

A respeito da *impunidade* referida pelo papa é importante ainda recordar que havia uma decisão que estava sendo tomada desde a encíclica *Etsi Longissimo Terrarum*: a excomunhão dos padres que estavam sendo abertamente *revoltosos*¹⁸⁶. No entanto, com o avançar dos movimentos políticos e sociais e a excomunhão de alguns bispos esta

¹⁸⁶ BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 2000. (v.III)

prática perdeu sua eficácia. Até porque aprofundava a crise religiosa que o papa chamou de “*los graves perjuicios que resultan a la religión*”¹⁸⁷.

O repúdio, a propaganda em folhetos e livros de produção da eclesiástica local era de tamanha robustez que foi notada pela Santa Sé. A corte eclesiástica tinha noção da sua influência nas várias camadas da sociedade americana e reconhecia que seu apoio ainda sem a benção apostólica significava muitíssimo. Diante dos fatos, pode-se afirmar inclusive que o clero local teve um maior poder do que o pontífice nestes eventos, uma vez que a despeito de seu consentimento o apoio eclesiástico (regional) ocorreu e surtiu efeito imediato. E é exatamente este o objetivo desta carta, conscientizar e declarar formalmente o clero que estava fora da comunhão com o pontífice ao apoiar as independências. A comunhão com o pontífice tem o seu aspecto formal – a excomunhão, ainda que carregue um grave estigma significa estar fora da comunhão com a Igreja Católica Apostólica Romana, frisa-se a parte do “apostólica romana” (leia-se, o papado). Por outro lado, tem a dimensão simbólica que está no dogma teológico de Pedro. Pela lógica da imposição das mãos¹⁸⁸ e a tradição seus sucessores, de que o poder papal foi estabelecido por Jesus ““Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus””.¹⁸⁹

por último, viendo salir, a la manera de langostas devastadoras de un tenebroso pozo, esas juntas que se forman en la lobreguez de las tinieblas, de las cuales no dudamos afirmar con san León papa, que se concreta en ellas como en una inmunda sentina, cuanto hay y ha habido de más sacrílego y blasfemo en todas las sectas heréticas, Y esta palpable verdad, digna ciertamente del más triste desconsuelo, documentada con la experiencia de aquellas calamidades que hemos llorado ya en la pasada época de trastorno y confusión, es para Nos en la actualidad el origen de la más acerba amargura, cuando en su consideración prevemos los inmensos males que amenazan a esa heredad del Señor por esta clase de desórdenes.

¹⁸⁷ Encíclica *Etsi iam Diu* – Papa Leão XII (1824)

¹⁸⁸ A lógica de imposição de mão na qual o poder da tradição e o Espírito Santo é passada através das gerações e dentro do clero. Este gesto é sempre sinal de unção divina – uma eleição.

¹⁸⁹ JERUSALÉM, Bíblia de. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. Matheus 16:19

Seguindo esta linha um pouco mais contundente, afirma que em razão da omissão pastoral do clero “*ha habido de más sacrílego y blasfemo en todas las sectas heréticas*”. Ora, ainda que não exalte a obediência a Fernando VII, afirma que as juntas têm um viés herético e tem sido demasiadamente sacrílegas. O sacrilégio ocorre ao corromper um sacramento, mas na linguagem teológica também é usada quanto a corromper algo que tem natureza de sacramental, para isso é necessário aprofundar o sentido de sacramento: o sacramento é fazer presente, visível uma realidade invisível¹⁹⁰. Tomando como base este conceito é possível entender de que dessacralização estava tratando o papa: o poder do rei uma vez que era manifestação temporal do poder de Deus.

O texto ainda articulou a questão da dessacralização como causa da desordem e ainda usa o espaço de experiência que vivia a América para tornar o argumento ainda mais palpável “*documentada con la experiencia de aquellas calamidades que hemos llorado*”. A constante ênfase na desordem que realmente era experimentada, especialmente na região platina, para justificar a sua posição tradicionalista, não chega a ser explicitamente reacionária ou pede explicitamente o retorno da submissão à coroa. É o que se observa no texto abaixo:

Examinándolos con dolor, se dilata nuestro corazón sobre Vosotros, venerables hermanos, no dudando estaréis íntimamente animados de igual solicitud en vista del inminente riesgo a que se hallan expuestas Vuestras ovejas

A encíclica destaca-se certamente por sua capacidade de transformar o problema político para o seio pastoral. O trecho destacado acima deixa explícito, ainda que condene a participação política do clero nos movimentos políticos, o fez pelo viés e pela linguagem pastoral por excelência “*inminente riesgo a que se hallan expuestas Vuestras ovejas*”. É bem verdade que se sabe claramente que este se trata de um problema de aspecto político, mas a linguagem confere um novo olhar sobre o tema.

¹⁹⁰ GARGOLLO, Pablo Arce; FERNÁNDEZ, Ricardo Sada. **Curso de Teología Dogmática**. MiNos, 1999.

3.2.4 *Orientação ao Clero*

Após a correção e o alerta dos perigos que o clero estava colocando o seu *rebanho*, a encíclica inicia uma segunda parte de orientação da prática pastoral. Afastando-se da repreensão, o papa chega à exaltação do exercício do *sagrado ministério pastoral* em função do Senhor.

Llamados al sagrado ministerio pastoral por aquel Señor que vino a traer la paz al mundo, siendo el autor y consumidor de ella, no dejaréis de tener presente que vuestra primera obligación es procurar que se conserve ilesa la religión, cuya incolumidad, es bien sabido, depende necesariamente de la tranquilidad de la patria.¹⁹¹

A primeira adjetivação que foi dada a Deus “*Señor que vino a traer la paz al mundo*”, na qual os sacerdotes são considerados verdadeiro vassallos, o papa conjura o clero a ser fiel a esse ideal. Como consequência dessa primeira premissa decorre que “*primera obligación es procurar que se conserve ilesa la religión*”; de certa forma o papado relativizou o padroado régio, afirmando que a primeira obrigação não dependia do poder temporal, e sim, do poder transcendental, logo, o exercício do ministério deveria ser voltado primeiro para a obrigação pastoral.

Todavia, em seguida demonstra a sua verdadeira intenção partindo da premissa de que só haveria uma pacificação na sociedade uma vez que “*es bien sabido, depende necesariamente de la tranquilidad de la pátria*” para que se conserve ilesa a religião. Novamente uma mensagem ambígua, ainda que não ordene o retorno para submissão à coroa espanhola, repudia as guerras civis que ocorriam e as culpa pela instabilidade da religião no continente. Ao mesmo tempo conclama a importância da obediência a uma autoridade, como se observa a seguir:

¹⁹¹ Encíclica *Etsi iam Diu* – Papa Leão XII (1824)

Y como sea igualmente cierto que la religión misma es el vínculo más fuerte que une tanto a los que mandan cuanto a los que obedecen, al cumplimiento de sus diferentes deberes, conteniendo a unos y otros dentro de su respectiva esfera. conviene estrecharlo más, cuando se observa que, con la efervescencia de las contiendas, discordias y perturbaciones del orden público, el hermano se levanta contra el hermano, y la casa cae sobre la casa

A ideia que a vivência da fé católica depende da obediência representa uma verdadeira continuidade no pensamento eclesiástico, uma vez que justifica a própria existência da hierarquia da Igreja. Neste contexto, representa a obediência aos mandamentos pontifícios por meio destas encíclicas – que claramente foram desrespeitadas – mas também a urgência de que haja um governo ao qual se deva verdadeira obediência civil. O papado contra-atacava outra das pressões a que era submetido, sobretudo pelos portenhos que haviam mandado uma legação para negociar o reconhecimento do país justificando que diante da benção papal haveria legitimidade e uma estabilidade institucional¹⁹².

Es, sin embargo, un deber que Os impone vuestro oficio pastoral el prestar auxilio y socorro a las personas afligidas, el descargar de las cervices de todos los atribulados el pesado yugo de la adversidad que los aqueja, y cuya idea obliga a verter lágrimas; el orar, por último, incesantemente al Señor, con humildes y fervorosos ruegos, como deben hacerlo todos aquellos que aman con verdad a sus prójimos y a su patria, para que se digne su divina majestad imperar que cesen los impetuosos vientos de la discordia y aparezca la paz y tranquilidad deseada.¹⁹³

Ainda tratando dos deveres pastorais a encíclica conclama outro dos deveres do ministério, o “*oficio pastoral el prestar auxilio y socorro a las personas afligidas [...] el orar, por último, incesantemente al Señor*”. Verifica-se ainda o esforço do papado em afastar o clero das questões terrenas e voltar o olhar às coisas transcendentais.

¹⁹² LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959

¹⁹³ Encíclica *Etsi iam Diu* – Papa Leão XII (1824)

O mandado à oração não foi ordenado pelo ato piedoso em si, mas tinha um pedido específico “*para que se digne su divina majestad imperar que cesen los impetuosos vientos de la discordia y aparezca la paz y tranquilidad deseada*”. Foram dois eleitos como beneficiários destas orações, “*sus prójimos y a su patria*”.

A encíclica traz uma novidade também ao usar o termo “*su patria*”, antes se usava sempre o amor à coroa, ao rei, mas a sua pátria foi inovador, e sem dúvida demonstra um progresso na relação diplomática que se estabelecia. Muito além de uma mudança vocabular demonstra uma pequena alteração das ideias que influenciavam o papado, no sentido da aceitação das ideias progressistas da América Latina.

Por fim, o papa exalta ao uso das virtudes em função dos deveres ministeriais como uma forma de edificar a Igreja e alcançar a paz. *Vide:*

Tal es sin duda, el concepto que tenemos formado de vuestra fidelidad, caridad, religión y fortaleza; y en tanto grado Os consideramos adornados de estas virtudes, que Nos persuadimos cumpliréis de modo todos los enunciados deberes que Os hemos recordado, que la Iglesia diseminada en esas regiones obtendrá por vuestra solicitud la paz y será magníficamente edificada, siguiendo las sendas del santo temor de Dios y de la consolación del divino Espíritu.

A “*fidelidad*”, a primeira das virtudes a ser enumerada, não por acaso diante da situação na Hispanoamérica onde o clero encontrava-se dividido em muitas regiões, os padres agiam a despeito da autoridade arquidiocesana, seja por questões políticas ou pela vacância no arcebispado, o papado toma como um imperativo buscar a fidelidade a Roma como forma unificadora. Outro aspecto desta fidelidade é que o texto não a vinculou mais à coroa como outrora.

Entretanto, a unificação foi colocada nos termos “*será magníficamente edificada*”, não reconstruída ou restaurada, mas edificada no futuro, o que denota o início da aceitação que deste “caos” que vivia o novo mundo era necessário vir algo novo. Neste ponto outro contraste com a encíclica de 1816.

Finalmente, manifesta a capacidade de Leão XII para negociar no tabuleiro dado. Foi capaz de elaborar um documento que chama o clero à unidade e à obediência e à comunhão pontifícia, não encoraja os levantes. Ao contrário, condena o que chama de

rebeliões, mas por seus efeitos na Igreja, dando uma conotação muito pastoral a uma encíclica que tinha tudo para ser uma Bula. Todavia a escreve como encíclica para conferir um maior peso ao seu conteúdo. Desta forma, não se dispôs com a coroa espanhola, que era uma aliada imprescindível naquele momento, ao mesmo tempo que tenta não se distanciar do clero que estava dividido e que representava um verdadeiro perigo de cisão com Roma.

Contudo, não foi uma encíclica que causou um impacto importante nas Américas, sobretudo na região platina, em razão do complicado momento que se vivia, agravado pela falta de indicação de bispos nas arquidioceses vacantes, o que poderia ser uma decisão mais eficaz. A decisão de indicar bispos traria uma indisposição com Madrid cujo preço o papa não estava disposto a pagar.

Ademais foi levantada, pelo próprio episcopado no Cone Sul, por Dom Rodríguez Zorrilla, bispo de Santiago, a questão de que esta era uma encíclica falsa. Apoiado no sentimento negativo que havia deixado a missão Muzi, especialmente em Buenos Aires, esta foi uma ideia que ganhou muitíssima força.

Rodríguez Zorrilla, el obispo de Santiago, no había sido todavía expulsado de Chile, el ministro liberal Vial del Río, sucesor de Pinto, le pasó el 23 de julio 1825 la copia de la encíclica, mandándole diera su parecer sobre aquel intento pontificio de «recolonizar» estos países. «¿Qué han hecho los americanos — exclamaba patéticamente el ministro— para que el pastor universal de la Iglesia los desprecie o postergue?».

El obispo tomó inmediatamente la actitud que ha prevalecido hasta casi nuestros días entre los católicos de Chile y Argentina: escribirá gustoso una pastoral para « advertir por este medio —dice— a mis amados diocesanos el lazo que se les intenta armar con el breve espurio y suplantado que vuestra señoría ilustrísima se sirve remitirme en copia, sin que se necesite mucha crítica para conocer que es apócrifo y un documento forjado para inquietar a los pueblos, prevenirlos contra la cabeza de la Iglesia y entibiar su celo y firme adhesión a este centro de unidad».¹⁹⁴

¹⁹⁴ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p 279

Ainda que alguns católicos platinos tenham aceitado o documento como autêntico, a maioria interpretou como falso. A leitura quando feita era altamente negativa, pois frustrou a expectativa que era exatamente esta que vocaliza o bispo, a expectativa pelo reconhecimento.

3.3 Gregório XVI – a restauração da Igreja platina e o reconhecimento

Assim que o papa foi eleito após a precoce morte de Pio VII, o embaixador Pedro Labrador envia uma carta demonstrando a preocupação legitimista da coroa:

Contra éste—escribía—nada hay que decir en punto a buenas costumbres e instrucción en teología, pero no es hombre de gobierno, y sus opiniones en punto de obispos de las provincias rebeldes de América no son favorables a los derechos de la Corona de España, como tuve ocasión de conocer cuando traté con él sobre el particular en el pontificado de León XII.¹⁹⁵

A questão era que Gregório XVI, cardeal Cappellari, conhecia a situação diplomática da Santa Sé, pois já havia trabalhado por diversas vezes na nunciatura, inclusive em temas da hispanoamerica e na região platina.

Desde 1825 lutava internamente para conceder bispos residentes (*in partibus*) às Americas Espanholas, contudo, quando subiu ao trono pontifício tinha uma imagem de reacionário, “*míope em política*”, por te uma preocupação mais pastoral.¹⁹⁶ Esse é exatamente o motivo pelo qual o pontífice deu um passo diferente de seus antecessores na questão, porque seu espaço de experiência que consistia na relação direta com o clero e o episcopado hispanoamericano, sobretudo o platino, permitiu a ele entender com maior profundidade e observar as categorias analíticas sob as quais trabalhavam esse atores, cuja realidade havia estado, até então, demasiadamente distante. Diante desse arcabouço pôde pensar além e vislumbrar um novo horizonte de expectativa que o permitia ver o perigo de continuar a defender a todo o custo o legitimismo espanhol, pois o custo era perder todo o continente. A eleição papal o deu os subterfúgios e as condições materiais para preencher o espaço no episcopado que defendia há uma década.

¹⁹⁵ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 377

¹⁹⁶ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 379

3.4 *Constituição Sollicitudo Ecclesiarum*

No mesmo ano em que foi eleito papa, o pontífice viu que para a sobrevivência da Igreja no mundo moderno haveria de modificar a visão de poder no magistério da Igreja.¹⁹⁷

El 18 de setiembre de 1831 el cardenal Bernetti, primer secretario de Estado de Gregorio XVI, remitía al encargado de negocios del palacio de España, Ramírez de la Piscina, la célebre Constitución Sollicitudo Ecclesiarum del 5 de agosto del mismo año (1831). Como se sabe, contenía la proclamación doctrinal, concebida en términos genéricos, de que las vicisitudes políticas de los Estados no debían impedir a la Santa Sede el remedio de las necesidades espirituales de las almas, y en especial la creación de nuevos obispos, aunque para ello tuviera que tratar con autoridades de hecho. Que el papa dé a determinada persona un título, no legitima el derecho a tal título, aunque sea título real y se diga « ex certa scientia »; ni el hecho de que el pontífice reciba a los delegados de una parte en litigio, trate con ellos y haga determinadas convenciones, crea perjuicio alguno a los derechos, privilegios o patronato de la otra parte. El papa lo declara así solemnemente a nombre propio y de lossumos pontífices sus sucesores¹⁹⁸

Gregório XVI toma o rumo tão temido por seus antecessores, no entanto, neste momento as independências já eram uma situação de fato. Por isso a carta ressalta a importância de conhecer as autoridades de fato. Existe aqui uma pequena escapatória do ponto de vista meramente narrativo, a constituição não informa que a coroa espanhola não tinha direito. No entanto, como uma necessidade apostólica o magistério da Igreja –

¹⁹⁷ Cân. 747 — § 1. A Igreja, à qual Cristo Senhor confiou o depósito da fé, para que ela, assistida pelo Espírito Santo, guardasse inviolavelmente, perscrutasse mais intimamente, anunciasse e expusesse fielmente a verdade revelada, tem o dever e o direito originário, independentemente de qualquer poder humano, de pregar o Evangelho a todos os povos, utilizando até meios de comunicação social próprios.

§ 2. À Igreja compete anunciar sempre e em toda a parte os princípios morais, mesmo de ordem social, bem como emitir juízo acerca de quaisquer realidades humanas, na medida em que o exijam os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas.

¹⁹⁸ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II e Vol.III. 1959. p.279

o papa e todos os que lhe sucederem – tinham o dever de conhecer os poderes de fato diante das “*necesidades espirituales de las almas*”.

Então, em 1832 houve as tão esperadas nomeações episcopais de bispos residentes e as divisões de territórios respeitanto a nova realidade da Argentina. Substituindo o trânsito de informações e poder intermediado pelo Rio de Janeiro ou por Santiago, que por causa das disputas de poder e rivalidade regional não estava funcionando. E mesmo por questões pastorais, esta era apenas uma situação provisória que era regida desde a missão Muzi por falta de opção melhor.

Los innumerables pleitos que impidieron hasta 1832 a monseñor Vicuña el ejercicio de su jurisdicción en Santiago, y las peripecias del famoso Memorial ajustado del fiscal Agrelo contra monseñor Medrano y monseñor Escalada en Buenos Aires , son los casos más llamativos, no los únicos. Gregorio XVI, ya pontífice, pudo seguir todas las ingratas ondulaciones de este proceso, a través de los copiosos despachos que sobre la materia le enviaron desde Río Janeiro el nuncio Ostini y luego su suplente Fabbrini. Ellas movieron a la Congregación de negocios eclesiásticos extraordinarios a acelerar la nominación de las sedes en propiedad (sesión del 27 de junio 1823)¹⁹⁹

Na mesma data também se resolveu a questão do Uruguai, que permanecia preocupante por ainda permanecer nas estruturas coloniais que ligavam Montevideu a Buenos Aires, ainda que temesse pela instabilidade política e a escassez do clero local:

Gregorio XVI erigió el vicariato apostólico de Montevideo, desmembrándolo de Buenos Aires, el 2 de julio 1832, y nombró su primer vicario a Larrañaga el 14 de agosto del mismo año. Aunque sin llegar a la deseada erección de diócesis, que por la inestabilidad política y la escasez de clero no se logró hasta 1878, el papa Capellari echó de este modo los cimientos estables de la nueva y gloriosa iglesia de Montevideo.²⁰⁰

¹⁹⁹ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p.381

²⁰⁰ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 382

A constituição então resolve as questões das Américas, inclusive da instável platina cujo governo não estabilizava. Foi uma saída do poder temporal que viabilizava a atuação do precípua poder pastoral, como havia sido anunciado na encíclica *Etsi iam Diu*, a urgência em retornar à normalidade das atividades pastorais, a administração dos colégios, seminários e sobretudo retornar a ministrar os sacramentos.

A constituição então reconheceu as Américas como independentes e não houve mais a negativa de sua soberania, desde então não se conclamou o direito da coroa espanhola sobre aquele território. Restava naquele momento o reconhecimento dos países enquanto entidades, para isto era necessário um poder institucional que pudesse responder junto a Roma, iniciando então o procedimento de reconhecimento país a país, a despeito do protesto espanhol encarnado no embaixador Labrador.

3.5 *Reconhecimento*

A constituição *Sollicitudo Ecclesiarum* de 1831 permitiu o reconhecimento de fato dos países e dos governos republicanos que formavam os novos Estados-Nação que haviam surgido das colônias espanholas. Deste modo, foi possível delimitar arquidioceses, nomear bispos, realocar clérigos e outros procedimentos pastorais tão importante para a atuação pastoral da Igreja Católica naquela região. A gestão independente do padroado régio começou a ser efetivada no ano de 1832, quando a geografia das arquidioceses foi remodelada e repensada.

Por fim, em 1835 foi dado início ao longo processo de reconhecimento de cada um dos países. Segundo a Santa Sé o reconhecimento individual do país dependia da estabilidade e do interesse de cada um dos pleiteantes que precisavam requerer e enviar delegações a Roma.

O caso da Argentina é emblemático porque a sua disputa interna, o anticlericalismo (relatados desde a missão Muzi) e o debate entre o interior e os portenhos faziam com que não fossem preenchidos os requisitos até 1855. Se trata de uma continuidade da política papal de não adentrar a problemas internos, de forma que se reconhecesse o país declararia seu apoio ou aquilo que ficou conhecido a Províncias

Unidas que logo depois se desintegrou ou a um caudilho do interior deste modo, o pontífice não quis entrar na questão interna e permaneceu com os vicariatos até 1855.

A instancias del delegado Fabbrini, el papa decidió, el 18 de marzo de 1840, dividirla representación de la Santa Sede en Sudamérica: a la internunciatura de Bogotá tocarían Nueva Granada, Venezuela, Ecuador, Perú y Bolivia; el nuncio en Río Janeiro continuaría con la antigua delegación para Argentina, Chile, Uruguay y Paraguay. En cuanto llegan nuestras noticias, así quedó la representación pontificia en Sudamérica durante todo el pontificado de Gregorio XVI.²⁰¹

A razão do tardio reconhecimento da região platina ocorreu em razão da instabilidade institucional, mas, sobretudo, das guerras civis entre os caudilhos. A Santa Sé neste ponto manteve a sua tradição diplomática em não interferir nas questões internas quando não havia um governo de direito, pois acabaria por tomar a bandeira de uma parte da população e ela seria por si mesma o fato legitimador do poder. Como não havia um governo de fato que se sustentasse levou mais algumas décadas para reconhecer os países.

especialmente en la Argentina, el obstáculo nació del estado interno de la Confederación durante la dictadura de Rosas. No conocemos una misión oficial argentina hasta la de Salvador Ximénez en 1855, pero se estaba ya en el pontificado de Pío IX y bajo el gobierno del general Urquiza²⁰²

Conforme se observa a instabilidade também impediu o envio de uma missão oficial para negociar o reconhecimento. Deste modo observa-se que não se tratava apenas de uma condição indispensável e formal de Roma, mas uma questão de organização institucional de fato.

Quanto ao Paraguai se trata da falta de demonstração de interesse formal frente a Roma, uma vez que não há registros nos documentos analisados de que o Francia enviou uma legação pedindo o reconhecimento. Ação que faz sentido segundo ao seu posicionamento de isolamento internacional e dos próprios relatos encontrados enviados a Santa Sé conforme se demonstra a seguir:

²⁰¹ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 403

²⁰² LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 407

Hubo regiones que nunca contestaron, pero no por la dificultad de comunicaciones : así la isla de Puerto Rico, a la que, por estar en poder de España, no debía haberse dirigido el nuncio, como expresamente se le avisó más tarde del Vaticano; y así también el Paraguay, adonde se enviaron por tres veces los pliegos pontificios, sin que logran sacar a los clérigos del doctor Francia del aislamiento absoluto de América y Etiropa en que el austero dictador conservó por tantos años aquella región²⁰³

No que tange o Uruguai sabe-se que nos anos que sucederam 1828 foram marcadas por disputas: internas entre *Blancos* e *Colorados* durante a década de 40 daquele século e externas, especialmente alvos das disputas hegemônicas entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. Conflito que somente foi apaziguado de alguma forma com a delimitação de fronteira em 1852. Sob a justificativa da instabilidade citada também não houve o reconhecimento do país de pronto. No entanto, houve o reconhecimento da sua autonomia e as decisões pastorais inclusive independentes a Argentina e ao Império Brasileiro., uma vez que como efeito da constituição *Sollicitudo Ecclesiarum* houve a independência diocesana de Montevideu em relação a Buenos Aires ainda em 1832, no entanto foi observada uma escassez do clero local.

Como este presupuesto falló en los nuevos tratados de 1828 y 1830 que reconocían la independencia uruguaya, se dispó el vicariato de Jiménez y se afianzó el del excelente sacerdote y patriota Dámaso Larrañaga, recomendado por monseñor Muzi, por el obispo de Buenos Aires, Medrano, y por el nuevo Gobierno uruguayo. Gregorio XVI erigió el vicariato apostólico de Montevideo, desmembrándolo de Buenos Aires, el 2 de julio 1832, y nombró su primer vicario a Larrañaga el 14 de agosto del mismo año. Aunque sin llegar a la deseada erección de diócesis, que por la inestabilidad política y la escasez de clero no se logró hasta 1878, el papa Capellari echó de este modo los cimientos estables de la nueva y gloriosa iglesia de Montevideo²⁰⁴

²⁰³ Despacho n° 587 do Monsenhor Fabbrini, de 18 setembro 1838, em ASV, Segreteria di Stato, 251, 1838-1843.

²⁰⁴ Idem 382

A grande questão, portanto, que por vezes é ignorada pela narrativa histórica é que as as independências foram reconhecidas desde 1831. Em razão da engenhosa Constituição *Sollicitudo Ecclesiarum*, não se questionavam mais as independências ou se conclamava o retorno da soberania da Espanha. Se tratava agora de uma questão puramente formal, da existência de um governo interessado em negociar com a Santa Sé, o que não foi o caso de muitos governos, sobretudo o do Paraguai, por outro lado, a necessidade de uma estabilidade que possibilitasse a continuidade da diplomacia.

Os países platinos somente serão reconhecidos como instituições internacionais de direito formalmente em 1855, no papado de Pio IX, após a consolidação dos poderes platinos²⁰⁵. Duas décadas após vários de seus vizinhos como México, Equador e Chile.

²⁰⁵ LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol. II. 1959. p. 407

Conclusão

Os pronunciamentos oficiais da Santa Sé para o reconhecimento das independências da América, sobretudo na região platina, foram fruto de um distanciamento geográfico, filosófico e conceitual. A distância geográfica, com os meios de comunicação e os transportes daquela época, não facilitava a informação - o que comprometia fundamentalmente o entendimento mútuo, porque impunha uma necessária dependência de múltiplos intermediadores. O advento das ideias iluministas e republicanas nas Américas distanciou a região dos conceitos católicos de concepção do poder por meio da tradição e do direito natural.

As encíclicas evidenciam exatamente esse distanciamento entre o entendimento que tinham os pontífices das realidades vividas nas Américas, marcados sobretudo por uma incompreensão da região platina. Dado o profundo entrelaçamento interno, a região se tornava um objeto de análise praticamente ininteligível pela Santa Sé. Por outro lado, o isolamento escolhido pelo Paraguai, as guerras entre interior e portenhos na Argentina e a disputa de poder em Montevideu tiveram um efeito negativo desde a Missão Muzi, passando pelas nomeações episcopais em 1831, e impediram o seu reconhecimento em conjunto com os outros países em 1835.

O primeiro grande impacto do movimento independentista nas Américas foi notado ainda quando Pio VII estava em cativeiro: várias foram as delegações que tentaram entrar em contato com o papa e seus assessores. No entanto, era o Secretário de Assuntos Exteriores, o aristocrata Dom Labrador, que tinha o acesso e os ouvidos do pontífice. Fruto dessa interação e do receio quanto à ação das novas ideologias nas Américas, o papa reconsiderou a situação dos jesuítas. Por meio da *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* o papa restaurou a ordem em 1814, principalmente alertando para o caráter evangelizador e educacional, de que a Igreja estava tão carente naquele tempo. A preocupação era, portanto, educar os jovens “*na fé e nos bons costumes*”, como forma de enfrentar os eventos que o papa via e sofria na sua carne e na sua dignidade.

Ainda marcado pelos eventos da primeira década do século XIX, em 1817, Pio VII finamente manifesta-se expressamente sobre as “*revoltas*”, entendendo o movimento emancipacionista como fruto de uma desobediência que perturbava a paz e afastava de Deus. Conclamava, por meio da *Etsi Longissimo Terrarum*, os súditos da coroa a voltar

à devida obediência e explicava que esta era uma virtude cristã. A carta é uma evidência que se tratavam de duas terras muito distantes, não apenas por questões geográficas, mas porque eram duas realidades diferentes e que entendiam e ressignificavam o mundo de formas completamente diversas.

Após a morte de Pio VII, subiu ao poder o seu protegido Leão XII, o que foi considerado uma continuidade da linha sucessória e dos entendimentos até então havidos. O papa recém-eleito deu continuidade à Missão Muzi, despachada por seu antecessor. Este foi o momento para se conhecer a realidade platina, cuja percepção pela corte eclesiástica era muito distante do que se passava. Foi importante também por demonstrar a diversidade que existia no próprio Cone Sul. A má recepção e os problemas com o poder local foram um sinal de alerta para o papado, pelo que a missão concluiu em seu relatório pelo real perigo de cisão com Roma.

Com o eminente perigo de cisão com Roma o papa teve um cuidado maior na escrita da encíclica *Etsi Iam Diu*, em 1824, a qual usou todo o seu conhecimento burocrático e diplomático (para o qual tinha sido formado ao longo de toda sua vida eclesiástica). Escreveu uma carta destinada especificamente ao clero, pedindo a comunhão com Roma e a busca pela paz. Para isso fez uso da mudança vocabular deixando o uso do vocativo “*clero súdito do rei católico da Espanha*, para *clero das Américas*”. Tentou se aproximar da América Espanhola sem cortar diplomaticamente laços com a Espanha. Contudo o seu esforço não foi o suficiente e a carta foi tida como ilegítima. A narrativa que defendia a legitimidade era draconiana, uma vez que defendia que o papa não teria tamanho desprezo pelos independentistas e nem lhes negaria o direito. Deste modo quem defendesse a legitimidade defendia para combater o poder de Roma.

A Hispanoamérica foi responsável por fazer a Igreja Católica rever seus conceitos e paradigmas de legitimidade do poder temporal, que até aquele momento eram baseados na tradição e no direito natural. Com a constituição *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* de Gregório XVII, mudam os paradigmas não apenas para aquele pontificado, mas também para seus sucessores, reconhecendo o direito de fato por considerar que o poder temporal deve estar a serviço da missão pastoral da Igreja, o “bem das almas”.

A constituição não modificou apenas os paradigmas ao reconhecer os governos e de fato reconhecer as independências, ainda que a Espanha tenha protestado naquele

momento. A coroa espanhola não foi capaz de fazer nenhuma retaliação eficaz contra Roma. Não houve desde 1831 nenhuma exaltação ao retorno à obediência a coroa espanhola.

Por essas razões houve uma delonga de um quarto de século para a Igreja reconhecer como legítimo os movimentos de independência e reconhecer os poderes de fato que se formavam na América Espanhola. A incompreensão mútua das realidades díspares, as informações passadas por um narrador legitimista – o embaixador da coroa espanhola em Roma – e o momento internacional reacionário da Santa Aliança incapacitaram a coroa eclesiástica a ter um movimento mais autônomo.

Sobremaneira, o tabuleiro político da primeira metade do século XIX era muito hostil à Igreja, que por sua vez se conformava em formar alianças políticas com os mesmos atores de outras épocas, que estavam a perder poder de fato e de direito sobre suas potestades. A teimosia de Roma em manter alianças com as coroas católicas por um lado parecia aos atores internos a única alternativa, mas por outro foi motivo de sua queda, porque defendia um modelo de poder que estava perdendo espaço e que, ao mesmo tempo, não tinha pudor em trair ou deixar de assistir o pontificado em suas necessidades em detrimento de sua sobrevivência, ainda que fosse por poucos anos.

A profunda lealdade à coroa espanhola custou à Igreja Católica sérios problemas na Hispanoamérica, uma vez que por quase vinte anos ficou comprometida a missão pastoral em toda ela. Sobretudo na região platina os vazios de poder comprometiam que fossem ministrados os sacramentos, proferidas catequeses e sermões, além da educação que ficou prejudicada – sobretudo na segunda década do século XIX, quando os jesuítas recém-restaurados ainda se reorganizavam, assim como a falta de um episcopado – imagem da Igreja adulta – impedia a comunhão adequada com Roma.

Por esses motivos, a Igreja Católica na região platina sobre um dano que perdura de certa maneira até os dias de hoje. Além de ter dado espaço ao anticlericalismo que já crescia naquele meio em razão das novas ideias republicanas, a falta de comunhão com o papa, a desobediência expressa do clero local às encíclicas e a delonga papal em assistir a região fez com que a cisão com Roma ainda que não acontecesse de direito, e corrompesse a relação de fato.

Com efeito, o vazio de poder acarreta também um vazio de interpretação por parte da Igreja dos significados e dos significantes a partir da Bíblia e da tradição católica para

orientação da vida prática dos homens daquela época. Deste modo encorajou-se as comunidades locais, ainda que não intencionalmente, a tomar nas próprias mãos a interpretação dos eventos e da narrativa. Podendo considerar que este foi um fato que empurrou os homens a uma secularização do pensamento e especialmente a um individualismo, até mesmo nas questões metafísicas. Deste modo ao afastar o homem do mundo em comunidade e da orientação patriarcal da Igreja, o homem ficou à mercê do seu próprio julgamento e do patriarcalismo político e ideológico (especialmente do progressismo). Provavelmente por esse motivo, com grande facilidade os homens políticos, especialmente os caudilhos, se apropriaram dos arquétipos de santos, moviam (e movem até hoje) uma estrutura devocional para eles, como se constata no exemplo dos heróis da independência com Francia, Rosas, Artigas, tradição política que até hoje move a política platina, Ademais, como havia a estrutura de poder justificada pela igreja por meio da narrativa salvífica da história, houve uma transferência para a política e apropriação da narrativa messiânica no meio político, criando uma expectativa salvífica por meio da política e da personificação desta esperança em um homem inspirada nos caudilhos.

Referências

I. Fontes Primárias

- Encíclica *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*- Papa Pio VII (1814)
- Encíclica *Etsi Longissimo Terrarum* - Papa Pio VII (1816),
- Encíclica *Etsi Iam Diu* – Papa Leão XII (1824),

II. Fontes Secundárias

- Declarações de independências:
 - Argentina (1816),
 - Paraguai (1811),
 - Uruguai (1825)
- Documentos Constituições dos países estudados:
 - Constituição Argentina (1820,1826,1853),
 - Regulamentos Governamentais Constitucionais – Paraguai (1813),
 - Constituição do Uruguai(1830)

III. Referência Bibliográficas

a) Livros

AQUINO, S. T. D. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. Suma Teológica.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. 706 p

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata da colonização ao Império**. Philobiblion, 1985.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BETHELL, Leslie (Coord.). **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed.USP, 2000. (v.III)

CATECISMO, da Igreja Católica. edição típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

CISNEROS, Andrés, e ESCUDÉ, Carlos. **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. No. 327 (82)(091). Centro de Estudios de Política Exterior (CEPE) Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), 1998.

CHARLTON T. Lewis, **An Elementary Latin Dictionary** disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0060%3Aentry%3Diaml>

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001

CANONICI, Codex Iuris. **Código de direito canônico**. São Paulo: Loyola, 1983.

CRÉTINEAU-JOLY, Jacques Augustin Marie. **La Iglesia Romana y la Revolución II**. Sociedad Tipográfica Editorial La Maravilla, 1867. (v. II)

DOS SANTOS, Cândido. **Os jansenistas franceses e os estudos eclesiásticos na época de Pombal**. *Mathesis*, v. 13, p. 67-104, 2004.

FURLONG, Guillermo S. J.. **La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana**. Buenos Aires. Ediciones Tehoría. 1957

GREVE, Aristides. **Subsídios para a história da Restauração da Companhia de Jesús no Brasil por ocasião do seu 1º. Centenário** 1942.

GARGOLLO, Pablo Arce; FERNÁNDEZ, Ricardo Sada. **Curso de Teologia Dogmática**. MiNos, 1999.

GONZÁLEZ, Enrique González. **La expulsión de los jesuitas y la educación novohispana; debacle cultural o proceso secularizador?**. In: *Ilustración en el mundo hispánico: preámbulo de las independencias*. 2009.

_____, Enrique González. **Precariedad jurídica de las universidades jesuiticas en el Nuevo Mundo**. *Gesuiti e università in Europa*, p. 1000-1020, 2002.

HEREDIA, Edmundo A. **Planes Espanoles para Reconquistar Hispanoamérica: 1810-1818**. Buenos Aires: Eudeba 411 p.

IRAZUSTA, Rodolfo; IRAZUSTA, Julio. **La Argentina y el Imperialismo Británico: los Eslabones de una Cadena, 1806-1933**. Editorial Independencia, 1982.

JERUSALÉM, **Bíblia** de. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002

LENCLUD, Gérard. **A tradição não é mais o que era. Sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia**. *Terrain: revue d'ethnologie de l'Europe*, n. 9;

LETURIA, Pedro. **Relaciones entre la Santa Sede e Hispanoamérica**. Vol.I,II e III. 1959

LOPEZ, Vicente. F. **Historia de la republica argentina**: Su origen, su revolucion y su desarrollo - 8. ed. 196.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Tradução René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTINA, G. **História da Igreja, de Lutero a Nossos dias. III**. A era do liberalismo. São Paulo: Loyola, 1996. (v. III)

MARIOTTI, Humberto. **A razão do coração e o coração da razão**. (Blaise Pascal e o Pensamento Complexo). 2007.

MÉNDEZ, Carlos Alberto Pérez. **Pontificia Comisión para América Latina 50 Años 1958 – 2008**

NÁJERA, María Dolores Illescas. **Un Haz de Reflexiones en Torno Al Tiempo, la Historia la Modernidad**. Universidad Iberoamericana, 1995.

OS JESUÍTAS: no Brasil, na história e o breve do papa Clemente XIV. Rio de Janeiro: Cent Bras Publ, 1941. 159 p.

IPARRAGUIRR, Ignacio e DALMASES, Candido de, et al. **Obras completas. Edición manual. Transcripción, Introducciones y Notas Autobiografía de San Ignacio de Loyola**,. 1963

RANKE, Leopold von. **História de los papas en la época moderna**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1974

ROJAS, Ricardo. **El Santo de la Espada**. Editorial G. Kraft, 1961.

REMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: Os Fundamentos da Ciência Histórica**. Ed. UNB, 2001, 194p.

VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da companhia de Jesus**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. 2 v.

WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas**: un razonamiento moral con ejemplos históricos. 2001. Pg. 37 e 38

b) Artigos

ARMILLOTA, Giovanni. **La Argentina y el Vaticano, desde la independencia del país andino al pontificado de Juan Pablo II**. Relaciones Internacionales, 2007.

Bisceglia, Ernesto. **La reacción de la Santa Sede ante la Independencia Americana**. Primeras Jornadas de Historia de la Iglesia en el NOA. Salta, 2006

BRIDIKHINA, Eugenia. **La ciudad y la corte como espacios de poder en Hispanoamérica. La Plata colonial**. Revista de Indias, v. 67, n. 240, p. 553-572, 2007.

CERVEIRA, Luis Alexandre. **Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos Políticos e Disputas Econômicas – O Caso Da Revolução dos Comuneros (Paraguai 1721-1735)**. In: Veredas da Historia ano IV. ED. 1- 2011.

CUSTER, Carlos Luis. **El sesquicentenario del inicio de las relaciones diplomáticas con la Santa Sede**. Relaciones Internacionales, 2007.

DE ARCO, Fernando et al. **Heráldica eclesiástica. Emblemata**: Revista aragonesa de emblemática, n. 18, p. 123-146, 2012.

BANDEIRA, L. A. **A Guerra do Chaco**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998.

DELGADO, Paulino Castañeda. **Relaciones Iglesia - Estado en Hispanoamérica. Gregorio XVI**. In: Homenaje a Alberto de la Hera. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008. p. 171-198.

DI MEGLIO, Gabriel. **Algunas claves de la Revolución en el Río de la Plata (1810-1820)**. Estudios Ibero-Americanos, v. 36, n. 2, 2010.

DOMINGUES, Beatriz Helena. **As Repercussões Da Expulsão Dos Jesuítas Nos Movimentos Independentistas nas Américas Espanhola e Portuguesa**. Belo Horizonte, 2000 in Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. ISBN 85-90387-1-2.

DORATIOTO, Francisco. **Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852)**. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-20, 2010. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12_dossie1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

DOS SANTOS, Fabio Muruci. **Ricardo Rojas e a construção biográfica de um herói nacional: San Martín, el santo de la espada**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 8, 2009.

GARCIA, Emanuel Soares Veiga. **Buenos Aires na conjuntura bornônica**. Revista de História, n. 111, p. 73-84, 1977.

GONZÁLEZ, Enrique González. **La expulsión de los jesuitas y la educación novohispana; debacle cultural o proceso secularizador?**. In: Ilustración en el mundo hispánico: preámbulo de las independencias. 2009. p. 255-276.

GOMES, Saul António. Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa. COELHO, Maria Helena da Cruz [et al.]–**Estudos de Diplomática Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri. ISBN, p. 972-772, 2001.

HERRERO, Pedro Pérez. **Las Independências Americanas; Reflexiones Historiográficas Com Motivo del Bicentenario**. Cuadernos de Historia Contemporánea, v. 32, p. 51-72, 2010.

LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. **A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional**. Revista Ameríndia-História, cultura e outros combates., v. 1, n. 1, p. 11, 2006.

LYNCH, John. **Caudillos en Hispano-América: 1800-1850**. Trad. Martín RasskinGutman. Madrid: Mapfre, 1993 in TAVARES, Francisco Mata Machado. Três Variantes do Personalismo na Política da América Hispânica: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo como Expressões de Afirmação Regional.

MARTINS, William de Souza. **Igreja e Estado no Brasil Oitocentista: um diálogo com 'La Iglesia católica y la formación del Estado-nación en América Latina en el siglo XIX. El caso colombiano'**, de Luis Javier Ortiz Mesa. Almanack, v. 1, n. 6, 2013.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Concílio Vaticano I (1869–1870): Centralização do Catolicismo**. Revista Eletrônica Discente História. com, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2013.

NÚÑEZ, Jorge. **La Revolución Francesa y la Independencia de América Latina**. Nueva Sociedad, n. 103, p. 22-32, 1989.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **História dos Conceitos e História Comparada: Elementos para um Debate**. Almanack Braziliense, n. 7, p. 56-60, 2008.

PORTILHO, Ana Cláudia. **O Ator Santa Sé na Política Internacional Moderna**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3. 2011, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais-USP, Available from:<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100013&lng=en&nrm=abn>. Acesso: 04 Sep. 2014.

PONTIN, Rafael; MIALHE, Jorge Luís. **As bulas e tratados dos séculos XV, XVI e XVIII na história do direito brasileiro: seus reflexos na América portuguesa**. Cadernos Jurídicos. UNISAL: Campinas, v. 4, p. 175-200, 2012.

RAMINELLI, Ronald. **A monarquia católica e os poderes locais do Novo Mundo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH, 2011.

RUST, Leandro Duarte. **A monarquia papal (1000-1300): a fundação de um conceito**. Revista Tempo, v. 1, p. 0021, 2015.

SARANYANA, Josep Ignasi. **Debates teológicos latinoamericanos en los comienzos de la era republicana (1810-1830)**. 2008.

STOFFEL, Edgar Gabriel. **El archivo parroquial**. Recuperado el, v. 15, 2007.

TAPIA, Francisco X. **Algunas notas sobre el cabildo abierto en Hispanoamérica**. Journal of Inter-American Studies, v. 11, n. 1, p. 58-65, 1969

TONDA, Américo A.; BARROS, Castro. **Sus ideas, Academia del Plata**, Buenos Aires 1961.

c) Dissertações

ROCHA, Carolina da Cunha. **Chama De Fé, Luz Da Razão: O Ideário De Frei Servando Teresa De Mier No Contexto Das Independências Hispano-Américas.** 2006. 365 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

ROCHA, Regina da Cunha. **Entre o trono e o altar: A Política Pendular Da Santa Se No Reconhecimento Das Independências Hispano-Americanas.** Brasília, 2002. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

TOMÉ, Romina Alexandra Sim-Sim. **A diplomacia da Santa Sé: Evolução e Questões Actuais.** 2013. 202 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Évora.

d) Endereços virtuais

Documenta Catholica Omnia - Magistero Pontificio:

http://www.documentacatholicaomnia.eu/01p/18311846,_SS_Gregorius_XVI,_Encicliche,_IT.pdf

Site do Oficial do Vatican: <https://w2.vatican.va/content/gregorius-xvi/en.index.4.html>

Enciclopédia Católica disponível em:

https://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_%281913%29/In_Partibus_Infideliu e http://ec.aciprensa.com/wiki/In_Partibus_Infideliu

Disponível em: <http://www.araldicavaticana.com/ppio07.htm>

Disponível em: <http://www.araldicavaticana.com/pleao12.htm>

Disponível em: <http://www.araldicavaticana.com/ppio08.htm>

Disponível em: <http://www.araldicavaticana.com/pgregorio16.htm>